

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
CURSO DE HISTÓRIA**

**LEGIONÁRIOS BRUMMER, IMIGRANTES ALEMÃES E DESCENDENTES NA
GUERRA DO PARAGUAI: CONTRIBUIÇÃO MILITAR, MEMÓRIA, E AFIRMAÇÃO
DA CIDADANIA BRASILEIRA.**

EDUARDO HENRIQUE DE SOUZA

Taquara

2015

EDUARDO HENRIQUE DE SOUZA

**LEGIONÁRIOS BRUMMER, IMIGRANTES ALEMÃES E DESCENDENTES NA
GUERRA DO PARAGUAI: CONTRIBUIÇÃO MILITAR, MEMÓRIA, E AFIRMAÇÃO
DA CIDADANIA BRASILEIRA.**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de História das Faculdades
Integradas de Taquara, sob orientação do
Profº Dr. Daniel Luciano Gevehr.

Taquara

2015

Com muito amor, dedico este trabalho aos meus pais Inês e Darci, à minha namorada Daniele, e demais familiares.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre me deram muito amor, carinho e atenção, me estimulando aos estudos, e me transmitindo os valores e o exemplo necessários para que eu me tornasse uma boa pessoa. O amor e admiração que sinto por vocês me impulsionam a buscar o meu melhor!

Agradeço à Daniele, meu amor, que através de seu carinho me fortalece, me faz sentir bem, e amado. Obrigado por viver comigo os momentos e sentimentos mais lindos! Você é a minha companheira, e os frutos deste trabalho, e de todos os outros serão divididos com você, meu amor!

Agradeço aos meus familiares, que sempre me dedicaram muito carinho, e me estimularam aos estudos, aos meus colegas de trabalho, alunos, colegas e professores do curso de História, que contribuíram para o meu crescimento pessoal, intelectual e profissional, especialmente o Dr. Daniel Luciano Gevehr, orientador deste trabalho.

Muito obrigado!

RESUMO

A Guerra do Paraguai ocorreu entre 1864 e 1870, opondo o Paraguai à Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Neste conflito participaram imigrantes alemães e descendentes, da colônia alemã de São Leopoldo, fundada em 1824, e elevada a município em 1846. Além disso, contou com a participação dos Brummer, 1800 soldados de origem alemã, contratados pelo governo brasileiro, para combater o ditador argentino Juan Manuel de Rosas, em 1851, mas que, no entanto, tiveram pequena participação no conflito, e enfrentaram muitas adversidades no cumprimento de seus contratos com o governo brasileiro. Após o término de seus contratos, muitos Brummer inseriram-se na colônia alemã de São Leopoldo, onde inicialmente desempenharam trabalhos simples, recebendo pequena remuneração, além de sofrer com o preconceito por parte da comunidade, já que eram considerados mercenários. Posteriormente muitos Brummer conseguiram prosperar, tendo destaque nos ramos da política, economia, cultura e educação. Com a irrupção da Guerra do Paraguai, muitos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes, principalmente de São Leopoldo e arredores engajaram-se no conflito, em sua maioria através da Guarda Nacional de São Leopoldo, do Batalhão de Voluntários da Pátria nº. 33, e da “Bateria Alemã”, formada principalmente pelos Brummer. Tal estudo se insere na História Política, já que tem como foco as relações de poder existentes na sociedade, especialmente os micropoderes existentes entre as pessoas comuns. Por fim, iremos abordar a participação dos legionários Brummer, imigrantes alemães, e descendentes na Guerra do Paraguai, verificando a sua contribuição militar ao longo do conflito, e analisando o discurso de alguns destes personagens, para compreender a construção de uma memória positiva sobre a sua participação na guerra, bem como a afirmação de que eram cidadãos exemplares de sua nova pátria, o Brasil.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai. Brasil Imperial. Imigração Alemã. Brummer.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI	
	(1864-1870)	13
2.1	Os antecedentes do conflito	16
2.2	A eclosão da Guerra do Paraguai	21
2.3	Consequências do conflito	33
3	A COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM SÃO LEOPOLDO: IMIGRANTES,	
	DESCENDENTES E LEGIONÁRIOS BRUMMER	36
3.1	A colonização alemã em São Leopoldo	36
3.2	Os legionários alemães Brummer na Guerra contra Oribe e Rosas	
	(1851-1852)	48
3.3	O cumprimento do contrato e a incorporação dos Brummer na colônia	
	de São Leopoldo	60
4	LEGIONÁRIOS BRUMMER, IMIGRANTES ALEMÃES E	
	DESCENDENTES NA GUERRA DO PARAGUAI	69
4.1	Entre História e Memória	69
4.2	O engajamento teuto-brasileiro após a irrupção da Guerra do Paraguai.	78
4.3	A organização da Guarda Nacional de São Leopoldo	81
4.4	Batalhão de Voluntários da Pátria nº. 33	84
4.5	A Bateria Alemã	86
4.6	A expedição de D. Pedro II ao Rio Grande do Sul	89
4.7	Legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes na Guerra	
	do Paraguai	90
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	113

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo abordamos a participação dos Legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes, na Guerra do Paraguai (1864-1870), no que se refere à contribuição militar, construção de uma memória positiva sobre os seus feitos, e afirmação da cidadania brasileira.

Na atualidade, multiplicam-se os estudos sobre História Regional, no que se refere à questões sociais, políticas, econômicas e culturais de determinada localidade. Na região onde no séc. XIX foi criada a colônia alemã de São Leopoldo, historiadores e até mesmo memorialistas desenvolveram diversos estudos, sobre variados assuntos referentes à colonização germânica neste espaço. No entanto, mesmo com o variado leque de produções, existem assuntos que foram estudados parcialmente, havendo aspectos que ainda não foram abordados. Além disso, há a possibilidade de reinterpretação de temas, através das novas perspectivas referentes à História.

A importância deste estudo reside no grande desconhecimento sobre os Brummer, tanto no que se refere à sua participação na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) e Guerra do Paraguai (1864-1870), quanto à sua inserção na colônia alemã de São Leopoldo, onde contribuíram para o desenvolvimento político e social. Da mesma forma, poucos sabem sobre a participação dos imigrantes alemães e descendentes na Guerra do Paraguai, já que este assunto muitas vezes é ignorado, ou tratado de forma resumida nas principais obras referentes à colonização alemã em São Leopoldo e região.

Portanto, afirmamos que a participação dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes na Guerra do Paraguai foi expressiva, especialmente para os próprios combatentes, que nos relatos, diários e cartas, afirmaram o seu valor como combatentes, destacando seus atos de bravura e sacrifício em favor do Brasil. Além disso, através da obra de Becker (1968), que nos apresenta notícias do jornal *Deutsch Zeitung*, de Karl von Koseritz, verificamos a importância da participação destes personagens no conflito, para a comunidade alemã da Província.

Neste trabalho, utilizamos fontes secundárias, tais como livros, capítulos de livros, anais de simpósios, ou artigos presentes em periódicos. Devemos salientar que expomos uma série de relatos, notícias, cartas, e diários escritos pelos Brummer, imigrantes alemães e descendentes, que estão presentes nas obras de

Becker (1968), Marques (2010), Lenz (1997), Schnack (1997) e Schäfer (1997). Através destas fontes secundárias, buscamos compreender como estes combatentes construíram uma memória positiva sobre os seus atos, e de que forma este conflito serviu para a afirmação destes grupos, como cidadãos brasileiros, através de uma análise amparada em um referencial teórico que privilegia as questões da História Política, incluindo a contribuição de estudos sobre memória, representação e discurso.

Muitos dos relatos expostos e analisados neste trabalho referem-se a situações incríveis, apresentando expressões que salientam a valentia e engenhosidade destes soldados. Estas citações foram fundamentais para compreendermos como estes indivíduos viam a sua participação no conflito, e como eles expunham esta visão para a coletividade. Além disto, são importantes na compreensão da construção de uma memória positiva, e da afirmação de um comportamento exemplar. É importante destacarmos que a memória coletiva é um campo problemático, portanto, ao longo de nossa análise destacamos os personagens responsáveis pela construção dessa memória, bem como o processo de criação e formalização da mesma.

Inicialmente abordamos a Guerra do Paraguai, que ocorreu entre 1864 e 1870, opondo o Paraguai à Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Foi o maior conflito ocorrido na América do Sul, e o que mobilizou por mais tempo o Brasil, gerando o maior número de vítimas em nossa história. A Guerra do Paraguai é um assunto polêmico, que desde o seu término, sofreu várias reinterpretações, através de diferentes concepções historiográficas, sendo assim, realizamos uma discussão, com autores que apresentam diferentes perspectivas.

Neste trabalho, defendemos a idéia de que a Guerra do Paraguai foi fruto de questões políticas e econômicas, que tiveram como marco os processos de independência dos países que constituíam o Vice-Reino do Rio da Prata, Argentina, Uruguai e Paraguai, além do Brasil, que até então era colônia portuguesa.

Durante a primeira metade do século XIX houve constante hostilidade entre Brasil e Argentina, já que o Império temia que os portenhos anexassem o Paraguai e o Uruguai, formando uma grande República. Havia uma série de indefinições nas fronteiras, disputas pela navegação nos rios Paraná e Paraguai, conflitos envolvendo caudilhos, e divergências políticas sobre a maior ou menor abertura ao mercado externo, especialmente no Uruguai e Paraguai. Também destacamos a

política agressiva praticada pelo Império do Brasil na região do Rio da Prata, as disputas internas que ocorriam na Argentina e Uruguai, e a tentativa dos paraguaios de garantir sua liberdade perante a Argentina e o Brasil, conquistando uma saída ao mar, para aumentar o escoamento de sua produção.

As relações entre o Brasil e o Paraguai dependiam do estado das relações entre Brasil e Argentina. Quando o governo brasileiro enfrentava problemas com os argentinos, aproximava-se dos paraguaios, no entanto, quando havia calma, as diferenças entre Brasil e Paraguai afloravam. Neste quadro de constantes disputas políticas, o Paraguai, sentindo-se ameaçado pelo Império e pela Argentina, e buscando o domínio sobre os principais rios da região, atacou o Brasil em 1864, iniciando a Guerra do Paraguai. Após várias batalhas, e mais de 05 anos de guerra, as tropas brasileiras derrotaram o último exército paraguaio, cercando e executando Francisco Solano López, em 1º de março de 1870.

Na sequência, abordamos a colonização alemã no Rio Grande do Sul, que se iniciou em 1824, através da instalação de 38 imigrantes nas terras da Real Feitoria do Linho Cânhamo, posteriormente batizada de São Leopoldo. Os imigrantes desenvolveram um sistema de produção de alimentos, baseado na pequena propriedade, capaz de abastecer a colônia, e demais regiões do Império, especialmente o Sudeste.

No que refere ao motivo pelo qual os Brummer foram recrutados pelo Exército Brasileiro, podemos afirmar que após as independências na região platina, instalou-se um quadro de constantes atritos entre os estados nascentes. Buenos Aires pretendia manter todo o território do antigo Vice-Reino do Rio da Prata sobre o seu poder, enquanto o Paraguai e o Uruguai tentavam manter sua autonomia. Enquanto isto, o Império mantinha firme política na região Platina, praticando frequentes intervenções, tentando barrar a política centralizadora dos portenhos, mantendo o Uruguai sob a sua órbita, e garantindo a sua supremacia no continente sul-americano.

Em 1839, o Uruguai entrou em guerra civil, que opunha os blancos, liderados por Manuel Ceferino Oribe y Viana, e os colorados, que contavam com a liderança de Fructuoso Rivera, no que ficou conhecido como Guerra Grande, pois o conflito se estendeu de 1839 até 1851. Enfrentando rebeliões provinciais, especialmente a Guerra dos Farrapos (1835-1845), o governo brasileiro manteve-se afastado do conflito, enquanto isto, a Confederação Argentina, liderada pelo governador de

Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, que movido por uma política nacionalista e antiliberal havia se tornado ditador do país, interferiu na situação uruguaia, aliando-se ao blanco Oribe. Após a pacificação das rebeliões provinciais, o Império aliou-se a Justo José de Urquiza y Garcia, para enfrentar à Oribe e Rosas. Enquanto isto, Oribe rendeu-se, e Rosas declarou guerra ao Brasil, em 18 de agosto de 1851.

Os legionários alemães Brummer foram trazidos ao Brasil para servirem ao Exército Brasileiro na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). No entanto, com o rápido desfecho do conflito, poucos guerrearam, cumprindo seus contratos de forma bastante problemática, em virtude da baixa qualidade de muitos soldados, e principalmente pelo despreparo do governo brasileiro, que não lhes garantiu as mínimas condições de vida. É importante destacar que muitas das informações sobre os Brummer são oriundas da obra “Memórias de Brummer” organizada por Hilda Agnes Hübner Flores (1997), que conta com os diários dos Brummer Cristóvão Lenz, Henrique Schäfer e Jorge Júlio Schnack. Sendo assim, procuramos identificar a visão destes personagens quanto à sua participação na Guerra contra Oribe e Rosas, o cumprimento de seus contratos com o governo Brasileiro, a sua inserção na província do Rio Grande do Sul, especialmente em São Leopoldo e região, e o seu papel no desenvolvimento regional.

Outra obra que utilizamos para compreender a trajetória dos Brummer foi o artigo “Memórias de um professor: a instigante história de vida do professor Frederico Michaelsen- de imigrante contratado como soldado mercenário na Guerra contra Rosas em 1851(Argentina) a professor primário em colônia alemã do Rio Grande do Sul”, no qual Luiz Alberto de Souza Marques (2010) apresenta trechos da carta escrita pelo Brummer, Frederico Michaelsen, endereçada ao Deutsch Zeitung, em junho de 1898, no qual relata a sua inserção na colônia alemã de São Leopoldo, após o cumprimento do contrato com o governo brasileiro. Apesar das dificuldades iniciais, Michaelsen conseguiu prosperar, tornando-se professor, e obtendo destaque em Nova Petrópolis.

Após o cumprimento do contrato com o governo brasileiro, muitos Brummer, se fixaram na província do Rio Grande do Sul, destinando-se principalmente à colônia alemã de São Leopoldo. Inicialmente, muitos destes soldados passaram por péssimas condições de vida, enfrentando inclusive o preconceito por parte da população, que os considerava mercenários. No entanto, muitos Brummer

integraram-se na sociedade local, desempenhando importante papel na política, imprensa, educação, nas sociedades culturais, bem como na economia da região.

Antes de iniciarmos o último capítulo, de importância maior neste estudo, realizamos breve discussão historiográfica sobre História Política, memória, representação e análise de discurso. Nesta discussão, apontamos as principais concepções que nos guiaram na realização deste trabalho, ficando claro, que optamos por autores aclamados em suas áreas, e que contribuíram para que escrevêssemos uma História Política, voltada para os indivíduos comuns, e que leva em consideração os micropoderes presentes na vida cotidiana, bem como os sistemas de representação.

Esta discussão historiográfica foi fundamental para que compreendêssemos a construção de uma memória positiva, por parte dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes, durante e depois da Guerra do Paraguai. Além disso, importantes autores esclareceram questões fundamentais para que pudéssemos analisar os seus discursos.

Devemos destacar, que através dos relatos dos Brummer, percebe-se a existência de um discurso de valorização destes personagens perante a sociedade, expondo os infortúnios pelos quais passaram, justificando suas faltas, e por vezes, procurando destacar a sua importância na comunidade local.

Portanto, a representação dava sentido ao mundo dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes, já que através das estratégias simbólicas, construíram a sua identidade, e eram percebidos pela coletividade. Sendo assim, as representações regiam suas relações com o mundo e com o outro, interferindo na construção das identidades individuais e sociais. Além disso, a representação está presente nos seus discursos, sendo transmitida até mesmo pelas palavras e condutas, e assumindo um caráter ideológico. Como a representação está a serviço dos interesses do grupo, nota-se nos relatos dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes a existência de distorções, sendo que muitas vezes são aumentados ou minimizados atributos do objeto.

Ao longo desta pesquisa, foi realizada a interpretação dos discursos dos Brummer, imigrantes alemães e descendentes. Através do discurso analisamos a relação entre a linguagem, pensamento e mundo, destes indivíduos, pois o discurso é uma das instâncias materiais envolvidas nessa relação. Além disso, procuramos

analisar o texto levando em consideração sua historicidade, e articulações para que assim pudéssemos construir sentidos para o mesmo.

Na sequência, verificamos o impacto da eclosão da Guerra do Paraguai sobre os Brummer, imigrantes alemães e descendentes, e como os mesmos reagiram perante a situação. Após isto, abordamos a organização dos corpos armados formados pelos Brummer, imigrantes alemães e descendentes, como a Guarda Nacional de São Leopoldo, o Batalhão de Voluntários da Pátria nº. 33, e a “Bateria Alemã”, na região de São Leopoldo, e demais localidades que possuíam imigração alemã. Também abordamos a expedição empreendida pelo Imperador D. Pedro II ao Rio Grande do Sul, em vista da invasão paraguaia à Província, a sua passagem por São Leopoldo, e as repercussões da mesma entre os habitantes de origem alemã da região.

Por fim, apresentamos a participação destes personagens no conflito, buscando compreender a sua contribuição militar, construção de uma memória relativa ao mesmo, e a importância desta guerra na afirmação da cidadania brasileira, para os soldados de origem alemã. Para isto, utilizamos a obra “Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai”, de Klaus Becker (1968), que conta com uma série de relatos, cartas, e diários, escritos pelos Brummer, imigrantes alemães e descendentes, tais como Carl Alexander Wichmann, Jakob Dick, Rudolph Schimmelpfennig von der Oye, Otto Stieher, Jacob Franzen, Pedro Werlang, Friedrich Wilhelm Fruherr von Reisswitz e Cristiano Spindler, que serão analisadas através das concepções presentes em nossa discussão historiográfica. Além disto, a obra apresenta muitas notícias do jornal *Deutsch Zeitung*, escritos por Karl von Koseritz, um dos maiores incentivadores da participação alemã no conflito, e elemento fundamental na construção de uma memória positiva sobre este fato, e principalmente na afirmação da cidadania brasileira dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes.

2 REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

A Guerra do Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, ocorreu entre 1864 e 1870, opondo o Paraguai à Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Foi o maior conflito ocorrido na América do Sul, e o que mobilizou por mais tempo o Brasil, gerando o maior número de vítimas em nossa história, e transformando-se em um marco da história sul-americana. De acordo com Doratioto (1996), este conflito marcou o apogeu do Império do Brasil, no entanto está relacionado à derrocada do mesmo.

Após a Proclamação da República, em 1889 a Guerra do Paraguai passou a ser relacionada à construção de uma identidade nacional republicana, onde as forças armadas eram vistas como defensoras dos interesses nacionais. Esta abordagem não se preocupou com as motivações da guerra, fixando-se nos principais personagens, e feitos militares. De acordo com Maestri (2010), a historiografia republicana apresentava um conflito voltado essencialmente contra Francisco Solano López¹, no entanto, ignorava os termos do Tratado da Tríplice Aliança, que previam a apropriação de territórios paraguaios, pagamento de reparações de guerra, desarmamento e ocupação do país, internacionalização da navegação interna, além da transformação da sociedade local.

No período que se segue ao término do conflito, a historiografia paraguaia seguiu as concepções difundidas pela historiografia aliancista. No final do século XIX, surgiu entre intelectuais paraguaios, um movimento de revisionismo histórico, que através de uma visão essencialmente paraguaia, destacava o heroísmo de Solano López e do povo guarani. Surgia assim, o Lopismo, movimento que propôs uma nova visão sobre o conflito, mas que, no entanto, não conseguiu compreender as causas do mesmo.

A partir da década de 1950, surgiram novas abordagens revisionistas, que através de uma perspectiva das classes oprimidas, procuraram construir uma história dos povos americanos, destacando-se estudos de corte marxista, ou de

¹ Filho e sucessor de Carlos Antonio López na presidência do Paraguai. Solano López governou o país entre 1862, e 1870, quando foi executado por tropas brasileiras que o perseguiam. Ao assumir o poder, investiu na importação de tecnologia e técnicos europeus para o seu país, no entanto, passou a intervir nas disputas políticas da região, sendo protagonista na eclosão da Guerra do Paraguai, e durante todo o seu desenvolvimento.

inspiração anti-imperialista². De acordo com Maestri (2010), tais estudos despreocupavam-se com as batalhas, grandes personagens, ou fatos heróicos, mantendo o foco nas razões políticas, diplomáticas e econômicas da guerra, destacando o embate entre a autonomia paraguaia e os interesses dos ingleses, que através das ações da Argentina e do Império, buscavam garantir sua soberania na região do Rio da Prata.

Atualmente as obras revisionistas têm sofrido duras críticas historiográficas, em virtude das insuficiências na pesquisa, e principalmente por seu caráter ideológico, já que foram concebidas como forma de reação perante os regimes ditatoriais sul-americanos. Segundo esta corrente historiográfica, o Paraguai era país autônomo, que possuía um modelo alternativo de desenvolvimento, e que por isto, era um empecilho para o controle econômico inglês na região platina. Portanto, a guerra teria sido imposta pelo imperialismo inglês, sendo o Brasil e a Argentina instrumentos desta ação.

Doratioto (1996) discorda da visão segundo a qual a guerra teria sido causada pelo imperialismo britânico, sendo o Brasil e a Argentina instrumentos desta ação, enquanto Solano López seria um herói anti-imperialista, vítima do capitalismo internacional. Segundo o autor, a tese de que o imperialismo teria sido a causa da guerra, é fruto dos movimentos políticos e ideológicos da década de 1960 e 1970, como o antiamericanismo e terceiro-mundismo. Sendo assim, as origens deste conflito devem ser encontradas no processo de independência e estruturação dos países platinos, e conforme exposto por Vargas (2010), nos interesses dos caudilhos³ da região.

Maestri (2010) enfatiza a importância do revisionismo marxista da década de 1970, criticando duramente as atuais concepções historiográficas, principalmente aquela que tem como principal representante o aclamado Francisco Doratioto, à qual ele chama de representante da historiografia restauradora. Segundo o autor, a historiografia restauradora, impulsionada pelos grupos dominantes da mídia, editoras, academia, e órgãos estatais, desqualificam a historiografia revisionista, classificando a mesma como a expressão de uma ideologia populista, ou socialista.

² Tais estudos ocorreram a partir da década de 1950, em um contexto de libertações nacionais na Ásia e África, e de contestação do Imperialismo estadunidense, principalmente na América Latina. A perspectiva anti-imperialista se justifica pelas ações intervencionistas do governo estadunidense na América Latina.

³ Os caudilhos foram chefes políticos e militares que conquistaram grande poder durante o processo de consolidação das independências na América Latina, no séc. XIX.

Ao criticar Doratioto, Maestri (2010, p. 229) afirma que sua obra

Perpassa a interpretação do conflito visão relativista da história das nações, onde todos os interesses nacionais são pertinentes. Interpretação na qual todos os conflitos-interesses nacionais resolvem-se à margem de qualquer moralidade, por serem [pretensamente] nacionais. "Aqui não há 'bandidos' ou 'mocinhos', como quer o revisionismo infantil [sic], mas sim interesses.

Maestri (2010) afirma que o Paraguai era país de homens livres, onde grande parte da população era formada por pequenos proprietários, arrendatários, ou homens com acesso a terra. Além disso, afirma que Solano López era um líder progressista, que conduziu uma via original de crescimento, enquanto o Brasil era país escravista e latifundiário. Opinião diversa tem Doratioto (1996), que afirma que o Paraguai era um país essencialmente agrícola e atrasado, onde grande parte das terras estava concentrada nas mãos da família López.

Nos parágrafos anteriores abordamos algumas das principais concepções sobre a Guerra do Paraguai, apresentadas por Francisco Doratioto, um crítico do revisionismo histórico, e Mário Maestri, defensor de tal corrente, e crítico da atual historiografia sobre o assunto. No entanto, ambos concordam na rejeição da abordagem tradicional, que personifica as origens do conflito na ambição de Solano López, propondo estudos voltados para as motivações políticas e econômicas desta guerra.

Por fim, podemos somar a contribuição de Mota (1995), que afirma que a guerra ocorreu graças a uma série de questões políticas e econômicas, durante um processo histórico de definições e redefinições, existentes durante e após o processo de consolidação das independências dos países platinos. Entre os principais problemas a serem resolvidos, encontravam-se questões de fronteira, disputas pelas vias de navegação (em especial os rios Paraná e Paraguai), a influência do mercado exterior, os interesses dos caudilhos e coronéis, e até mesmo as diferenças quanto ao regime de trabalho, já que o Brasil era escravista.

Dito isto, abordaremos este conflito, com ênfase em seus diferentes momentos, e nos aspectos políticos. É importante deixarmos claro que defendemos a perspectiva de que a Guerra do Paraguai foi fruto dos processos de independência e estruturação da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, ideia que conta como principal defensor Francisco Doratioto.

2. 1 Os antecedentes do conflito

Ao analisarmos os antecedentes do conflito, verificamos que durante as primeiras décadas do séc. XIX, o Vice- Reino do Rio da Prata desmembrou-se, nascendo os países da Argentina, Uruguai, Paraguai e a Bolívia. O nascimento da República Argentina ocorreu após diversas disputas entre os modelos políticos, unitário ou centralista⁴, ligado aos interesses de Buenos Aires, e o federalista⁵, relacionado aos interesses das elites regionais, que defendiam a descentralização do Estado.

O Uruguai nasceu em 1828, após três anos de guerra entre argentinos, brasileiros e os partidários da independência. A criação deste país está diretamente relacionada à difícil situação política da época, pois serviu para aplacar as divergências entre a Argentina e o Brasil, que buscavam impor seu domínio sobre os demais países sul-americanos. A independência da República Oriental do Uruguai ocorreu através da interferência dos ingleses, já que os mesmos queriam a estabilidade da região platina, para assim desenvolverem seus negócios.

No entanto, ao longo do séc. XIX o Uruguai passou por uma série de conflitos, que giraram em torno das disputas entre os grupos políticos conhecidos como “Blancos⁶” e “Colorados⁷”. Os “Blancos” era um grupo político composto principalmente por proprietários rurais, e que temiam o avanço de novas potências no país. Enquanto isto, os “Colorados” eram políticos ligados aos comerciantes e às potências européias.

Durante o governo de José Gaspar de Francia⁸ (1814-1840), o Paraguai manteve-se isolado, para garantir a sua independência perante Buenos Aires, já que

⁴ Durante os processos de independência dos países que faziam parte do Vice- Reino do Rio da Prata, Buenos Aires buscou manter a unidade territorial, e centralizar o poder, controlando as demais regiões.

⁵ Defensores do Estado descentralizado chamado de Federal. No caso argentino, o federalismo foi constantemente defendido pelas províncias, que queriam evitar o projeto centralizador e expansionista da antiga capital colonial, Buenos Aires, que por sua vez buscava se apropriar dos excedentes gerados pelas províncias do interior.

⁶ Fundado em 1836, no Uruguai, o Partido Blanco adotava uma política antiliberal, entrando em constantes atritos com o Império do Brasil. Por conta disto, costumava a aliar-se aos argentinos, perante os brasileiros, e seus aliados colorados.

⁷ Fundado em 1836, o Partido Colorado foi o grande rival dos Blancos. Favorável a uma política liberal, estava mais próximo do Brasil, do que seus rivais. Sendo assim, o Império interferiu diversas vezes no Uruguai, em favor de seus aliados colorados.

⁸ Durante o governo de Francia, o Paraguai manteve-se isolado, sendo que sua economia dependia da agropecuária, desenvolvendo-se o cultivo de tabaco, a criação de gado e a exploração de ervamate

durante o processo de independência paraguaio, os portenhos procuraram manter sob o seu domínio, todo o Vice-reino do Rio da Prata, o que não foi aceito pelos paraguaios, que declararam a sua independência, em 1811, sendo constantemente ameaçados pelo expansionismo portenho, e tendo dificultado o acesso ao Oceano Atlântico.

Através da agricultura e da indústria artesanal, o Paraguai manteve-se autossuficiente, não permitindo a imigração e a emigração. Tal panorama modificou-se durante o governo de Carlos Antonio López (1840- 1862) e seu filho Francisco Solano López (1862-1870), quando houve a abertura para o comércio exterior, a vinda de imigrantes e técnicos europeus, a construção de uma ferrovia, e a declaração formal de independência, em 1844. Em virtude disto, houve bloqueio econômico decretado pelo ditador argentino Rosas⁹, que não reconhecia a independência paraguaia. A partir de então, Carlos López passou a organizar um eficiente exército, treinado por oficiais alemães.

No governo de Carlos López, houve uma aproximação com o Império, que inclusive enviou à Assunção o diplomata José Antonio Pimenta Bueno, que incentivou o presidente paraguaio a declarar formalmente a independência, o que ainda não tinha sido realizado, embora a emancipação quanto à Espanha, tenha sido conquistada em 1811. Vale destacar, que os argentinos só aceitaram a independência paraguaia em 1852, durante o governo do federalista Justo José de Urquiza y García¹⁰, pondo fim às dificuldades de navegação dos paraguaios.

Aos poucos, o Paraguai passou a procurar o mercado externo, fato que aumentou seu interesse pelo controle da navegação fluvial dos rios Paraguai e Paraná, e pelo livre trânsito através do porto de Buenos Aires. Neste contexto, em 1862, Solano López chegou ao poder, após a morte de seu pai. No mesmo ano, os federalistas argentinos foram batidos militarmente por Buenos Aires, instalando-se na Argentina um Estado centralizado, sob a presidência de Bartolomé Mitre Martinez (1862-1868).

⁹ Governador de Buenos Aires, desde o início da década de 1830, Juan Manuel de Rosas, foi um representante da elite rural argentina, e produtor de charque, que movido por uma política nacionalista e antiliberal se tornou líder da Confederação Argentina. Foi deposto em 1852, por Urquiza, que juntamente com os colorados uruguaios e o Império do Brasil, venceu a Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852).

¹⁰ Urquiza chegou ao poder após derrotar o portenho Juan Manoel de Rosas, e seu aliado uruguaio, do partido Blanco, Manuel Oribe, na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852), contando com o apoio do governo brasileiro, que buscava combater o expansionismo de Buenos Aires.

Ao falarmos sobre o mercado externo, devemos deixar claro que após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, o Brasil abriu o seu mercado à Inglaterra, realizando também, constantes empréstimos com bancos ingleses, que mantinham o Império em uma posição de dependência quanto aos seus interesses. A influência inglesa também se manifestava na Argentina, onde dominavam o mercado, contando com o apoio dos centralistas. Nota-se, no entanto, que os federalistas, defendiam as suas produções locais, tais como vinho e tecidos. Portanto, Mota (1995) demonstra que a Inglaterra possuía forte domínio sobre os países platinos, sendo o Paraguai, uma exceção.

Neste contexto, a livre navegação na bacia Platina era fundamental para que os brasileiros tivessem acesso ao Mato Grosso, pois o governo Imperial temia que Buenos Aires dominasse tais rios, dificultando os contatos, e até mesmo a manutenção desta província no Império. Portanto, houve uma política de contenção de Buenos Aires, através do apoio às independências do Uruguai e Paraguai, e da aliança com os federalistas argentinos. Vale destacar que os federalistas combatiam o projeto expansionista e centralizador portenho, que buscava se apropriar dos excedentes gerados pelas províncias do interior.

Por outro lado, o Paraguai tinha ressentimento com os argentinos, que só teriam reconhecido sua independência em 1852, após o federalista Urquiza chegar ao poder. O Paraguai também disputava territórios com o Brasil, sendo que o governador do Mato Grosso havia invadido terras paraguaias. Soma-se a isto, a pressão brasileira para que os paraguaios assinassem acordos comerciais e de fronteiras, e o interesse por parte dos ingleses na abertura do mercado paraguaio aos seus produtos. Neste sentido, Mota (1995), afirma que a Guerra do Paraguai marcou a integração da região Platina na economia mundial, sob a liderança inglesa, já que a Argentina, o Brasil e o Uruguai teriam se oposto à autossuficiência do Paraguai.

Dentro deste panorama, podemos afirmar que tal conflito aconteceu graças a uma série de acontecimentos político-militares ocorridos no sul do continente sul-americano, mais precisamente na região Platina, e que levaram a uma situação de hostilidade entre os nascentes Estados, que há pouco tempo haviam se libertado de suas ex-metrópoles européias, mas que lutavam para se estruturar como Estados independentes. A isto, somaram-se as frequentes hostilidades entre Brasil e Argentina, já que o Império temia que os portenhos anexassem o Paraguai e o

Uruguai, formando uma grande República. De acordo com Doratioto (1996) não agradava ao governo brasileiro a formação de um grande Estado republicano, que eliminaria o caráter internacional dos rios Paraguai e Paraná, e do próprio estuário do Rio da Prata, pondo fim à livre navegação dessas vias. Além disso, temia-se que o surgimento desta grande República poderia atrair a província do Rio Grande do Sul¹¹.

Neste contexto, a possibilidade de uma aliança entre Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai eram remotas, no entanto, ela ocorreu, tendo início em 1862, quando Bartolomeu Mitre chegou ao poder na Argentina, derrotando os federalistas, e havendo a reunificação do país. Mitre realizou uma política que agradou aos liberais brasileiros, que estavam no poder naquele momento. Além disso, aproximou-se dos colorados uruguaios, tornando-se um defensor da livre navegação nos rios.

Em 1862, Solano López assumiu o poder no Paraguai, rompendo com a política de neutralidade nos assuntos platinos, e intervindo nas disputas políticas da região, já que o Paraguai necessitava ampliar o comércio externo, em virtude do crescimento econômico pelo qual o país passava. Dentro de tal quadro, o Paraguai tentava manter uma aliança com os federalistas argentinos, em especial as províncias de Corrientes e Entre Ríos, e o partido Blanco, no Uruguai. Segundo Doratioto (1996), um dos fatores que influenciou esta aliança, foi o fato de que mesmo com a centralização Argentina, as províncias de Corrientes e Entre Ríos, viam no Porto de Montevideú uma alternativa para fazer o comércio externo, sem recorrer à Buenos Aires, opção aprovada também pelo Paraguai. Portanto, houve aproximação das partes citadas anteriormente, com o governo blanco uruguaio, que buscava livrar-se da tutela brasileira, no entanto, sem cair sob o domínio portenho.

Neste contexto, é importante destacar a presença de muitos estancieiros rio-grandenses no território oriental, sendo que, segundo Vargas (2010) eles ocupavam cerca de 30 % do mesmo. O Uruguai possuía terras com preço acessível, e com pastos de ótima qualidade, que eram utilizados para a engorda do gado das charqueadas do Rio Grande do Sul.

¹¹ Vale lembrar que entre 1836 e 1845, o Rio Grande do Sul foi palco de movimento de Secessão, através da proclamação da República Rio-Grandense, durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845).

Durante a Guerra Civil Uruguaia¹² (1838- 1851), foram realizados diversos confiscos de gado e terras de rio-grandenses estabelecidos no Uruguai, para alimentar as tropas do governo, o que gerou tensões entre as duas partes. Durante a década de 1850, o presidente Oribe, do partido Blanco, proibiu o contrabando de gado bovino para o Rio Grande do sul, o que gerou descontentamento entre os rio-grandenses, que procuravam a ajuda dos políticos locais, sendo alvo dos partidos adversários.

Por outro lado, os blancos eram aliados do ditador argentino Rosas, que possuía uma política expansionista que preocupava ao governo imperial, tendo-se em vista que seu fortalecimento era visto como uma ameaça à independência do Paraguai e Uruguai, cuja existência era fundamental para a manutenção do caráter internacional dos rios platinos, o que garantia a livre navegação nos mesmos. Sendo assim, o Império mantinha a aliança com os colorados, no Uruguai, e com o entrerriano Urquiza, caudilho argentino que ameaçava ao projeto de Rosas. Portanto, no início da década de 1850, havia comunhão de interesses entre o Império e os estancieiros rio-grandenses, contra o governo blanco.

Tal situação foi resolvida em 1852, após a vitória da aliança entre Urquiza e o Império, na Guerra contra Oribe e Rosas (1851- 1852). Após o conflito, foram assinados tratados com os colorados, que previam a proibição do confisco de terras, e garantiam a livre passagem do gado para o Rio Grande do Sul. A partir de então, estancieiros passaram a utilizar escravos no território uruguaio, que eram registrados como peões contratados.

A situação tornou-se tensa novamente em 1861, quando o chefe político blanco, Bernardo Berro, declarou o fim do prazo legal do tratado que permitia o trânsito de gado para o Rio Grande do Sul, e instituiu lei que proibia contratos com peões negros, por mais de 6 anos. Após isto, Venâncio Flores, político colorado, passou a articular-se com os estancieiros rio-grandenses, enquanto Berro, procurou estabelecer relações com o líder paraguaio Solano López, apostando inclusive em

¹² O conflito no Uruguai opunha Fructuoso Rivera, do Partido Colorado, e Manuel Oribe, do Partido Nacional, conhecido como Blanco. De acordo com Doratioto (2014, p. 23), "os colorados estavam mais próximos do liberalismo e os blancos do nacionalismo antiliberal". A disputa entre as duas facções levou à guerra civil, conhecida como Guerra Grande, já que se estendeu de 1839 a 1851. Neste conflito, Rivera contou com o apoio dos grupos argentinos, opositores à Rosas, enquanto Oribe fugiu para Buenos Aires, obtendo apoio do mesmo. Sendo assim, Rivera declarou guerra a Rosas. As divergências não foram resolvidas, desembocando na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852).

uma aliança com as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Enquanto isto, o presidente argentino Bartolomé Mitre, que buscava centralizar o poder para Buenos Aires, buscou conter os movimentos federalistas de Entre Ríos e Corrientes, permitindo que o Partido Colorado, se organizasse militarmente em Buenos Aires, e invadisse o Uruguai, em março de 1863, iniciando uma nova guerra civil neste país.

Neste contexto, os estancieiros rio-grandenses sentiam-se novamente perseguidos pelas autoridades brancas, fazendo com que Antonio de Souza Netto¹³ fosse até a corte, para reclamar os direitos de milhares de súditos do Império, residentes no Uruguai. A atitude do caudilho gerou apreensão, em vista do temor da irrupção de novo conflito no Sul do Brasil.

Alegando defender os súditos brasileiros estabelecidos no Uruguai, o Império enviou José Antonio Saraiva ao Uruguai, em abril de 1864, com o objetivo de acabar com as supostas violências praticadas contra súditos brasileiros, em virtude da Guerra Civil que ocorria desde 1863, e exigir a punição dos responsáveis por estes atos, caso contrário, o Império interviria no conflito. Em agosto do mesmo ano, Saraiva deu o ultimato ao presidente branco, Atanasio de la Cruz Aguirre Aguado, afirmando que as autoridades uruguaias tinham seis dias para punir os responsáveis pelas violências contra os súditos brasileiros, caso contrário, as tropas imperiais invadiriam o Uruguai. Neste contexto, o governo argentino apoiou as medidas do Império, já que temia a união entre brancos, federalistas e paraguaios. Enquanto isto, o Paraguai protestou, afirmando que a invasão ameaçava o equilíbrio entre os Estados, na região Platina.

Os uruguaios não cumpriram o ultimato brasileiro, e em setembro de 1864, tropas imperiais invadiram o Uruguai.

2.2 A eclosão da Guerra do Paraguai

Reagindo a situação, no dia 11 de novembro de 1864, Solano López tomou a iniciativa, e ordenou que aprisionassem no rio Paraguai, o navio brasileiro Marquês de Olinda, havendo assim, o rompimento das ações diplomáticas entre os dois países. A guerra propriamente dita começou em 23 de dezembro do mesmo ano, quando Solano López lançou ofensiva contra o Mato Grosso. Rapidamente os

¹³ Estancieiro rio-grandense, que residia na Banda Oriental, e que foi uma das lideranças do movimento farroupilha, entre 1835 e 1845.

paraguaios se apoderaram de posições brasileiras, em território disputado entre os dois países. O sucesso paraguaio na invasão do Mato Grosso se deve ao total despreparo da província, que contava com apenas 875 soldados do Exército em seu território.

Em janeiro de 1865, López pediu autorização à Argentina para passar com suas tropas pela província de Corrientes, para atacar as forças brasileiras estabelecidas no Rio Grande do Sul e Uruguai. Tal pedido foi negado pelo governo argentino, sendo assim, cerca de 20 mil paraguaios invadiram a província de Corrientes. De acordo com Doratioto (1995) López esperava apoio dos federalistas argentinos, que imobilizariam Buenos Aires, além dos blancos uruguaios. Desta forma, o Brasil não teria como derrotar os paraguaios, já que o território guarani está localizado no interior do continente, sendo obrigatória a utilização de vias fluviais para a sua invasão, sendo que as mesmas estariam em mãos de aliados paraguaios. Através de tal quadro, os paraguaios esperavam angariar um acordo fronteiriço favorável, tornando-se uma potência regional, com livre acesso ao mar.

No entanto, as expectativas de Solano López foram encerradas quando os blancos, pressionados pelo Império e Argentina, passaram o poder para Venâncio Flores, político colorado, e os federalistas argentinos não ousaram a se opor à Buenos Aires e ao Brasil. Sendo assim, em março de 1865, o Paraguai declarou guerra à Argentina, e em 1º de maio do mesmo ano, a Argentina, Brasil e o Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, comprometendo-se a não negociar a paz antes da deposição de Solano López.

O comando-em-chefe dos exércitos aliados caberia a Bartolomé Mitre, com exceção das operações realizadas no Brasil, onde as ações seriam comandadas por brasileiros. Vale destacar, que passando o controle para os argentinos, o Império buscava evitar possíveis acusações, de que a guerra fazia parte de uma política expansionista da monarquia brasileira. O tratado também definia as fronteiras do Paraguai com o Brasil e a Argentina no pós-guerra, além de estipular uma indenização, para cobrir os gastos de guerra aos paraguaios.

De acordo com Doratioto (1996), a Tríplice aliança possuía vantagem sobre o Paraguai, já que dispunha de pouco mais de 11 milhões de habitantes (sendo 9.100.000 brasileiros), enquanto o Paraguai possuía em torno de 400.000 habitantes. Segundo Doratioto (1996), os países aliados possuíam um comércio externo de 36 milhões de libras (sendo 23.739.898 do Brasil), enquanto o Paraguai

possuía comércio externo que envolvia cerca de meio milhão de libras. Sendo assim, a superioridade demográfica e econômica dava aos aliados a capacidade de formar grandes exércitos, e armá-los.

No entanto, Solano López estava bem preparado para o conflito eminente, ao contrário de seus adversários. Segundo Doratioto (1996), no início da guerra, o efetivo dos exércitos era de 18 mil brasileiros, 08 mil argentinos, e mil uruguaios, enquanto o Paraguai contava com 64 mil homens em seu efetivo, e com 28 mil homens na reserva. No entanto, Doratioto (1996) destaca que o Brasil possuía ampla superioridade naval, o que facilitaria os combates nos rios.

Com o desenvolvimento da guerra, as forças da Tríplice Aliança cresceram, principalmente no que se refere aos brasileiros, que representavam pelo menos dois terços do total. As tropas brasileiras foram organizadas com o exército regular, batalhões da Guarda Nacional¹⁴, recrutamento forçado, além das adesões no corpo dos Voluntários da Pátria¹⁵. O exército brasileiro se fortaleceu ao longo do conflito, já que contava com um reduzido corpo de oficiais, e até de efetivos militares, pois não existia serviço militar obrigatório. Vale ressaltar que até então, os conflitos existentes na região Platina, nos quais o Brasil esteve envolvido, foram resolvidos pelos caudilhos rio-grandenses que, no entanto, não tinham condições de enfrentar sozinhos os paraguaios, em virtude das características deste conflito.

Em junho de 1865, cerca de 12 mil soldados paraguaios estabelecidas em Corrientes, invadiram o Rio Grande do Sul, onde o Exército Imperial tinha cerca de 14 mil homens, além de 10.255 homens no Uruguai, sob o comando dos generais João Frederico Caldwell e David Canabarro, que opuseram fraca resistência. Para resolver os problemas no Sul, D. Pedro II, acompanhado do então Marquês de Caxias, viajou ao Rio Grande do Sul.

¹⁴ Criada em agosto de 1831, e reorganizada em 1850 a Guarda Nacional pode ser considerada uma milícia cidadã, com objetivos de controle social, principalmente dos grupos populares. Esta milícia arrematava toda a população masculina civil e livre, que satisfizesse os critérios censitários, etários, e profissionais para o alistamento. Na época da Guerra do Paraguai, estavam obrigados a servir à Guarda Nacional, todos os cidadãos masculinos com renda familiar superior a 200\$00, podendo ser requisitados, para auxiliar o Exército na defesa da costa e das fronteiras.

¹⁵ Após verificar a facilidade com a qual os paraguaios invadiram e venceram as batalhas no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, o governo imperial resolveu criar, em 07 de janeiro de 1865, os Voluntários da Pátria, onde poderiam alistar-se espontaneamente, cidadãos entre dezoito e cinquenta anos. O governo prometia gratificação de 300 mil réis quando dessem baixa no final da guerra, além de terras nas colônias militares e agrícolas.

Sem receber reforços, e com a retaguarda desprotegida, o exército paraguaio foi sitiado em Uruguaiana, por 18 mil soldados brasileiros, comandados pelos três chefes de Estado Aliados. Em 05 de agosto, 5.500 soldados paraguaios, remanescentes dos 10 mil que haviam invadido o Rio Grande do Sul, renderam-se.

Segundo Doratioto (1996), a invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul, se explica pela negligência do governo brasileiro, que não acreditava na possibilidade de ataque ao Brasil, passando a se organizar para o conflito, somente após a invasão do Mato Grosso. Além disto, o exército era pequeno e mal armado, possuindo no máximo 18 mil combatentes, que na maioria das vezes eram despreparados para a função. Grande parte dos homens, havia se alistado às forças armadas para fugir das forças policiais, ou da justiça.

De acordo com Salles, apesar das dificuldades iniciais, o Rio Grande do Sul foi a província que mais contribuiu para o contingente militar brasileiro, enviando cerca de 34 mil soldados para o conflito, o que correspondia a 17 % de toda a população masculina da província, e 27, 45% de todo o efetivo brasileiro (SALLES, 2004 *apud* VARGAS, 2010, p. 137). Ao realizar comparação com as demais províncias, Vargas (2010) demonstra que apenas a Corte, que mandou 11.461 homens, 8% de sua população masculina, e a Bahia, que enviou 15 mil homens, 2% de sua população masculina, se aproximaram da contribuição rio-grandense no esforço de guerra.

A debilidade do Exército deveria ser amenizada pela Guarda Nacional, e em 21 de janeiro de 1865, 14.796 guardas foram convocados, no entanto, estavam despreparados para o conflito, além de não demonstrarem interesse em seguir para o Paraguai. Neste contexto, em 07 de janeiro de 1865, foi criado o corpo dos Voluntários da Pátria, que deveria sanar a dificuldade no recrutamento.

Em maio de 1865 ocorreu a Batalha de Riachuelo, na Argentina, onde a marinha brasileira destruiu grande parte das embarcações paraguaias, bloqueando o Paraguai, e impedindo seu acesso ao exterior, pelo rio Paraná. Esta batalha marca o início da ofensiva aliada sobre o Paraguai.

Após as derrotas em Riachuelo e no Rio Grande do Sul, Solano López abandonou a ofensiva, e a partir de novembro deste ano, com exceção do Mato Grosso, todas as batalhas ocorreram em território paraguaio. Desde então, a iniciativa das operações militares coube aos aliados, que passaram a ter como objetivo a tomada da Fortaleza de Humaitá, fundamental para a conquista de

Assunção. Humaitá era um grande complexo militar, localizada em uma curva fechada do Rio Paraguai, e que possuía mais de oitenta canhões apontados para o rio, enquanto a face terrestre era protegida por cerca de 100 canhões.

A Tríplice Aliança invadiu o Paraguai através de Corrientes, acreditando que o apoio da Marinha Imperial facilitaria o deslocamento de tropas e viveres, o que de fato não aconteceu. O desempenho da Marinha Imperial durante o conflito foi aquém do esperado, já que seus navios haviam sido construídos para atuar no mar, encontrando dificuldades para manobrar em vias fluviais. De acordo com Doratioto (1996), o vice-almirante Tamandaré não tomou grandes iniciativas ao longo do conflito, em virtude das desconfianças para com os aliados argentinos, pois temia destruir a Marinha Imperial durante o conflito, estando vulnerável ao aliado momentâneo, após a guerra.

Em 02 de maio de 1866, os aliados enfrentaram o primeiro ataque em solo paraguaio, quando 5 mil soldados atacaram a vanguarda de Venâncio Flores em Estero Bellaco, havendo perdas calculadas em 2 mil homens de cada lado. No dia 24 de maio, cerca de 23 mil paraguaios atacaram os 35 mil aliados acampados em Tuiuti, em evidente ousadia, já que os aliados contavam com vantagem numérica e defensiva. O resultado de tal ataque foi a morte de seis mil paraguaios, e igual número de feridos e desaparecidos.

De acordo com Doratioto (1996), os ataques paraguaios demonstram a ousadia de Solano López, já que o exército paraguaio possuía material bélico obsoleto, não possuindo canhões com canos raiados, cujas balas em formato cilíndrico eram mais velozes, precisas e com maior capacidade de penetração. Além disto, grande parte dos soldados guaranis possuía fuzis de chispa, carregados pela boca, e acionados pela chama de um pavio, que ao atingir a pólvora, disparava uma bala esférica, de curto alcance e pequena penetração. Por sua vez, as forças brasileiras dispunham de canhões e espingardas raiadas, que tinham maior alcance em relação ao material utilizado pelos paraguaios, no entanto, seus fuzis também eram carregados pela boca, operação lenta e difícil sob a chuva, o que diminuía a vantagem dos brasileiros nesta ocasião. Sendo assim, a superioridade do armamento brasileiro resultou na maior mortalidade dos paraguaios ao longo das batalhas.

Mesmo com a vitória em Tuiuti, os aliados permaneceram imóveis por dois anos, sendo vitimados por doenças provocadas pelo acampamento insalubre, e

pelas ações do inimigo sobre a vanguarda. Segundo Doratioto (1996), Solano López aproveitou a situação e reorganizou seu exército, incorporando cerca de 6 mil negros vindos de fazendas estatais ou particulares.

Outro fator que dificultou as operações militares brasileiras foi a falta de um comando unificado, pois o Exército Imperial possuía dois comandantes, com o mesmo nível hierárquico, Luís Osório, comandante do 1º Corpo de Exército, e Guilherme Xavier de Souza, o Barão de Porto Alegre, que comandava o 2º Corpo do Exército. Em julho de 1866, Osório retirou-se da guerra por problemas de saúde, passando o comando do 1º Corpo do Exército para o general Polidoro Fonseca Quintanilha Jordão, que era inexperiente em batalhas.

Em outubro de 1866, os aliados atacaram Curupaiti, onde os paraguaios haviam erigido novas fortificações, desconhecidas pelos aliados. Curupaiti ficava às margens do rio Paraguai, pouco mais de 5 quilômetros ao Sul de Humaitá, e era protegida por fossos, muros, cerca de 90 canhões e cinco mil soldados. O ataque foi iniciado pela esquadra, que bombardeou a fortaleza, sem causar grandes danos ao inimigo. Imaginando que o bombardeio tivesse causado grandes danos, os aliados iniciaram o ataque terrestre, no entanto, o barro atrapalhou a mobilidade das tropas, que foram alvejadas pela artilharia inimiga, havendo muitas baixas. Nesta batalha, morreram 1968 combatentes brasileiros e 2082 argentinos, enquanto os paraguaios perderam em torno de 250 homens.

A derrota em Curupaiti teve grande repercussão entre os aliados, gerando desentendimentos entre Polidoro e Tamandaré, que acusavam um ao outro pelo revés. Sendo assim, houve uma divisão entre os aliados, de um lado estavam os primos Porto Alegre e Tamandaré, e de outro Mitre, que contava com o apoio de Polidoro e Flores. De acordo com Doratioto (1996) Mitre criticava duramente Tamandaré por seu imobilismo, enquanto o vice-almirante não confiava no aliado argentino, em virtude da rivalidade adquirida ao longo de meio século de constantes conflitos entre Argentina e Brasil.

No Brasil, a derrota em Curupaiti gerou grande repercussão entre os políticos, surgindo a intenção de se estabelecer um acordo com Solano López, o que não foi aceito por D. Pedro II, que segundo Doratioto (1996) ameaçava abdicar ao trono, caso o Império entrasse em acordo com o rival paraguaio.

Enquanto isto, o governo argentino autorizou Mitre a negociar uma trégua ou paz definitiva com Solano López, sendo inclusive autorizado a não seguir o Tratado

da Tríplice Aliança, em pontos que não julgasse fundamentais para o país. Em 1866, as antigas rivalidades políticas, somadas ao revés de Curupaiti, estimularam o surgimento de revoltas das províncias contra o governo central, prolongando-se por todo o ano seguinte, e desviando tropas argentinas que estavam no Paraguai, para aplacar rebeliões em seu país. A partir de então, a participação argentina no conflito foi diminuta, prevalecendo o esforço de guerra brasileiro.

Para pôr fim às intrigas existentes entre os generais brasileiros, o governo imperial nomeou em 10 de outubro de 1866, o Marquês de Caxias como comandante-em-chefe do Exército Brasileiro no Paraguai. Tal fato marca uma nova fase na guerra, pois Caxias era homem de prestígio dentro do Império, além de que era senador pelo Partido Conservador, enquanto o governo era do Partido Liberal, o que segundo Doratioto (1996), marca a subordinação da política interna à necessidade de vencer a guerra.

Chegando ao Paraguai em novembro de 1866, Caxias encontrou o Exército brasileiro em uma difícil situação, já que as forças terrestres haviam perdido um terço de seu efetivo, graças aos combates e doenças, principalmente a cólera¹⁶. Os soldados estavam instalados em uma região insalubre, com água de baixa qualidade, obtida em buracos cavados em areais, próximos do local onde eram sepultados os cadáveres. Ao longo de 14 meses, Caxias reorganizou o exército brasileiro, havendo grande estagnação no conflito.

A cólera penetrou no exército brasileiro através do acampamento de Itapiru, que reunia comerciantes, igrejas, prostíbulos, barbeiros, dentistas, sendo ponto de trânsito entre os aliados. Segundo Doratioto (1996), tudo leva a crer que as doenças foram a maior causa de mortes no exército brasileiro, durante a guerra. Tal situação foi aplacada com a chegada de Caxias ao comando, já que se passou a dar atenção à infraestrutura hospitalar, ao número adequado de ambulâncias, a alimentação, vestuário, bem como as condições de higiene do acampamento.

O ano de 1867 foi marcado pela imobilidade militar por parte dos aliados, já que necessitavam de tempo para receber e treinar um grande contingente de soldados recém incorporados à tropa, além de que se aguardava o recebimento de

¹⁶ De acordo com Almeida (2011, p.01) “cholera morbus expressão que designa o cólera propriamente dito, mas também outras doenças gastrointestinais epidêmicas que se lhe assemelham. A sua transmissão faz-se por meio de águas ou alimentos contaminados. Os primeiros sintomas são fortes diarreias, seguidos de desidratação, febres altas, vômitos, dores abdominais. Nos casos mais graves esses sintomas seguem-se a queda de temperatura corporal e morte”.

fardamentos e barracas por parte do Império. Outro fator que prejudicou a ofensiva aliada foi o grande desconhecimento sobre o Paraguai, devido à inexistência de mapas sobre o mesmo.

Tais fatos demonstram que o exército brasileiro não estava preparado para uma guerra de posições como a que ocorreu no Paraguai, já que até então, os conflitos platinos tinham sido resolvidos em batalhas rápidas, onde a cavalaria tinha importância fundamental. Segundo Doratioto (1996), esta foi uma guerra total, de longa duração, e que exigiu muitos recursos humanos e materiais, mobilizando fortemente as sociedades que dela participaram.

Outro fator que trouxe dificuldades para o exército aliado no Paraguai foi o ambiente pantanoso, com mata cerrada e chuvas constantes, o que dificultava a movimentação de milhares de combatentes, animais, e todo o seu equipamento bélico. Em virtude disto, podemos afirmar que a Guerra do Paraguai foi diferente dos conflitos nos quais o Brasil esteve envolvido em meados do séc. XX, onde era fundamental a participação de tropas milicianas, comandadas por caudilhos rio-grandenses. Na Guerra do Paraguai, houve valorização do corpo de engenheiros, fundamental para um conflito que exigia planejamento, cálculos, e construções, em virtude das dificuldades impostas pelo inimigo e ambiente.

Em fevereiro de 1867, Caxias assumiu temporariamente o comando das forças aliadas, já que Mitre retornou a Buenos Aires, juntamente com 4 mil de seus soldados, para pacificar as províncias argentinas. Mitre reassumiu o comando em 1º de agosto do mesmo ano.

A partir de julho de 1867, Caxias iniciou uma manobra de flanco para sitiá-las Humaitá, na qual contava com 28 mil soldados, sendo 21.500 brasileiros. Solano López reagiu atacando novamente Tuiuti, que então, contava com 10 mil homens, que com dificuldades repeliram os paraguaios. Esta batalha teve como resultado cerca de 2 mil mortos de cada lado. Em 12 de janeiro de 1868, Mitre abandonou definitivamente o comando das forças aliadas, retornando para o seu país, em virtude da morte do vice-presidente Marcos Paz. Após isto, o comando das forças aliadas passou para Caxias.

De acordo com Vargas (2010), até maio de 1868, o Brasil havia enviado 65.706 combatentes para o conflito, sendo que 58.959 haviam sido enviados entre dezembro de 1864, e outubro de 1867, ou seja, antes do comando de Caxias. Vale destacar, que inicialmente a Guerra contou com ampla adesão da população

brasileira, que a viu como um esforço patriótico. Desta forma, muitos se alistavam aos Voluntários da Pátria sem exigir prêmios em dinheiro, sendo comuns as doações de particulares, ou de movimentos patrióticos. No entanto, a população e o próprio governo esperavam uma guerra curta, como haviam sido os conflitos na região do Rio da Prata, desde 1850. Neste quadro, a longa duração do conflito, e a alta mortalidade gerada pelo mesmo, tornaram a guerra impopular.

Após a expulsão dos paraguaios do Rio Grande do Sul, houve grande diminuição do número de voluntários, e o governo imperial teve que recorrer ao recrutamento obrigatório, havendo resistência da população masculina, que através de casamentos, da fuga para as florestas, e da adesão ao Partido Liberal, que estava no poder, procuravam escapar do recrutamento. De acordo com Doratioto (1996), o conflito foi utilizado para perseguir adeptos do partido opositor.

Segundo Doratioto (1996), à medida que o conflito se estendia as críticas aumentavam, especialmente na imprensa carioca, onde o jornal Correio Mercantil, em 09 de novembro de 1966, apontava que aqueles que sobrevivessem à luta, voltariam mutilados, e que teriam que mendigar, pois os 400 réis que receberiam como pensão, seriam insuficientes para viver. Havia também aqueles que apontavam os enormes gastos do país ao longo da guerra, e o recrutamento forçado. Neste quadro, o governo imperial decretou a convocação de 8 mil guardas nacionais, através de sorteio, o que gerou oposição entre a população, principalmente no Rio de Janeiro e Pernambuco.

Buscando aumentar seus efetivos, o governo brasileiro desapropriou escravos para ir à guerra, reembolsando os seus donos. Ao ser convocados, muitos homens mandavam seus escravos em seus lugares, sendo que após o conflito, o último tornar-se-ia homem livre. Além disso, muitos homens apresentavam substitutos para o cumprimento do serviço militar, pagando a eles recompensas financeiras.

Neste contexto, a guerra ganhou novo ímpeto em 1868, quando Caxias convenceu o vice-almirante José Inácio a forçar a passagem pelo rio Paraguai, passando em frente à Humaitá. Vale destacar que Mitre já havia manifestado anteriormente esta intenção, no entanto, a Marinha Imperial negava-se a fazer, temendo as consequências deste ato. Vale lembrar que os brasileiros suspeitavam das reais intenções de Mitre, acreditando que a ele interessava a destruição das embarcações brasileiras, principal instrumento de poder do Império no Prata. Portanto, no dia 19 de fevereiro de 1868, três navios encouraçados e três

monitores¹⁷, ultrapassaram Humaitá, sob constante ataque dos canhões da fortaleza.

Percebendo que seria envolvido por terra e água, Solano López mandou evacuar Humaitá, ordenando a retirada de maior parte dos combatentes e das armas, permanecendo no local apenas 1.300 homens, com ordens de resistir até a morte. Após duros ataques desferidos por de cerca de 40 mil aliados, a força paraguaia evacuou a fortaleza, rendendo-se após onze dias de luta no outro lado do rio. Após 27 meses de luta, os aliados finalmente tomaram Humaitá, em 25 de julho de 1868.

Para reagir à difícil situação, Solano López aumentou a repressão interna, prevenindo o surgimento de um movimento de oposição, que procurasse depô-lo, para negociar a paz com os aliados. Neste contexto, Doratioto (1996) afirma que em torno de 600 pessoas foram fuziladas por serem consideradas possíveis conspiradores, ou até mesmo por ter condições de substituir Solano López, e negociar a paz. Solano López recusava-se a render-se, de acordo com Doratioto (1996), há indícios de que ele acreditava em uma negociação de paz, que não implicasse uma rendição incondicional. O presidente paraguaio sustentava a sua idéia com base na impopularidade da guerra, e do esgotamento dos recursos no Brasil, ele também levava em consideração a situação tensa do Uruguai, onde o general Flores, que havia assinado o Tratado da Tríplice Aliança, havia sido assassinado por inimigos políticos. Já na Argentina, ascendia ao poder Domingo Faustino Sarmiento, um crítico da política adotada por Mitre.

Em agosto de 1868, enquanto Caxias preparava o ataque a Tebicuari, o general Gelly y Obes, comandante argentino, suspendeu a participação argentina na ofensiva, conforme tinha sido ordenado por Buenos Aires. Tal fato, fez com que o governo brasileiro considerasse a aliança rompida. A conciliação de argentinos e brasileiros ocorreu após o pedido de Mitre ao diplomata brasileiro Joaquim Thomaz do Amaral, sendo assim, em setembro de 1868, as forças argentinas receberam ordens para marchar juntamente com os brasileiros, no entanto, em 03 de outubro de 1868, foi assinado protocolo, segundo o qual, a partir de então, cada Exército aliado ficaria sob o comando exclusivo de seu respectivo general-em-chefe, sendo as operações resolvidas pelos chefes militares aliados.

¹⁷ Embarcações de pequeno calado, no entanto, com espessa blindagem.

Enquanto isto, Solano López estabelecia uma linha defensiva próxima ao arroio Piquissiri. Para surpreender aos guaranis, Caxias ordenou a construção de uma estrada pelo Chaco, para que ali passasse o Exército aliado, que neste momento contava com 31 mil soldados, sendo 25 mil brasileiros, 05 mil argentinos e mil uruguaios, contra 18 mil paraguaios. Em 06 de dezembro de 1868, o Exército Brasileiro marchou seis quilômetros, buscando atacar pela retaguarda as tropas paraguaias, estacionadas em Piquissiri. Ao chegar ao arroio de Itororó, encontraram paraguaios defendendo uma ponte, havendo batalha que resultou nas baixas de 1.800 brasileiros e 1.200 paraguaios. No dia 11 de dezembro, houve batalha nas colinas próximas ao arroio Avaí, quando os paraguaios somaram três mil mortos, e inúmeros feridos, escapando apenas 200 homens. Quanto aos brasileiros, as baixas foram de 02 mil homens, entre mortos e feridos.

Observa-se em Itororó e Avaí a falta de combatividade do Exército Brasileiro, que mesmo em maior número, sofreu pesadas baixas. De acordo com Doratioto (1996), Caxias apontava como responsáveis pela situação, o abatimento das tropas, em virtude da longa duração do conflito, e a presença de muitos negros libertos nas tropas, já que segundo o marquês, este grupo era indisciplinado, pois não conheciam o que era pátria sociedade e família. Quanto a isto, Doratioto (1996, p. 51) afirma que “nem podia ser diferente, afinal, a sociedade brasileira escravizava os negros, tratando-os como instrumento de trabalho e mercadoria, privando-o de cidadania e de vida familiar”. Portanto, os negros percebiam que estavam sendo utilizados em uma guerra extremamente violenta, em virtude dos interesses daqueles que os escravizavam.

No dia 21 de dezembro, 23.406 aliados iniciaram ataque à Lomas Valentinas, onde Solano López reunia 6.500 paraguaios, que foram derrotados no dia 27 do mesmo mês. No dia 30, o forte de Angostura rendeu-se. Durante a batalha, Solano López conseguiu fugir de Lomas Valentinas, em episódio polêmico, já que de acordo com Doratioto (1996), muitos afirmam que Caxias teria sido conivente com este fato, havendo inclusive a versão, de que este teria sido o pedido do ministro americano, general MacMahon¹⁸, que garantia que López sairia imediatamente do país.

¹⁸ De acordo com Doratioto (1996), tanto Caxias quanto Macmahon eram maçons, o que teria estimulado o diplomata estadunidense a pedir a ajuda do marquês, para a fuga de Solano López, que abandonaria o país e fugiria para a Europa. Caxias teria aceitado o acordo, no entanto, Solano López não teria cumprido a sua parte.

Em 1º de janeiro de 1869, os brasileiros entraram em Assunção, encontrando a capital paraguaia praticamente deserta. Doente, e desejando a paz, Caxias retirou-se do conflito, declarando a guerra como terminada. Em 24 de janeiro, Caxias desembarcou em Montevidéu, partindo para o Rio de Janeiro em 09 de fevereiro, abandonando definitivamente a guerra.

Mesmo com o a sequência de vitórias sobre os paraguaios, a situação dos brasileiros não era tranquila, já que o Exército estava desorganizado, e havia clara insatisfação dos soldados com os rumos da guerra. Neste contexto, o governo imperial nomeou o conde d' Eu¹⁹, em 22 de março de 1869, para comandar as forças brasileiras, na caça a Solano López pelo Paraguai. Enquanto isto, Solano López se retirou para o leste do país, onde reuniu forças remanescentes do norte, além de crianças e idosos, em um total de 13 mil combatentes.

Em abril de 1869, o conde d'Eu assumiu o comando dos 26 mil soldados brasileiros. No dia 12 de agosto, 20 mil aliados, sendo 19 mil brasileiros, atacaram Peribeubuí, que contava com 1.800 paraguaios, que foram derrotados com facilidade, no entanto, Solano López conseguiu fugir, rumo a Caraguataí. Em 16 de agosto, travou-se a batalha de Campo Grande, que contava com vinte mil aliados de um lado, e 4.500 paraguaios de outro. De acordo com Doratioto (1996), muitos dos paraguaios eram crianças ou adolescentes, exibindo barbas falsas, para parecerem adultos, além de possuírem fuzis de madeira. Como resultado, registra-se 2 mil paraguaios mortos, e 1.300 prisioneiros, enquanto os aliados perderam apenas 45 mortos e 431 feridos. Consta que nesta batalha, soldados brasileiros incendiaram uma floresta, vitimando muitos jovens, que se escondiam nela. Após esta batalha, d'Eu passou a manifestar aos generais e ministros de sua confiança, o seu desânimo com os rumos da guerra, a sua dificuldade em controlar as forças, e principalmente a falta de sentido em seguir lutando.

Tal situação só teria ligeira melhora a partir de 24 de novembro de 1869, quando José Maria da Silva Paranhos assinou protocolo com o governo argentino, no qual estabelecia a redução das forças aliadas no Paraguai. A perspectiva de retorno para as suas casas aplacou o desânimo das forças brasileiras.

¹⁹ Gastão de Orléans, o Conde d' Eu, era genro de D. Pedro II, sendo marido da herdeira ao trono, a princesa Izabel. Com 27 anos, era bem aceito pelos partidos Conservador e Liberal, algo fundamental dentro das constantes disputas políticas que desviavam o foco da guerra, em 1869.

Em 1º de março de 1870, as forças brasileiras localizaram Solano López no acampamento de Cerro Corá. O presidente paraguaio estava acompanhado de cerca de duas ou três centenas de combatentes, e foi morto após ser ferido por um golpe de lança, caindo ao chão, e sendo executado com um tiro disparado por soldado desconhecido. Segundo Doratioto (1996), o Império difundiu a versão de que Solano López teria sido vitimado pelo golpe de lança, escondendo a execução, para não gerar problemas com as potências internacionais. A morte de Solano López marca o término da Guerra do Paraguai.

2.3 Consequências do conflito

O Paraguai foi o país mais prejudicado pela guerra, perdendo partes dos territórios disputados com o Brasil e a Argentina, e tendo o seu governo passado para as mãos do visconde do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil. O processo de modernização do país foi por água abaixo, e sua economia foi arrasada, sendo que muitas das terras públicas anteriormente exploradas pelos camponeses foram privatizadas.

No que se refere à mortalidade, podemos afirmar que não existe consenso sobre os números, havendo uma série de estudos distintos, sendo assim, apresentaremos os mais atualizados. Maestri (2010) afirma que até 1864, o Paraguai possuía em torno de 400 mil habitantes, havendo enorme mortalidade durante o conflito, especialmente entre os homens, sendo a maioria dos sobreviventes, mulheres, crianças e idosos. Segundo o autor, 150 mil brasileiros teriam participado da guerra, havendo em torno de 50 mil mortos.

Números mais precisos são apresentados por Doratioto (2002), que se baseando nos estudos publicados em 1999, pelos historiadores Thomas L. Whigham e Barbara Potthast, afirma que o Paraguai teria entre 400 e 450 mil habitantes no início do conflito, diminuindo para entre 141.351 e 166.351 pessoas após o mesmo. Portanto, teria ocorrido uma redução de 60% a 69% da população, em virtude da guerra. Segundo Doratioto (2002) o Brasil levou à guerra em torno de 139 mil homens, em um total de 9 milhões de habitantes, ou seja, 1,5% da população, sendo que provavelmente tenham morrido em torno de 50 mil combatentes.

Doratioto (2002), também aponta que dos 5.583 combatentes uruguaios, morreram 3.120, no decorrer do conflito. Já a Argentina, perdeu cerca de 18 mil soldados, dos quase 30 mil que enviou para a guerra.

Segundo Doratioto (1996), durante a guerra, o Brasil consumiu cerca de 614 mil contos de réis, o equivalente a 11 anos de orçamento imperial, e que resultou em déficit público, que se arrastou por cerca de duas décadas. Tal quadro gerou endividamento com bancos ingleses, e a insatisfação popular por conta da alta inflação, gerada pelos enormes gastos.

Quanto à Argentina, a guerra fomentou a unificação do país, sob o poder de Mitre, no entanto, a longa duração e o alto número de baixas, fez com que o conflito se tornasse extremamente impopular dentro do país, ocorrendo inclusive sedições federalistas, que motivaram a saída do presidente da guerra. Em virtude disto, Mitre perdeu as eleições presidenciais de 1868, para Domingo Faustino Sarmiento.

No que se refere ao Uruguai, as tensões políticas não cessaram com a guerra, e após o término da mesma, o país passou a ser governado por Lorenzo Latorre, um militar que governava em nome do Exército, através de uma tendência autoritária e progressista.

No Brasil, uma das maiores consequências do conflito, foi a afirmação do Exército como uma instituição com interesses próprios, onde lentamente se espalhavam ideias autoritárias, de cunho republicano e positivista, fato que gerou atritos com o governo imperial, um dos fatores que levaram o último a sua crise e extinção. Sendo um novo tipo de guerra, o contingente brasileiro teve que sofrer modificações, havendo relativa diminuição da importância militar dos estancieros rio-grandenses, e da guarda nacional, em favor do Exército.

Portanto, a Guerra do Paraguai foi um conflito militar, que ocorreu em virtude de uma série de fatores políticos e econômicos, existentes na estruturação dos países envolvidos. Sendo assim, além das milhares de mortes, ela causou diversas transformações no panorama político e econômico da região Platina, principalmente no que se refere ao Paraguai, que teve seu modelo político e econômico destruído.

No Brasil, a Guerra do Paraguai marcou o apogeu do poderio militar do Império, no entanto, a ascensão do Exército, no pós-guerra, foi elemento determinante para a crise do regime monárquico, e para a posterior Proclamação da República, em 1889.

Muito já foi escrito sobre a Guerra do Paraguai, no entanto, não se pode negar que este conflito gera acaloradas discussões, mesmo após mais de 150 anos de sua eclosão.

3 A COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM SÃO LEOPOLDO: IMIGRANTES, DESCENDENTES E LEGIONÁRIOS BRUMMER

Neste capítulo abordamos a colonização alemã em São Leopoldo, destacando as motivações deste processo, e o desenvolvimento da colônia no que se refere aos aspectos políticos, econômicos e culturais. Posteriormente abordamos o contexto que levou o Brasil a entrar em guerra contra Oribe e Rosas, o recrutamento dos legionários Brummer, por parte do governo brasileiro, a viagem dos soldados ao Brasil, e a participação do grupo no conflito. Por fim, discorreremos sobre o cumprimento do contrato dos Brummer com o governo brasileiro, no período posterior à guerra, e a inserção deste grupo na sociedade do Rio Grande do Sul, especialmente em São Leopoldo, onde vieram a desempenhar importante papel político, econômico e cultural.

3.1 A colonização alemã em São Leopoldo

A colonização alemã no Rio Grande do Sul iniciou-se em 1824, através da instalação de 38 imigrantes nas terras da Real Feitoria do Linho Cânhamo, posteriormente batizada de São Leopoldo.

Pode-se afirmar que até o início do séc. XIX, não havia correntes imigratórias oriundas de uma política de Estado, e sim a vinda espontânea de colonos brancos, em sua maior parte portugueses, e a importação de escravos africanos. No início do séc. XIX, o governo brasileiro passou a incentivar a imigração de europeus ao Rio Grande do Sul, através de uma política governamental de formação de colônias, que produzissem gêneros necessários para o consumo interno.

Ao abordar os motivos pelos quais os alemães abandonaram sua terra natal, Lando e Barros (1992, p. 12), destacam que “a situação política dos países europeus em meados do séc. XIX, agitada por uma série de movimentos revolucionários, atuou como mola de repulsão de um grande contingente populacional.” Entre as principais transformações políticas encontram-se as lutas pela unificação nacional da Alemanha, a guerra franco-prussiana, e o crescimento do capitalismo industrial.

Sendo assim, notamos que este fenômeno está ligado ao contexto europeu no séc. XIX, onde havia uma série de movimentos políticos e sociais que causaram

grande crise para a camada mais desvalida daquela sociedade. Soma-se a isto a questão da industrialização, que surgida na Inglaterra, atingiu a Europa continental no séc. XIX, sendo que as máquinas acabaram substituindo a mão-de-obra artesanal, gerando desemprego, e conseqüentemente a fome, miséria e epidemias.

De acordo com Flores (2004), a servidão persistia na Europa, prendendo os trabalhadores a terra, e não lhes garantindo melhores condições de vida. Desta forma, a possibilidade de garantir suas próprias terras na América, era uma perspectiva bastante atraente.

Quanto a este assunto, Lando e Barros (1992), expõem um quadro diferente, demonstrando que muitos lugares da Europa passavam pela abolição da estrutura feudal, onde o camponês deveria ceder para o seu senhor, 1/3 das terras que ocupava, em troca da propriedade da mesma. De acordo com Lando e Barros (1992), esta reforma causou dificuldades econômicas para os pequenos camponeses, além de que, a partilha por herança diminuiria as terras a ponto desta não produzir o suficiente para a sobrevivência. Vale destacar que de acordo com Flores (2004), nas áreas onde a servidão persistia, havia o regime político e econômico do morgadio, segundo o qual o filho primogênito recebia a totalidade das terras como herança, não sendo fragmentadas entre todos os filhos as pequenas propriedades. O morgadio gerava insatisfação entre os camponeses, que através da imigração procuravam o acesso a terra.

A Europa passava por grande crescimento demográfico gerado pelos avanços nas condições de higiene, e medidas sanitárias, somadas à constância na taxa de natalidade. O crescimento populacional gerou dificuldades na geração de empregos para todos, o que estimulou os desempregados e todos os que passavam por algum tipo de dificuldade, a aderirem à propaganda emigratória. Sendo assim, era necessário procurar uma nova pátria onde não houvesse tantas limitações para o sucesso econômico. Outro problema pelo qual passavam os alemães era a exploração por meio dos altos impostos, por agiotas, proprietários de terras, industriais ou burgueses. Soma-se a isto, o quadro de constantes conflitos, existentes em um estado fragmentado, e que absorvia grande número de homens, para o serviço militar, o que desagradava aos mesmos, em virtude dos severos castigos físicos.

Os fatores citados anteriormente, somados à falta de perspectiva de melhoras, para pessoas que careciam do mínimo necessário à sobrevivência, estimularam muitos a aderir à propaganda dos agentes de imigração.

Quanto aos motivos que estimularam o Brasil a realizar uma política de imigração, devemos destacar que interessava ao governo trazer trabalhadores livres para ocupar os vazios demográficos existentes, principalmente no Rio Grande do Sul, território exposto a guerras fronteiriças.

Tal política tem origem no período joanino²⁰, quando D. João abriu os portos ao comércio estrangeiro, legislando a favor da livre entrada de não portugueses no país, havendo já em 1818, tentativas de imigração na Bahia, e posteriormente a fundação da colônia de Nova Friburgo, formada por suíços. Neste sentido, Lando e Barros (1992) destacam que o sistema escravista era um obstáculo à expansão do capitalismo inglês, já que o trabalhador escravo era privado de salário, não tendo poder aquisitivo para tornar-se consumidor. Sendo assim, as pressões inglesas perante a escravidão, e o incentivo à imigração de alemães para o Brasil, estão relacionados à transformação do regime de trabalho na sociedade brasileira.

Neste sentido, Dreher (1999) aponta como uma das principais causas da política de imigração, a intenção do governo em branquear a população. Isto se deve ao fato de que no início do séc. XIX, havia no Brasil cerca de 1 milhão de indígenas, 1.987.000 negros, sendo a maioria escravos, 628 mil mestiços, e apenas 845.000 brancos. Sendo assim, a elite branca temia uma revolta de escravos, tal como havia ocorrido no Haiti, em 1804.

Além disto, a imigração deveria proporcionar o surgimento de setores médios livres, que fortaleceriam o Governo Central, em detrimento das oligarquias latifundiárias, mais interessadas com seus interesses, e com fortes tendências separatistas. De acordo com Dreher (1999) diversos núcleos coloniais foram criados em pontos militarmente estratégicos, como ocorreu no caso das colônias de São Leopoldo e Torres, que deveriam atender as necessidades de produção de alimentos, roupas, calçados, e arreios para as tropas aquarteladas no Uruguai, e para o recrutamento de homens para os conflitos no Prata.

Após a Independência, o Império do Brasil não tinha tropas para combater os portugueses que ainda resistiam na Bahia, então, D. Pedro I mandou à Europa o

²⁰ Refere-se ao período entre 1808 e 1821, em que D. João esteve no Rio de Janeiro, de onde governou o Império Português, e a partir de 1815, o Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves.

Major Jorge Antônio von Schaeffer, para recrutar soldados sob o rótulo de colonos, pois o Congresso de Viena²¹ proibia a formação de exércitos. De acordo com Flores (2004, p. 18, grifo do autor), Schaeffer prometia aos alemães

Viagem gratuita para o Brasil; pagamento das despesas de manutenção por dois anos (160 réis aos adultos no primeiro ano e metade no segundo, crianças recebendo 50% do valor); 77 hectares de terra gratuita (que não poderia ser vendida antes de 10 anos); isenção de impostos durante 10 anos; gado bovino, eqüino e suíno às famílias, na proporção do número de membros; sementes ou mudas de café, algodão, arroz, trigo, fumo, feijão, batata inglesa, milho; *cidadania brasileira* a partir da chegada e *liberdade de culto* com padre ou pastor sustentados pelo governo.

Após verificarmos todas estas propostas, vale destacar que a Constituição de 1824 tolerava cultos não católicos em estabelecimentos sem a aparência externa de templo, sendo que no caso das igrejas, elas não deveriam possuir torre. Vale destacar que de acordo com a Lei Joanina de 16/03/1820, a concessão de cidadania a estrangeiros era legal, o que foi modificado, com a promulgação da Constituição de 1824.

Schaeffer teve sucesso em sua tarefa em Hannover, Hessen e Mecklenburgo, sendo que o último utilizou da emigração para afastar pessoas envolvidas com a justiça, enviando em 1824, quatro levas de prisioneiros para o Brasil, sendo que a maioria foi incorporada no Regimento dos Estrangeiros do Rio de Janeiro, ou na colônia de Nova Friburgo. Dreher (1999) aponta que Schaeffer teria trazido em torno de 5.000 agricultores, artesãos e comerciantes, e 2.000 soldados, que lutaram na reconquista das províncias do Nordeste brasileiro, e na Guerra da Cisplatina. Seguiram para o sul os excedentes, ou aqueles que não possuíam porte físico para o serviço militar, formando a colônia de São Leopoldo.

Um dos fatores que contribuiu para que os agentes de imigração tivessem sucesso foram as cartas enviadas por parentes ou amigos estabelecidos no Brasil. De acordo com Flores (2004), através das cartas os colonos destacavam a superação perante as dificuldades iniciais, bem como os seus objetivos futuros. Além disso, destacavam que através do trabalho, não sofriam com a fome, problema recorrente na antiga pátria. Desta forma, convidavam parentes e amigos a juntar-se a eles, prometendo auxílio em tal empreitada. Ao ler as cartas de seus parentes e

²¹ Congresso que reuniu as principais nações representantes do Antigo Regime, após a derrota de Napoleão Bonaparte, e que previa entre outras questões o restabelecimento do equilíbrio político militar entre as nações européias, interferindo também nas questões da América.

amigos, aqueles que tinham a intenção de emigrar, sentiam-se mais seguros em fazê-lo. Chegando ao Brasil, procuravam se estabelecer próximos aos seus familiares.

A viagem para o Brasil causava grande apreensão, já que o imigrante deveria abandonar seu pedaço de terra, e vender aquilo que não podia trazer junto, preservando apenas baús com roupas e alguns objetos. Costumavam dirigir-se de trem até o porto, sendo que a viagem pelo oceano durava de três a quatro meses, sendo reduzida a duração após a década de 1860. Os imigrantes viajavam na terceira classe, não dispoendo de conforto, no entanto, não passavam fome, havendo alimentação de boa qualidade, que em muitos casos superava a alimentação de sua terra natal. No entanto, nos navios costeiros do Brasil, a qualidade do serviço nem sempre era boa, e muitos imigrantes sofreram na viagem do Sudeste até Rio Grande. Sobre a parte final da viagem, Flores (2004, p. 25) comenta que “o vapor costeiro trazia os imigrantes até o Rio Grande, onde havia uma pausa de alguns dias. Depois, em Porto Alegre, aguardavam numa das casas dos imigrantes. A etapa final conduzia ao destino: de lanchões até São Leopoldo e, mais tarde, até Montenegro pelo rio Caí, ou até o Rio Pardo”.

Após a viagem nos lanchões, os imigrantes seguiam de carrretas, que carregavam a bagagem e as crianças, sendo que os adultos seguiam a pé. Por fim, seguia-se a pé até o interior da selva, onde deveriam desbravar seus lotes rurais. Entre 1824 e 1830, chegaram mais de 5.000 imigrantes alemães à São Leopoldo, sendo que a maioria deles era oriundo da Região do Hünswick, cujo dialeto ainda é falado na região.

O primeiro grupo de imigrantes era formado por 38 pessoas, que chegaram a Porto Alegre em 17 de julho de 1824, sendo conduzidos em dois lanchões para São Leopoldo, aonde chegaram em 25 de julho. Eles foram alojados na sede da Feitoria do Linho Cânhamo, no bairro Feitoria. A colônia abrangeu inicialmente o Vale do Rio dos Sinos, sendo que São Leopoldo teve início em 1828, com a construção da capela, sendo elevada a município em 1846.

Em 1824, os lotes rurais de São Leopoldo mediam 75 hectares, e cada família recebeu animais, ferramentas agrícolas, e sementes, oriundas da antiga Feitoria do Linho Cânhamo, até que os recursos foram exauridos. Posteriormente, o conceito de pequena propriedade foi se modificando, sendo que em 1850, representava 50 hectares, e em 1870, 25 hectares. O fluxo imigratório seguiu até 1830, quando o

governo imperial, que passava por grave crise política, instituiu a Lei de Orçamento, de 15 de dezembro de 1830, que cortava os gastos com a imigração. Ao ser posta em execução a Lei de Orçamento, o governo devia dinheiro, ferramentas, e animais aos colonos, além de ser interrompido o processo de demarcação das terras, iniciado para acabar com as constantes confusões referentes à posse dos lotes.

Na colônia alemã de São Leopoldo, desenvolveu-se a organização social conhecida como Picada, que constitui em vias abertas na floresta subtropical, ao longo das quais foram instalados os imigrantes, nos lotes que lhes foram designados. Na demarcação dos lotes, obedecia-se aos limites naturais, tais como rios, ou montanhas. Após a demarcação dos lotes, os proprietários abriam uma clareira, na qual era instalada a moradia, e as demais instalações, tais como paiol e estrebaria. Em pouco tempo, as picadas tornaram-se fundamentais para a vida comunal, pois nela encontrava-se o templo religioso, a escola, o cemitério, a residência do professor, do padre, ou pastor, e o salão de festas comunitárias. As picadas também contavam com casas comerciais, que compravam os excedentes locais, e forneciam o que não era produzido pela comunidade, como sal, chapéus, louças, e utensílios para a cozinha.

Em virtude do trabalho agrícola, surgiram ferrarias, que produziam facas, facões, enxadas, pás, machados e foices e que também ferravam os cavalos e mulas. Foram criados também moinhos, onde se moía o milho, trigo, cevada, e onde se descascava o arroz, e prensava o amendoim para fazer azeite. A abundância de madeira proporcionou o surgimento de serrarias, que forneciam tábuas para a construção de casas, estrebarias e galpões. Através das selarias, produzia-se selas e arreios, para os cavalos e mulas, o que de acordo com Dreher (1999) já revela um ramo de atividade ligado ao couro, como a produção de botas, chinelos, tamancos, e sapatos. A produção de calçados foi estimulada pela demanda gerada pelas guerras na região do Prata. Nas funilarias se produzia os utensílios domésticos, e para o trabalho agrícola, tais como latas para o leite, para conservas, canecas, baldes, bacias, e formas para o pão. Cada picada tinha um alambique, sendo que alguns agricultores produziam vinho e cerveja artesanalmente.

O trabalho era familiar, no entanto, havia um sistema de vizinhança, em que os moradores da picada se auxiliavam mutuamente na colheita, festividades, e também em casos de doença, quando a comunidade plantava nas terras do doente. Nas propriedades, as famílias desenvolviam a policultura, produzindo milho, feijão,

batata, arroz, aipim, frutas e hortaliças, além de criarem gado vacum, porcos, galinhas e gansos. Com os produtos agrícolas produzia-se o açúcar, amido e farinha. As vacas forneciam o leite, do qual se fazia o queijo e a manteiga, os porcos forneciam a banha e a carne para o consumo diário, as galinhas produziam ovos, os gansos as penas para os cobertores, e as ovelhas a lã.

No que se refere ao perfil dos colonos, havia muitos artesãos. De acordo com Flores (2004, p. 29), “em 1835, véspera da Guerra dos Farrapos, havia em São Leopoldo 14 moinhos, 5 teares para linho e algodão, 2 serrarias, 2 destilarias, 1 selaria, 16 atafonas, oficinas para fabrico de camas. O curtume bem-sucedido de Luis Rau em Novo Hamburgo, foi o cerne da indústria coureira que aí se desenvolveu”.

Portanto, nota-se o rápido progresso, que proporcionou a expansão da colônia para Estância Velha, Novo Hamburgo, Campo Bom, Ivoti, Linhas 14 e 28, Hortêncio, e Dois Irmãos. O corte da verba que mantinha a imigração, e a Guerra dos Farrapos, paralisaram a imigração para a colônia.

Na segunda metade do séc. XIX, já havia curtumes, fábricas de papel, fósforos, alumínio, tintas e vernizes, além de metalúrgicas, em São Leopoldo. Os imigrantes alemães mais afortunados instalaram-se em Porto Alegre, onde cuidavam da importação e exportação, sendo que regulavam o transporte fluvial. O crescimento da região de colonização alemã tem como um dos principais fatores a sua relação com Porto Alegre, no entanto, podemos afirmar que o processo contrário também ocorreu, ou seja, o crescimento pelo qual a capital passou em meados do séc. XIX está relacionado ao desenvolvimento das colônias, já que a capital exportava os excedentes produzidos na colônia para a região sudeste do país. De acordo com Dreher (1999), o desenvolvimento de Porto Alegre e das colônias está diretamente relacionado à posição das picadas, ao longo dos rios Sinos, Caí, Taquari e Jacuí, que desembocam no Guaíba, em Porto Alegre.

Com o crescimento econômico, os alemães construíram uma série de clubes recreativos e igrejas, mantendo inclusive uma imprensa alemã, cujo maior representante era Karl von Koseritz²², com seu jornal *Deutsch Zeitung*, sediado na capital.

²² Karl Julis Christian Adalbert Heinrich Ferdinand von koseritz nasceu em Dassau, capital do ducado de Anhalt, na Alemanha, em 03 de fevereiro de 1830, falecendo em Porto Alegre, em 30 de maio de 1890. Koseritz fazia parte de uma geração de intelectuais liberais, e teve que se retirar da Alemanha em virtude do fracasso das Revoluções liberais de 1848, das quais participou. Veio para

A navegação fluvial foi desde a década de 1820 a principal forma de transporte, no entanto, após a implantação da linha ferroviária, que em 1874, já tinha terminal em Novo Hamburgo, houve novo surto de progresso, acompanhado pela chegada do telefone em 1909, e do automóvel em 1910.

De acordo com Lando e Barros (1992), o progresso dos alemães está relacionado ao fato de que com a facilidade de comunicação existente com a capital, tal colônia pode abastecê-la de gêneros alimentícios, exportando também para a região cafeeira, onde a escravaria era voltada para a produção de café, produto de exportação, e que rendia maior lucro, em relação aos gêneros alimentícios.

No entanto, a trajetória dos imigrantes alemães não foi marcada apenas pelo progresso, já que, entre 1835 e 1845, a Guerra dos Farrapos colocou em lados opostos legalistas e farroupilhas, causando divisão na colônia alemã de São Leopoldo. Muitos imigrantes foram envolvidos no conflito por forças legalistas ou farroupilhas, seja pela persuasão ou força, sendo que durante o conflito, cerca de 3.000 alemães, ainda sem cidadania brasileira, pegaram em armas. A Guerra dos Farrapos foi um dos elementos que paralisou a imigração durante a década de 1830, e início da década de 1840.

Entre os imigrantes alemães, a liderança farroupilha foi Hermann von Salich, um ex- oficial do Regimento dos Estrangeiros, que havia chegado à capital em 1829, e que em 1835, recebeu dos farroupilhas a Inspeção de São Leopoldo. Salich angariou colonos para a causa farroupilha, contando com o apoio do pastor Friedrich Christian Klingelhöffer, de Campo Bom. Salich foi morto em Sapiranga, onde tentava conquistar adeptos, no dia 06/10/1837, e Klingelhöffer foi morto degolado, em Triunfo, enquanto levava sua família para Rio Pardo, onde estariam protegidos.

Para angariar adeptos, os farroupilhas concederam a cidadania aos colonos alemães de São Leopoldo e Três Forquilhas em 18.12.1838, o que os legalistas só fizeram em 03.09.1846, após o término do conflito, em virtude do auxílio prestado pelos imigrantes, ao longo do mesmo. Em 1850, a cidadania foi concedida para os imigrantes de São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas.

o Brasil juntamente com os Brummer, como aprendiz de marinheiro. Ao chegar ao Rio de Janeiro, engajou-se no 2º Regimento de Artilharia da Legião Alemã, do qual desertou em 1852, em Rio Grande. Koseritz teve grande importância política e intelectual na província, tendo destaque o período entre 1864 e 1881, época em que esteve à frente do *Deutsch Zeitung*, jornal bissemanário, que é considerado o mais importante periódico de língua alemã da época. Apesar de considerar-se Brummer, e ser reconhecido por muitos como tal, em várias obras, os autores destacam que Koseritz não foi um Brummer.

Quanto aos legalistas, a maior liderança foi João Daniel Hillebrand, rígido diretor da Colônia de São Leopoldo, que conclamou os colonos às armas, formando a Companhia de Caçadores Voluntários Alemães, que comandou em São Leopoldo, e no cerco a Porto Alegre, sendo promovido a coronel, e comandante de São Leopoldo e Santana, em 1840.

Muitos historiadores afirmam que os colonos não tinham grande participação política no Rio Grande do Sul, o que tem sido questionado na atualidade. De acordo com Witt (2010), os colonos alemães participaram das questões políticas e sociais em nossa região, principalmente através das práticas políticas cotidianas. Vale lembrar, que de acordo com Barros (2004), a partir dos anos 1980, consolidou-se a nova concepção sobre História Política, havendo a partir de então, maior interesse pelos micropoderes presentes na vida cotidiana, bem como os sistemas de representação, abrindo espaço para uma “História vista de Baixo”, preocupada com as grandes massas, ou com o indivíduo comum. Além disto, Remond (2003) demonstra que a História Política vai além das atitudes do Estado.

Os imigrantes alemães e descendentes participaram ativamente da política, lutando por seus direitos, e ocupando espaços políticos e sociais, que foram fundamentais para o sucesso do processo de colonização. Sendo assim, Witt (2010), demonstra que uma das principais estratégias políticas dos imigrantes alemães, foi o capital simbólico e imaterial. Desfrutavam de reconhecimento da comunidade, aqueles que conseguiam ter representatividade na comunidade, como ocorreu no caso exposto por Witt (2010), onde o pastor Carlos Leopoldo Voges, utilizava-se de seus contatos, e de sua influência e respeito para exercer um importante papel político na comunidade.

Além disso, Witt (2010) apresenta as disputas entre três pastores protestantes, Voges, Ehlers, e Klingelhoefter, para estabelecerem-se em São Leopoldo, onde garantiriam acesso às autoridades e ao Poder Público, além de maior aproximação com as questões políticas, e com a capital. Neste sentido, Voges utilizava-se de sua palavra de pastor, para garantir sua inserção nas questões políticas da região colonial, além disso, utilizava-se de seu constante contato com os fiéis, para estabelecer e reforçar amizades e alianças, e em muitos casos, representava a comunidade perante das autoridades.

Witt (2010) demonstra que o crescimento econômico garantiu a muitos, o acesso ao poder político na sociedade colonial. O poder econômico garantia a

comunicação com diversas instâncias da administração da colônia ou da província, desta forma, os enriquecidos buscavam destaque na sociedade da região, integrando-se geograficamente, socialmente e politicamente. Em situações de conflito, os colonos escreviam cartas denunciativas, ações jurídicas, buscando garantir sua sobrevivência, o respeito das autoridades e conquistar um espaço na sociedade colonial.

Um dos aspectos que mais chamam atenção quanto ao processo de colonização alemã no Rio Grande do Sul, é a valorização por parte dos imigrantes alemães ou descendentes, da escola e da imprensa. De acordo com Rambo (2003), os teuto-brasileiros valorizavam a escrita e a leitura, além de conhecimentos históricos, geográficos, matemáticos e religiosos, informações sobre os acontecimentos locais, regionais, e até mesmo nacionais e internacionais.

Nas primeiras décadas do processo de colonização, a escola desempenhou papel fundamental ao garantir a instrução básica aos colonos. A educação recebeu novo incentivo a partir de 1850, com a chegada dos Brummer, que tiveram grande importância no desenvolvimento cultural das comunidades de origem germânica, participando na organização de associações, sociedades e clubes, voltados para o lazer, cultura, até organizações profissionais ou de classe.

De acordo com Rambo (2003), durante a década de 1850 e 1860, surgiram três vertentes de pensamento entre os teuto-brasileiros, a católica romana, que se desenvolveu a partir de 1849, após a chegada dos padres jesuítas, a protestante, com a vinda de pastores alemães e a organização do Sínodo Rio-grandense, e a liberal, que contou com a contribuição dos Brummer, tendo como seu maior representante Karl von Koseritz. Foi através destas três correntes de pensamento que surgiu a imprensa de língua alemã no sul do Brasil.

Em 1853, com a transferência do jornal *Deutscher Einwanderer*, do Rio de Janeiro, para Porto Alegre, foi dado importante passo para o desenvolvimento da imprensa de língua alemã no Rio Grande do Sul. Este jornal não teve sucesso, tendo as suas atividades encerradas em 1863, sendo que as suas instalações tipográficas foram vendidas, despontando um novo jornal de origem alemã, o *Deutsche Zeitung*, que em pouco tempo, tornou-se ferramenta de difusão das ideias liberais da comunidade teuto-brasileira. Tal jornal contava com a colaboração de

elementos ligados ao pensamento liberal, sendo muitos deles ex-Brummer²³, tendo destaque à figura de Koseritz, maior representante do pensamento liberal entre os teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, e com grande vinculação ao grupo dos ex-Brummer. Vale destacar, que através de sua obra, Koseritz buscava maior participação política para os teuto-brasileiros, e a incorporação dos mesmos na sociedade brasileira, preservando-se a cultura germânica.

O Deutsche Zeitung manteve conflito aberto com os jesuítas, representantes do segmento teuto-riograndense católico, manifestando ideias anticristãs e anticlericais, através de escrita agressiva. Outro jornal que realizou constantes ataques contra os jesuítas foi o Bote von São Leopoldo, que circulou entre 1867 e 1877, em São Leopoldo, e que mantinha-se alinhado aos ideais do Deutsch Zeitung.

Reagindo aos ataques da vertente liberal, foi criado em 1871, o Deutsche Volksblatt, jornal alinhado com os ideais católicos, e liderado pelos jesuítas. Seis anos mais tarde, foi criado o Deutsche Post, representante do segmento protestante, e que manteve fortes discussões com o Deutsche Volksblatt. A partir da década de 1880, tornou-se o principal representante do protestantismo na província. Com o passar das primeiras décadas, os dois jornais de cunho religioso abandonaram as intensas disputas ideológicas, dedicando-se aos assuntos relacionados às respectivas confissões religiosas.

Mesmo que rompa com nossa limitação temporal, vale destacar que em 1882, Koseritz deixou o Deutsch Zeitung, fundando o Koseritz Deutsche Zeitung, que em 1906 passou a chamar Neue Deutsche Zeitung, que se manteve até a campanha de nacionalização ocorrida no Estado novo. Até o fim de sua linha editorial, o Neue Deutsche Zeitung manteve a defesa do pensamento liberal de Koseritz.

Outro gênero periódico que teve grande importância na colônia alemã foi o dos almanaques, também conhecidos como Kalender. Este gênero foi amplamente difundido entre as diversas camadas da sociedade teuto-brasileira, penetrando inclusive nas comunidades rurais e afastadas, onde era considerado fundamental para a família, já que informava o calendário de festas, fases da lua, feriados, além

²³ Neste trabalho utilizaremos o termo Brummer para referir-se ao período em que os legionários cumpriram o contrato com o governo brasileiro, e durante a inserção dos mesmos na colônia alemã de São Leopoldo. Ao falarmos sobre a Guerra do Paraguai, ou outras questões posteriores à inserção deste grupo na sociedade de São Leopoldo, também usaremos o termo ex-Brummer, tendo em vista que o Corpo armado que estes constituíam já havia sido extinto, o que não indica que o termo “Brummer” esteja incorreto, tendo em vista que este grupo sempre esteve associado a esta alcunha.

de orientações sobre a agricultura, prevenção e tratamento de doenças, cuidados com animais domésticos, entre outros assuntos adequados para a vida nas comunidades teuto-brasileiras. Com periodicidade anual, os almanaques destinavam-se a formação e informação dos leitores, trazendo inclusive uma retrospectiva dos acontecimentos de repercussão regional, nacional e internacional. A parte final dos almanaques costumava conter anúncios, que ajudavam a bancar os custos da edição, além de mostrar aos leitores as novidades disponíveis para o consumo, tais como máquinas, tecidos, sementes, medicamentos, cosméticos, e até mesmo, áreas para a colonização. Havia também uma parte dos almanaques que era constituída por contos, poesias, relatos de viagens, e biografias, além de peças de humor e provérbios.

O primeiro almanaque editado no Rio Grande do Sul foi o Koseritz Deutscher Volkskalender, no qual Koseritz buscava repercutir assuntos relacionados ao cotidiano do imigrante ou descendente alemão da província, atendendo aos seus anseios. O nome deste almanaque nos revela a orientação liberal deste periódico.

Além disso, desde o princípio do processo da colonização alemã em São Leopoldo, houve diversos conflitos quanto à posse da terra, em virtude dos diferentes interesses das autoridades, da insuficiência burocrática do Império, do crescimento da zona colonial, e da valorização das terras.

Ao abordarmos os diversos problemas quanto à posse da terra no período inicial da colonização, Tramontini (1994) afirma que segundo Hillebrand, Schaeffer teria feito contratos ilegais e desautorizados com imigrantes alemães, fazendo promessas exageradas, como a de 160.000 braças quadradas de campo e mato. Além disso, aponta que nos seis primeiros anos de colonização foram firmados três tipos de contratos, sendo que muitas cláusulas não foram cumpridas. Segundo Hillebrand, houve arbitrariedade por parte do inspetor da Colônia, José Tomás de Lima, que desrespeitou as medições realizadas pelo engenheiro João Batista Alves Porto, em virtude de interesses pessoais.

Apesar das constantes queixas, o presidente da providência não tomou qualquer medida contra as atitudes de Tomás de Lima, o que gerou grande confusão na colônia, havendo disputas entre colonos, ou entre colonos e antigos posseiros e proprietários lindantes.

Percebendo o estado de confusão da colônia, o presidente da província, Caetano Maria López Gama, nomeou em dezembro de 1830, um piloto para a

medição geral dos terrenos, o que não ocorreu em virtude da Lei Orçamentária, que proibia qualquer despesa com a colonização.

Ao analisarmos o processo de colonização de São Leopoldo, podemos perceber que não havia uma regulamentação da propriedade privada da terra, o que gerou disputas entre os posseiros, os proprietários lindantes, e o governo brasileiro. Vale destacar que o governo considerava estas terras pertencentes à Feitoria, ou seja, ao Estado, enquanto os posseiros a consideravam suas. Com a valorização das terras, gerada pelo processo de colonização, as disputas se intensificaram.

Além disso, o descuido do inspetor José Tomás de Lima, durante a organização dos lotes coloniais, gerou dúvidas e conflitos entre os colonos, havendo dúvidas quanto às dimensões das terras, e também quanto à qualidade das mesmas.

Dentro deste quadro de indefinições, muitos colonos utilizaram das possibilidades proporcionadas pelo sistema fundiário para adquirir vantagens, sendo que em algumas ocasiões, vendiam as suas terras, já valorizadas, transferindo-se para frentes pioneiras, com terras baratas, mas sem título de propriedade. Outros partiam para as frentes pioneiras, em busca de terras para os filhos, enquanto havia aqueles que conseguiram acumular capital, para investir na compra de terras. Neste sentido, Tramontini (1994) demonstra que a valorização das terras, geradas pelo aumento populacional, e pela concentração fundiária, bem como a desorganização da política agrária, somados aos problemas de demarcação dos lotes, tornou a invasão de terras devolutas, prática comum entre os colonos alemães.

3.2 Os legionários alemães Brummer na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852)

Ao analisarmos a Independência do Brasil, verificamos que a participação de D. Pedro no processo, somado ao fato de que desde 1808, o país era o centro do Império Luso-brasileiro fez com que este acontecimento não viesse acompanhado de grandes rupturas em nossa sociedade, havendo continuidade nas estruturas administrativas, além da manutenção de burocratas e militares fiéis ao Imperador. De acordo com Doratioto (2014), os instrumentos de poder do Estado Monárquico trouxeram relativa vantagem na política do Prata, perante as antigas províncias do

Antigo Vice- Reino do Rio da Prata, que enfrentavam grandes dificuldades para se organizarem politicamente.

Na região platina, houve forte resistência às independências, e após ela ser alcançada, a adoção de um regime republicano causou uma crise de legitimidade, que dificultou a centralização do poder por parte de Buenos Aires. Sendo assim, Buenos Aires não conseguiu submeter o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai.

Na Argentina, houve oposição das elites das províncias do interior, perante a centralização do poder por parte dos portenhos, sendo que buscavam a liberdade para exercer o domínio local, mantendo para si os ganhos econômicos. Portanto, as elites provinciais defendiam a adoção do modelo de Estado descentralizado, chamado de federal, segundo o qual evitariam o compartilhamento de poder e recursos com Buenos Aires.

De acordo com Guazzelli (2005), o término do período colonial não significou a instantânea organização dos Estados Nacionais, prevalecendo os elementos que garantiam a continuidade dos processos produtivos e da ordem social, destacando-se a figura do caudilho. É importante destacar a autonomia dos caudilhos, e as constantes alianças realizadas com congêneres de outras regiões, províncias e até mesmo países, fato que inseriu este grupo em diversas questões políticas, diplomáticas e principalmente bélicas, no período de organização e estruturação dos Estados platinos.

Vale lembrar, que as lutas internas no Vice-Reino do Rio da Prata, permitiram que em junho 1811, as tropas portuguesas ocupassem o território da Banda Oriental, retirando-se meses depois. Posteriormente, em 1814, José Gervasio Artigas criou a Liga dos Povos Livres, no Uruguai, baseada no federalismo e reformismo social, contrariando aos interesses dos portenhos e da Coroa Portuguesa. Sendo assim, em 1816, a Banda Oriental foi ocupada por forças portuguesas, sendo que em 1821, D. João incorporou a região ao Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil, como Província da Cisplatina.

Em 1822 a Província da Cisplatina foi incorporada ao Império do Brasil, no entanto, a situação no Prata não estava pacificada, pois em 11 de abril de 1825, um grupo de revolucionários, liderados por Juan Antonio Lavalleja, conhecidos como Los Treinta y Três Orientales, desembarcaram na Cisplatina, vindos de Buenos Aires, iniciando a luta pela independência da Banda Oriental perante o Brasil, e solicitando a incorporação do território oriental às Províncias Unidas. O pedido foi

aceito pelo congresso das Províncias Unidas, o que fez com que D. Pedro I declarasse guerra a elas. Iniciava-se assim a Guerra da Cisplatina (1825-1828).

O Império não estava pronto para o conflito com as Províncias Unidas, sendo que as forças brasileiras foram derrotadas em várias batalhas, perdendo em 1825 o controle sobre o interior do território oriental, dominando apenas Montevideú e Colônia. No entanto, as tropas argentinas não conseguiram uma vitória definitiva sobre o Império. Durante o conflito, houve tentativas de negociação de paz, frustradas pelo clamor popular dos argentinos, que recusavam a soberania brasileira sobre a Banda Oriental. Sendo assim, nenhuma das partes tinha condições para sobrepor definitivamente o inimigo.

Percebendo que o conflito não teria um desfecho rápido, e sentindo-se prejudicada comercialmente, a Inglaterra interveio diplomaticamente no conflito, impondo a paz, e levando o Império e as Províncias Unidas a aceitarem a independência da Banda Oriental. Sendo assim, em 27 de agosto de 1828, foi assinado a Convenção Preliminar de Paz, segundo o qual a Banda Oriental tornaria-se Estado independente, sob o nome de República Oriental do Uruguai, tendo a sua existência garantida pelas Províncias Unidas, Brasil e Inglaterra. De acordo com Guazzelli (2009), o Uruguai serviu como “Estado-tampão” entre os interesses do Império do Brasil e das Províncias Unidas do Rio da Prata, funcionando como “algodão entre cristais” conforme a expressão do representante inglês Lord Possomby.

Esta guerra teve grandes consequências para o Império, já que de acordo com Doratioto (2014), a incapacidade de comando militar de D. Pedro I e a sua insistência em permanecer no conflito, contribuiu para o seu desgaste político, que o levou a abdicar ao Trono brasileiro em 07 de abril de 1831.

Durante o período regencial, as rebeliões provinciais contra o poder central, e a fragilidade política e econômica do Império, impediram uma política ativa na região platina, sendo assim, o governo brasileiro manteve cautela quando em 1839 iniciou-se guerra civil no Uruguai. Situação diferente ocorria na Argentina, onde em 1831, Juan Manuel de Rosas assinou o Pacto Federal com os governantes de Santa Fé e Corrientes, para defenderem-se em caso de ataques externos e internos, e que em 1835, organizou a Confederação Argentina, tornando-se ditador da mesma. Embora tivesse a mesma posição dos demais governadores, exceto pelo direito de representar no exterior as províncias argentinas, Rosas havia se tornado ditador do

país, promovendo um nacionalismo antiliberal e o combate aos unitários. Sendo assim, Rosas interferiu no conflito uruguaio pondo-se ao lado de Oribe.

O conflito no Uruguai opunha Fructuoso Rivera, do Partido Colorado, e Manuel Oribe, do Partido Nacional, conhecido como Blanco. Os colorados adotavam uma política mais próxima do liberalismo, enquanto os blancos optavam pelo nacionalismo antiliberal. A disputa entre as duas facções levou à guerra civil, conhecida como Guerra Grande, já que se estendeu de 1839 a 1851. Neste conflito, Rivera contou com o apoio dos unitários argentinos, opositores de Rosas, enquanto Oribe fugiu para Buenos Aires, obtendo apoio de Juan Manuel de Rosas. Sendo assim, Rivera declarou guerra a Rosas.

Segundo Doratioto (2014), com a eclosão da Guerra Grande, o Império enfrentava uma situação delicada na região platina, já que desde 1835, o Rio Grande do Sul passava pela Guerra dos Farrapos, grande conflito, envolvendo legalistas e farroupilhas. Portanto, havia um quadro de intensas disputas políticas na região platina, no entanto, o Império tinha dificuldades em agir, devido às disputas internas que ocorriam justamente no Sul.

No entanto, em 1840, a elite oligárquica formada principalmente por cafeicultores do sudeste, uniu-se à burocracia governamental, em busca de maior centralização no Estado brasileiro, para isto, foi realizado o Golpe da Maioridade. Com o Golpe da Maioridade, em 1840, o governo brasileiro passou a ter novamente uma política externa ativa, havendo a preocupação quanto ao separatismo farroupilha, que era apoiado por Rivera. Deve-se destacar que ao longo do conflito, os farroupilhas praticaram comércio externo através do porto de Montevideu, contando com a omissão de Rivera, e também recebiam armas e cavalos de Corrientes e Entre Ríos. No entanto, o governo imperial tinha que tolerar Rivera, já que Oribe era aliado de Rosas.

Rosas não reconhecia a independência do Paraguai, e a sua interferência no Uruguai, fez com que o Império temesse que a Confederação anexasse estes dois países, dificultando o tráfego pelos rios platinos, o que impediria a comunicação fluvial à província do Mato Grosso, que a partir de então deveria contar com a permissão de Buenos Aires. Deve-se destacar que interessava ao Império que as margens do Rio Paraná e Paraguai não fizessem parte de um mesmo país, mantendo-se o caráter internacional das vias fluviais. Neste contexto, preocupava ao

Império o caráter provisório do Tratado de 1828, que garantia a independência do Uruguai, buscando diplomaticamente a assinatura de um tratado definitivo.

Em 1843, Rosas fez uma proposta de aliança ao Império, já que estava sendo ameaçado por uma intervenção da Inglaterra e França, além de enfrentar uma revolta em Corrientes. Rosas propunha que o Império e Buenos Aires agissem conjuntamente para manter o bloqueio de Montevideu e de outros portos sob o controle de Rivera, prometendo fornecer cavalos para as operações do Exército Imperial contra os farroupilhas. O acordo foi assinado por D. Pedro II em 24 de março de 1843, no entanto, Rosas não o ratificou, alegando que necessitava do consentimento de Oribe. De acordo com Doratioto (2008), Rosas dispensou o apoio do Império em virtude da pacificação de Corrientes, e do término das ameaças de intervenção dos ingleses e franceses. Sendo assim, pode-se afirmar que estes fatos convenceram aos governantes brasileiros de que Rosas era um inimigo do Império.

O governo imperial reagiu criando condições para o apaziguamento do Sul, fazendo concessões aos farroupilhas, e pondo fim à luta em 1845. O governo também reconheceu a independência do Paraguai, fornecendo inclusive diplomatas para trabalhar na Europa pela aceitação desta independência. Sendo assim, a situação tornou-se tensa entre o Império e Rosas.

De acordo com Doratioto (2014), desde o início do conflito a França e Inglaterra haviam financiado Rivera, já que eram contrárias à política austera de Rosas quanto à navegação. No entanto, no final dos anos de 1840, os ingleses e franceses retiraram o apoio a Rivera ao perceber que Rosas trazia estabilidade à Confederação, algo fundamental para o bom andamento comercial. Sendo assim, prevendo que sem os recursos dos franceses e ingleses, Rivera seria facilmente derrotado por Oribe e Rosas, o Império incentivou o Barão de Mauá, a realizar empréstimos a Rivera, com o aval do Tesouro brasileiro, para que este tivesse condições de enfrentar seus inimigos. Enquanto isto, o governo brasileiro preparava-se para a guerra eminente.

Em 1851, o governador de Entre Ríos, Justo José de Urquiza y García rompeu relações com Rosas, após este ter decretado leis que prejudicavam a economia desta província. Urquiza e o Império assinaram tratado de aliança para derrotar Oribe e seus aliados, pacificando o Uruguai, sendo que caso Rosas reagisse, a aliança voltar-se-ia contra Buenos Aires.

Sendo assim, Oribe rendeu-se a Urquiza, no entanto, em 18 de agosto de 1851 Rosas declarou guerra ao Brasil, sendo que em 21 de novembro do mesmo ano, foi assinado o tratado de aliança entre o Império, o governo uruguaio e as províncias de Entre Ríos e Corrientes, contra o ditador da Confederação. O Império contribuiu com Urquiza, oferecendo transporte de tropas através da Marinha de Guerra, enquanto um regimento da cavalaria brasileiro se integrou ao seu exército, que na batalha de Caseros, travada em 03 de fevereiro de 1852, venceu as forças de Rosas, que pediu auxílio a um navio inglês, exilando-se na Inglaterra, onde morreu em 1877.

Derrotando Rosas, o Império garantiu a livre navegação na Bacia do Rio da Prata, e evitou que a Argentina anexasse o Uruguai e o Paraguai, tornando-se uma potência regional, capaz de fazer frente ao Brasil, e possuindo uma extensa fronteira com nosso país. Os estancieiros rio-grandenses foram beneficiados pelo resultado da guerra, já que o tratado obtido com o Uruguai previa a definição dos limites, além de vantagens para os pecuaristas e charqueadores rio-grandenses.

Foi neste contexto de instabilidade política e militar, que a Lei de Orçamento n. 586, de 6 de novembro de 1850, em seu parágrafo 4º do artigo 17, autorizou o Poder Executivo, a contratar estrangeiros, para a 1ª Linha do Exército. O Império optou por recrutar soldados alemães, que entrariam para a história de nosso estado e região sob a alcunha de Brummer.

Segundo Flores (1997), existem diferentes versões sobre o termo Brummer. Flores (1997, p. 15) demonstra que

Benner Keydel, passageiro do Hamburg no primeiro transporte de legionários e posteriormente professor no Brasil, narrou que no veleiro viram pela primeira vez, nas mãos de um negro que retornava para o país, nossas grandes moedas de cobre de 40 rs [...] apelidaram-na de Brummer, porque, produzia um “brumm” isto é, um som característico ao bater sobre a mesa.

Desta forma, há a versão de que os brasileiros teriam batizado os soldados de Brummer, após observarem eles fazendo cálculos com a moeda “Brummer”. Flores (1997, p. 15) acrescenta outra versão sobre o termo, afirmando que “Brummer é tido como sinônimo de rezingão, ranzinza, que os legionários teriam sido talvez com carradas de razão pela maneira pífia que a Legião foi tratada no Brasil, com muito dispêndio e pouco proveito para o país, muito sofrimento e pouca compensação para os legionários [...]”.

De acordo com Porto (1996) o termo Brummer refere-se ao fato de terem recebido seu primeiro pagamento em moeda de “cobre grande”. No entanto, também afirma que Brummer em alemão é “zumbidor”, “descontente murmurador” ou aquele que “está na prisão”. Sendo assim, Porto (1996) afirma que a origem do termo pode referir-se às reclamações oriundas dos atrasos dos soldos, ou pelo fato de que os primeiros legionários que apareceram nas colônias serem fugitivos das prisões.

O recrutamento dos Brummer visava elevar a 1ª Linha do Exército ao efetivo de 26.000 homens, já que o Império preparava-se para a Guerra contra Oribe e Rosas, no Uruguai e Argentina. O deputado e capitão de engenheiros Sebastião Rego Barros foi incumbido de recrutar tais soldados, adquirindo também equipamento bélico para os mesmos. A missão de Barros coincidiu com a desmobilização do Exército do condado de Scheleswig- Holstein²⁴, organizado no início de 1851 para combater a Dinamarca, possibilitando o recrutamento de 1800 soldados, dos quais 50 eram oficiais graduados, e que segundo Bento (1976, p. 105) eram de “alto nível cultural e técnico”. No entanto, Porto (1996) afirma que Barros encontrou dificuldades para angariar voluntários na Alemanha, tendo em vista que agentes de Rosas teriam realizado verdadeira campanha de difamação contra o Brasil. Desta forma, teriam sido recrutados soldados veteranos e experimentados, ao lado de jovens inexperientes, sem conhecimento em armas e táticas militares, além de oficiais com intensas desavenças e rancores, oriundos de uma guerra sem um resultado favorável. Segundo Porto (1996, p. 195), os Brummers estavam organizados da seguinte forma:

As primeiras companhias organizadas que constavam, cada uma, de 1 capitão, 1 tenente, 2 alferes, 1 1º e 2 2ºs sargentos, 1 furiel, 6 cabos, 6 anspeçadas, 2 tambores e 140 soldados. Fariam parte do batalhão de infantaria doze companhias; do regimento de artilharia a cavalo, quatro companhias, e as duas restantes seria uma de pontoneiros e uma de trem de ponte, sistema Birago.

O governo brasileiro firmou juntamente com os legionários, contrato de 04 anos, que poderia ser reduzido a 02, desde que o governo honrasse com o restante dos compromissos, que eram a concessão de terras em nosso país, prêmio em dinheiro, ou transporte para a Europa ao final do contrato.

²⁴ Exército organizado pelo ducado de Schleswig e o condado de Holstein, para a defesa do primeiro, perante a tentativa de anexação pela Dinamarca, iniciada em 1848. Este exército foi dissolvido em 1851.

Para armar os Brummer, foram adquiridos cerca de 200 fuzis Dreyse, os mais modernos da época, pois este armamento proporcionava uma recarga mais rápida, além de maior precisão no tiro. Também foram adquiridos 12 canhões prussianos, além de duas equipagens de pontes, e 40 carretas austríacas de 4 rodas, que se mostraram inadequadas para as operações no Rio Grande do Sul e Uruguai, onde faltavam estradas e pontes, para o deslocamento de tal material.

Ao abordar as características dos soldados que combatiam na legião, Lenz (1997, p. 17) comenta que “os homens da nossa bateria formavam um mapa demográfico multiétnico, com gente de todos os cantos e recantos de nossa então ainda não unificada pátria. Velhos e jovens, brutos, grosseiros e mal educados, mas também polidos e com fina educação. A maioria já conhecia a vida de soldado por experiência própria”.

Durante a viagem ao Brasil, houve uma tentativa de motim no veleiro Heinrich, onde alguns legionários da artilharia tentaram levantar os soldados contra o capitão e os oficiais, para roubar o barco, e vender seus serviços a Rosas. De acordo com Lenz (1997) a revolta não era justa, pois durante a viagem entre Europa e Brasil, desfrutaram de comodidade e alimentação de boa qualidade, em veleiros que acomodavam em média 200 homens.

O Major Barão von Lemmers se responsabilizou pelo comando das três primeiras companhias que se dirigiram ao Brasil, enquanto o Tenente-Coronel von der Heyde, Comandante Geral do batalhão, só chegou ao Brasil após a organização do corpo.

De acordo com Schnack (1997) o contingente de legionários trazidos pelo governo brasileiro, era formado por um batalhão de infantaria, composto por 6 companhias de 157 homens, pela artilharia, que era formada por 4 baterias, com oito canhões cada, somando entre 400 e 500 soldados, além de uma Companhia de Sapadores²⁵, que somavam em torno de 240 soldados. No restante deste capítulo, apresentaremos a trajetória destes contingentes ao longo do cumprimento de seus contratos, e a inserção de alguns destes soldados na Província do Rio Grande do Sul, tendo como foco a experiência dos Brummer ao longo deste período. Para isto, analisaremos os relatos dos Brummer Cristóvão Lenz, Jorge Júlio Schnack, e Henrique Schaefer. Consta que Lenz serviu na 4ª Bateria do Regimento de Artilharia, e Schaefer e Schnack na 4ª Companhia de Infantaria.

²⁵ Soldado que faz a abertura de fossos, trincheiras e galerias subterrâneas durante os conflitos.

Chegando ao Rio de Janeiro, os Brummer desfrutaram de boa alimentação e acomodação, o que não voltou a ocorrer no restante do contrato. Além disso, atiçaram a curiosidade da população, inclusive do Imperador, e demais autoridades, já que seus uniformes prussianos, e capacetes com pontas reluzentes, lhes garantiam a impressão de que prestariam grandes serviços ao Brasil. Entre maio e setembro de 1851, os Brummer foram trazidos de barco ao Rio Grande do Sul, onde de acordo com Lenz (1997, p.20) “teve início uma vida miserável”, pois viajaram em uma embarcação pequena, onde não havia higiene, e comida de qualidade. Segue abaixo quadro no qual são apresentados dados referentes ao transporte dos legionários Brummer ao Brasil.

Quadro 1_ Transporte marítimo na região alemã para o Brasil (ABR-SET 1851)

TRANSPORTE MARÍTIMO NA REGIÃO ALEMÃ PARA O BRASIL (ABR - SET 1851)						
Data Partida da Alemanha em 1851	Navio a Vela	Comandante do Navio	Efetivo da Tropa	Tipo de Tropa	Chegada ao Rio (*)	Carga e Passageiros
07 abr	Hamburg	Henrichsen	270	856 homens do Batalhão de Infantaria	25 mai	1ª e 3ª Cia. Hans Shioet deslocou-se em Monte Caseros
14 abr	Danzig	Pust	246		02 mai	2ª e 4ª Cia.
04 mai	Caeser Godeffroy	Behn	340		21 jun	5ª e 6ª Cia. Von der Heyne
11 mai	Kolonist	Bade	158	476 homens do Grupo de Artilharia	28 jun	1ª Cia.
03 jun	Maria	Böhn	139		28 jul	2ª Cia.
05 jun	Elbe	Mudhlenroth	189		30 jul	3ª Cia. Von Helde
22 jun	Heinrich	Boyen	156		10 ago	4ª Bateria. Adolfo Jaeser, Von Koseritz e Cap. Otto Brinckman
Mercurius		Material de Artilharia				
04 jul	Freihandel	Steffen	61	272 homens de 2 (duas)	22 ago	Sgt Sebastian Werner, herói de Monte Caseros
18 jul	Flydg Dutchman	Cooper	147	Companhias de	6 set	
26 jul	Mathilde	Von Buttell	64	Sapadores.	14 set	Alexandrê Klein.

Total Transportado: 1.770 homens. Fonte: *Noticias hamburguesas*. Hamburgo-Alemanha, 7 jan 1852.

(*) É data estimada pelo autor com base na viagem do CAESAR GODEFFROY de 47 dias. A confirmação poderá ser obtida pelos jornais do Rio da época.

Fonte: BENTO (1976)

Segundo Lenz (1997), ao chegar a Pelotas, ele e parte de seu grupo, foram alojados em uma casa pequena, sem assoalho, e onde as pulgas não os deixavam

descansar. Dormiam em beliches sem colchão, sofrendo com o frio. Em tal cenário, houve suicídios e tentativas de deserção. Além disso, Lenz (1997) afirma que a artilharia Brummer não reunia homens com grande habilitação na atividade, além de que as dificuldades operacionais da campanha no Rio Grande do Sul e Uruguai dificultaram a ação deste grupo. A artilharia foi transportada do Rio de Janeiro, para Rio Grande e Pelotas, sendo parte da unidade transportada para Colônia.

Lenz (1997) conta que após partirem de Rio Grande, sua bateria navegou por dois dias até Montevideú, onde se instalaram em uma estância. Posteriormente, partiram para Colônia, onde ficaram acampados sem barracas, tendo que enfrentar tempestades, e o sol que castigava a pele clara da maioria dos soldados. De acordo com Schnack (1997), a falta de cobertura se deve ao fato de que os Brummer receberam do governo brasileiro barracas para quatro homens, e que por serem muito pesadas, eram carregadas por uma carreta, que em longas marchas atrasava-se, chegando muitas vezes no dia posterior.

Ao longo da campanha, as provisões eram carregadas em carretas puxadas por bois, que, no entanto, não conseguiam acompanhar o ritmo da marcha das tropas, e não se deslocavam em dias chuvosos. Nestes casos, o atraso das carretas gerava a falta de alimentos, com exceção da carne, que provinha do gado que marchava juntamente com os soldados, e era abatido nos acampamentos. Portanto, houve abundância de carne, e carência dos demais alimentos.

Os desarranjos eram comuns, no entanto, não havia hospital, sendo que os doentes eram instalados em casas abandonadas, que muitas vezes não tinham telhado. Lenz (1997) conta que muitos enfermos eram acomodados sobre couro vacum, sendo cobertos pelo mesmo material em caso de chuva ou sol forte. Apresentando o panorama de Montevideú, Lenz (1997) afirma que após a chegada de cargas de madeira vindas do Brasil, foram construídas melhores acomodações para os doentes. Além disso, foram alugadas casas que serviram de hospital, inclusive uma casa maior para os oficiais.

Sobre o hospital destinado aos oficiais, Lenz (1997, p.26) comenta que

Observei que o conforto para os doentes do hospital deixou muito a desejar. Comida, bebida, lavanderia, etc. estavam muito carentes e os medicamentos vinham em garrafas usadas de cerveja ou vinho. No quarto onde estava meu enfermo, havia mais 5-6 outros doentes. Isto muitas vezes dava um coro de queixumes e lamentações que cortava o coração. As muitas moscas molestavam os doentes sem trégua.

Quanto à participação dos Brummer no conflito, ela se restringiu à ação de cerca de oitenta homens do 15º Batalhão de Infantaria, armados com os fuzis Dreyse, e 180 sapadores usados como infantas, que participaram da Batalha de Monte Caseros, em 03 de fevereiro de 1852, na qual foi decidido o conflito. Deve-se destacar que a Companhia de Sapadores foi enviada diretamente do Rio De Janeiro para Montevidéu. No entanto, não conseguiram marchar até Colônia, em vista das dificuldades com o equipamento que lhes foi destinado, e com os cavalos xucros que lhes foram dados para puxar pesadas carretas. Sendo assim, a companhia foi dissolvida, os oficiais integrados à artilharia alemã, e os soldados à infantaria da Divisão Brasileira.

A artilharia prussiana não participou do conflito, sendo que após este, foram mandados para Rio Grande, Rio Pardo e São Gabriel, sendo que na última, integraram o Regimento Mallet de Santa Maria, ou a Bateria Alemã, de destacada atuação na Guerra do Paraguai.

Sobre a participação da artilharia, Lenz (1997, p. 27) comenta que

só poucos estavam treinados em armas. Estávamos a pé, embora contasse oficialmente que estivéssemos a cavalo. Nunca aprendemos a lidar com cavalo e animais de tração. E assim aconteceu que a Artilharia Alemã em toda a Campanha, bem como mais tarde na guarnição, jamais disparou um tiro, nem ao menos um tiro de festim!

Após o conflito, a infantaria marchou de Montevidéu até Pelotas, estacionando-se posteriormente em Rio Pardo, onde aguardaram o término do contrato. Antes mesmo da partida em direção ao Rio Grande do Sul, muitos legionários desertaram, permanecendo no Uruguai.

Após o conflito, os sapadores retornaram ao Brasil por terra, onde tentaram restabelecer uma Companhia de Sapadores, que foi dissolvida em 1854, em razão do término do contrato. Parte destes sapadores constituiu o Corpo de Pontoneiros²⁶, na Guerra do Paraguai.

²⁶ Corpo de engenharia responsável pela abertura de estradas e construção de pontes.

Após apresentar estes fatos, não podemos deixar de abordar uma das questões que contribuiu para que a vida dos legionários Brummer tenha sido difícil durante o cumprimento de seus contratos, e que foi fundamental para que tal contingente não correspondesse ao esperado pelo governo brasileiro. De acordo com Porto (1996), muitos problemas ocorridos com os Brummer se devem a baixa qualidade de alguns oficiais alemães, especialmente o barão von Lemmers, e o Comandante Geral von der Heyde, que possuíam desavenças adquiridas ainda em Schleswig- Holstein.

Segundo Porto (1996), von Lemmers costumava maltratar os soldados, gerando revolta entre estes. As deserções foram contínuas, sendo que em Pelotas uma tentativa de deserção de 15 legionários, acabou com a perseguição, resistência e morte de 4 ou 5 destes, sendo os outros feridos e submetidos. Para verificarmos as punições impostas aos soldados vistos como indisciplinados, podemos analisar a lista de sentenciados que foram recolhidos às fortalezas em 28/11/1851, apresentada por Porto (1996, p.197)

Condenados a fuzilamento: Carlos Luiz Bundt e João Henrique Cristiano Schulz; condenados a 10 anos de prisão: João Luiz Schoeness; a 8 anos: Henrique Ruban, Luiz Kayseler, Paulo Dalike; a 7 anos: Rudolf Wenzend; a 6 anos: João Hermano Schulbe; a 5 anos: Roberto Heyder, Frederico Guilherme Palkdorf; a 4 anos: Constantino Baader; a 3 anos: Pedro Adolfo Alexandre Gofard, Oto Schrader; a 2 anos: Guilherme Hoffen, Luiz Guilherme Meyser, Frederico Mützel, Henrique Hartegas, Carlos Bohnhoff e Fernando Henrique Hintz.

Com a chegada de von der Heyde, os problemas não diminuíram, em virtude dos constantes atritos entre os dois comandantes. Consta que von der Heyde instituiu um “tribunal de honra”, buscando manter a disciplina entre os seus subordinados, no entanto, o efeito foi contrário, já que no mesmo, julgou situações ocorridas durante a guerra em Schleswig-Holstein, o que o desmoralizou perante os soldados. Von der Heyde chegou a abandonar o comando das tropas, retornando posteriormente. Sem a confiança de muitos oficiais Brummer, von der Heyde deixou aqueles que considerava indisciplinados em Jaguarão, afastando uma série de oficiais, que foram remetidos à Rio Grande, onde foram presos. Segundo Porto (1996), em Rio Grande já se encontravam 03 capitães, 7 tenentes, e 142 homens, entre doentes, inválidos, presos e esquecidos.

Tendo conhecimento da inabilidade dos comandantes estrangeiros, Caxias transferiu dois homens de sua confiança para o batalhão, o tenente-coronel da Guarda Nacional Julio Henrique Knorr e o capitão Francisco José Wildt, que deveriam fiscalizar as ações de von Lemmers e von der Heyde. No entanto, o comando do exército havia perdido a fé na ação do 15º Batalhão, e o deixou estacionado na Colônia do Sacramento, destacando apenas uma companhia de 80 homens, comandados pelo capitão Wildt, para participar da Batalha de Monte Caseros, conforme exposto anteriormente.

Portanto, nota-se que a maioria dos Brummer não teve a oportunidade de lutar no conflito, já que a participação brasileira limitou-se a uma divisão de 4.022 homens, integrada por 260 “Brummer” (80 infantes e 180 sapadores usados como infantes).

No entanto, Bento (1976) afirma que os infantes Brummer, sob o comando do capitão da Guarda Nacional de São Leopoldo, José Wildt, tiveram importância decisiva no conflito, rompendo a linha inimiga que bloqueava o avanço brasileiro, com seus fuzis Dreyse, certeiros e de longo alcance. Consta que os sapadores se destacavam ao longo da batalha, pelos seus capacetes e uniformes prussianos²⁷.

3.3 O cumprimento do contrato e a incorporação dos Brummer na colônia de São Leopoldo

Após o encerramento do conflito contra Rosas, os legionários Brummer retornaram para o Rio Grande do Sul, enfrentando novamente as dificuldades desta difícil marcha. Ao falar sobre o retorno da infantaria, que agora havia absorvido os sapadores, ao Rio Grande do Sul, Schnack (1997), afirma que a marcha entre Montevideu e Jaguarão durou dois meses, e entre a última e Pelotas, 13 dias, havendo enormes dificuldades por conta do tempo frio e chuvoso do inverno do Rio Grande do Sul.

De acordo com Schäfer (1997) ao longo da marcha em direção ao Brasil, muitos soldados morreram. Sobre os cuidados hospitalares ao longo da marcha, Schäfer (1997, p. 71) comenta que

²⁷ Os capacetes prussianos eram pontudos, e por conta disto, chamavam bastante atenção durante as batalhas, distinguindo os Brummer.

O doente deita sobre a terra crua e pode se dar por feliz se recebe uma barraca à sua chegada. Nós éramos três doentes que, por causa de falta de barraca, agüentamos três dias e três noites na chuva. Quando se marcha, os doentes mais graves são colocados sobre uma carreta, onde são de tal maneira amontoados que ficam sem ar e morrem.

Segundo Schnack (1997), após alguns dias de descanso em Pelotas, cada uma das quatro companhias foi embarcada com destino a Porto Alegre. Schnack (1997) conta que a embarcação que transportava a sua companhia chegou a Porto Alegre antes que as demais, permanecendo na capital apenas um dia, enquanto as outras 03 companhias permaneceram maior período na capital. Em Porto Alegre muitos Brummer tiveram contato com imigrantes alemães e descendentes, ouvindo falar da Colônia de São Leopoldo, a qual atraiu muitos deles, em virtude do sucesso daqueles que através de seu trabalho estavam prosperando nesta colônia, e também pela proximidade da mesma com a capital, o que facilitava uma eventual deserção. Sendo assim, muitos Brummer desertaram em direção a São Leopoldo, não encontrando qualquer resistência por parte da comunidade local, e muito menos do governo brasileiro, que desta forma sentia-se desobrigado com a sobrevivência dos mesmos. Segundo Porto (1996) ao chegar à colônia, os Brummer teriam entregado suas armas ao Dr. Hillebrand, penetrando nas picadas e tornando-se colonos.

Por outro lado, Porto (1996) relata que em Porto Alegre, os alemães ali residentes afastavam-se dos legionários, em virtude do estado miserável em que se encontravam, já que estavam descalços e esfarrapados.

De acordo com Schnack (1997), em Rio Pardo, houve mudanças quanto aos oficiais que desempenhavam o comando do batalhão, sem que houvesse por parte deles cuidado com a manutenção deste contingente. Segundo Porto (1996) após a chegada a Rio Pardo, von Lemmers teria proposto aos soldados a imediata dissolução da tropa, o que não foi aceito pelo capitão Siber, que queria concluir o seu contrato. Considerando a atitude de Siber um ato de indisciplina, von Lemmers teria prendido este oficial, o que gerou a revolta de sua companhia. Acuado, von Lemmers libertou Siber, pedindo a sua proteção perante os amotinados. Posteriormente, von Lemmers abandonou o 15º Batalhão.

Sendo assim, foi permitido que os infantess dessem baixa imediatamente, o que foi feito pela maioria dos Brummer. Além disso, houve infantess que atendendo ao pedido do governo, transferiram-se para a artilharia, e alguns que aderiram a Cia.

de Engenharia criada pelo Ten. Von Kahliden. Por fim, o restante do batalhão aguardou o término do contrato em Porto Alegre, sendo que alguns regressaram à Alemanha, e outros receberam terras na Colônia de Santa Cruz.

Ao retornar ao Rio Grande do Sul, a artilharia sofreu com o desleixo do governo, que não lhes garantia condições dignas de sobrevivência. Ao falar sobre a alimentação e alojamento, Lenz (1997, p. 30), comenta que “pela manhã recebíamos um pão d’água de 80 gr., mais ou menos 200 gr. de farinha e ½ litro de café; ao meio dia mais ou menos um litro de sopa de feijão ou de arroz e 150 gr. de carne, e à tardinha ½ litro de café ou chá de mate”. O alojamento era igualmente ruim, sendo as pulgas um problema constante.

Ao relatar as dificuldades enfrentadas em Rio Grande, Lenz (1997) conta que cumprindo seus contratos, os Brummer foram responsabilizados por guardar a prisão, fazer patrulha noturna, e algumas caminhadas na cidade. Sem receber a atenção devida por parte do exército, muitos legionários acabaram por exagerar no consumo de álcool, havendo entre muitos a intenção de desertar, que quando possível, era realizada.

Após passar mais de um ano em Rio Grande, a guarnição de Lenz foi transferida para Porto Alegre, permanecendo apenas duas semanas na capital, sendo transferidos para Rio Pardo e posteriormente para São Gabriel, vivendo precariamente em todas as localidades. Mesmo sendo considerados cavalarianos da artilharia, Lenz (1997) conta que em Rio Pardo receberam pela primeira vez cavalos, que foram utilizados na viagem de 13 dias até São Gabriel, onde novamente foram mal alojados.

De acordo com Lenz (1997, p.34)

Em S. Gabriel levamos uma vida miserável: a comida era insuficiente e ruim. Passamos fome em meio à Campanha, onde existem as grandes criações de gado. Era-nos fornecida carne ruim, de bois de mais de dez anos de idade, e todos os demais mantimentos eram muito caros. Nem ao menos feijão preto havia e quando tal se encontrava era bastante caro e bichado. Em 1854 um saco de feijão custava 25\$000 a 30\$000 e muitas vezes estava tão bichado que na panela boiavam apenas as cascas vazias. [...] Acabamos cozinhando o feijão com vermes e os engolimos misturados com farinha. Fome dói e na necessidade o diabo come até moscas, diz o ditado.

Para garantir a sobrevivência, muitos soldados prestaram serviços para a comunidade. Outros utilizavam a caça para complementar sua alimentação,

abatendo patos, pombas, veados, e outros animais existentes na Campanha. Em algumas situações, chegavam a caçar gatos e cães gordos.

Desarmados, subnutridos, mal vestidos e calçados, e principalmente, carentes de treinamento militar, metade dos Brummer desertou, contando com a conivência das autoridades brasileiras, que desta forma se livravam do pagamento da cláusula contratual. Muitos passaram a prestar serviços para os estancieiros, abrindo valos onde os fazendeiros plantavam cercas espinhosas ou cactos, já que não possuíam cercas de arame farpado.

Segundo Lenz (1997), a quarta parte dos Brummer morreu de frio, subnutrição, ou doenças decorrentes da má alimentação. Sendo assim, apenas cerca de 450 legionários aguardaram o término do contrato, permanecendo no Brasil. Houve também aqueles que após ter desertado no Uruguai, teriam retornado para o Brasil no pós-guerra. Porto (1996) apresenta dados mais entusiastas, afirmando que dos 1800 legionários, 1500 teriam se espalhado por todas as regiões da província, não apresentando as fontes desta informação.

De acordo com Lenz (1997), no momento da baixa, os Brummer poderiam optar por receber 22.500 braças quadradas de terra, passagem livre a algum porto europeu, ou 80\$000 em ouro, sendo que a última opção foi a que teve maior adesão. Além disso, receberam certificado onde constava nome, características pessoais, corpo no qual serviram, data de baixa, além da assinatura do respectivo comandante e do General Caldwell.

Muitos Brummer optaram por se estabelecer na Colônia Alemã de São Leopoldo, recebendo suas 22.500 braças quadradas de terra na Encosta da Serra, ou em novas colônias abertas na década de 1850, como Nova Petrópolis, Santa Cruz, Agudo e São Lourenço. Aqueles que possuíam melhor formação profissional procuraram as cidades, principalmente Porto Alegre.

A partir da baixa, os Brummer que não possuíam uma profissão tiveram que procurar ocupação, realizando pequenos trabalhos artesanais, ou agrícolas, e recebendo um baixo salário, acompanhado algumas vezes de comida e moradia. No entanto, a vida na capital, ou nas colônias alemãs era mais digna do que durante o cumprimento do contrato com o governo brasileiro. Lenz (1997, p. 39) conta que “finalmente após quatro longos anos chegamos novamente a uma vida humana. Tínhamos comida boa e farta e cama decente.”

No entanto, havia forte preconceito contra os Brummer, como demonstra Lenz (1997, p.41)

Quando lhe informei que era berlinense, que trabalhei só oito meses em Porto Alegre e que era um Brummer, o bom velho empalideceu de susto, e admirei-me que mesmo assim me empregou. Se me tivesse recusado, não seria de admirar, pois os Brummer estavam bastante mal visto em S. Leopoldo e nas colônias, onde eram conhecidos por mercenários ou guerrilheiros. Aí era possível se ouvir:- Mãe, aí vem um mercenário!-Então entra, filho e fecha a porta!

Sendo assim, ao relatar o papel que os Brummer desempenhavam na sociedade colonial, Lenz (1997, p. 41) comenta que “[...] quando o Sr. Koseritz usou a expressão de que os Brummer eram o fermento da população alemã no Rio Grande do Sul, isto era apenas uma maneira de se expressar e, ao menos naqueles tempos, ninguém podia dar crédito, porque muitos Brummer eram tudo menos os eleitos do povo”.

Segundo Lenz (1997), apesar de muitos Brummer serem capazes, poucos contribuíram significativamente para o progresso da colônia, até aqueles que foram professores, só faziam isto para sobreviver, abandonando a docência quando houvesse oportunidade. Apenas alguns, como o professor Michaelsen, em Nova Petrópolis, prestaram significativo serviço em suas comunidades, além do Pastor C. Höefer, que teve papel significativo na educação de Porto Alegre. Alguns dos Brummer trabalharam como professores para famílias lusas ou alemãs.

Frederico Michaelsen nasceu em Hamburgo, participou do conflito entre Schleswig- Holstein, serviu ao governo brasileiro como legionário, e após o cumprimento do contrato fixou-se em Campo Bom, onde veio a casar-se e ter 10 filhos. Michaelsen foi um dos ex-Brummer que se tornou professor. Sobre este assunto Marques (2010, p.193) comenta que “entre estes mestres se destacam Koseritz e Wichmann em Pelotas; Michaelsen e Oye, em Nova Petrópolis; Roehe, em Campo Bom; Jurgensen, em Mundo Novo; Emílio Meyer, em Novo Hamburgo”.

Quanto à inserção de Michaelsen na colônia, segue o relato

Meu primeiro emprego assumi no final de 1852, em “quatro colônias”, perto de Campo Bom. Ali trabalhei como professor e ao mesmo tempo como trabalhador rural durante seis meses. Recebi em pagamento por todo esse tempo; “um bolivian” (moeda de 800 réis) uma capa de chuva, uma camisa e uma calça (ambas tecidas na própria colônia), um chapéu de palha estilo calabrés e um par de tamancos. Com esse equipamento mais parecia um condenado as galés do que um professor! (MICHAELSEN, 1970 *apud* MARQUES, 2010, p. 191).

Posteriormente, Michelsen procurou o Sr. J. Felter, que lhe deu trabalho que rendia cerca de 4 mil réis por mês. De acordo com MichaelSEN, suas obrigações eram as seguintes:

Minhas funções eram as seguintes: pela manhã abrir as covas onde eram curtidos os couros (Felter tinha um curtume junto da casa de negócios), moer cascas para fazer tanino, algumas vezes trabalhar na roça, e finalmente submeter-me a todos os serviços domésticos. A tarde lecionava para as crianças e à noite colocava em ordem a contabilidade e as anotações diárias da casa de negócios (MICHAELSEN, 1970 *apud* MARQUES, 2010, p. 191).

Mesmo trabalhando intensamente, MichaelSEN teve dificuldades para economizar dinheiro, em virtude de sua baixa renda, além disso, enfrentava o preconceito da sociedade, já que era considerado mercenário, conforme fica exposto em seu relato “não era respeitado pelas mocinhas... Não poucas vezes era obrigado a escutar, nos bailes, quando uma daquelas belas era convidada a dançar com um “Brummer”: - Eu não danço com mercenários...” (MICHAELSEN, 1970 *apud* MARQUES, 2010, p. 192).

No entanto, de acordo com Marques (2010), MichaelSEN destacava que os Brummer dominavam diferentes línguas, e que ao longo de sua trajetória em nosso estado e região, contribuíram para a difusão da imprensa e da participação política, sendo uma liderança intelectual entre os imigrantes alemães, e constituindo mais da metade dos professores da colônia na década de 1870.

Sobre o seu progresso no magistério, MichaelSEN afirmava que,

No ano de 1853 casei e decidi fundar minha escola, por conta própria. Inicialmente tinha nove alunos e mais tarde treze. Entre estes o futuro profeta e médico milagroso J. Maurer, esposo da famosa Jacobina. Consegui elevar os meus rendimentos de 500 réis para 6.500 réis mensais. Naquele cargo privilegiado acabei adquirindo um cavalo por 12 Mil réis. (MICHAELSEN, 1970 *apud* MARQUES, 2010, p. 193).

Posteriormente, Michaelsen assumiu como professor na Linha Hortêncio, onde assinou contrato por quatro anos, recebendo moradia, terras para plantar, e um salário de dez mil réis mensais, além disso, recolhia contribuições mensais das crianças, que somavam entre 13 e 15 mil réis. Como era uma pessoa de importante papel social, Michaelsen obteve outra tarefa,

Além das minhas tarefas como professor estava ao meu encargo o serviço da Igreja nos domingos quando o pastor estivesse ausente. Este vinha de São Leopoldo, cada três meses. Eu presidia as devoções, fazia as leituras bíblicas e a leitura dos sermões além de iniciar os cânticos da comunidade. Por esse trabalho recebia 20 Mil réis por ano e de cada membro da comunidade uma 'quarta' de feijão preto e duas quartas de milho, in natura (MICHAELSEN, 1970 *apud* MARQUES, 2010, p. 194-195).

A partir de maio de 1858, foi assinado novo contrato, e Michaelsen passou a receber dois mil réis a mais por mês, totalizando 12 mil réis, além de receber o dobro dos produtos por parte da comunidade.

Em 1862, Michaelsen assumiu uma escola na Linha Nova, onde atendia entre 40 e 50 crianças, recebendo de cada uma, em torno de 500 réis. Em 1867, assinou seu primeiro contrato oficial em Nova Petrópolis, recebendo 50 mil réis por mês. Sendo assim, em 1866, Michaelsen teve condições de comprar 100.500 braças de terra, na Linha Povoação.

A partir da década de 1870, Michelsen passou a desempenhar o Magistério em Escola Pública, sendo aceito em 1876 como professor interino, sendo efetivado no magistério em 1891.

Sendo assim, Bento (1976, p. 115, grifo do autor) afirma que

[...] o binário “ *brummer*” x colono acelerou o progresso da colônia de São Leopoldo e das demais. O *brummer* representou a cultura em boas escolas da Alemanha, e o colono a vontade férrea de trabalhar com vistas a um melhor bem-estar material, mas até então com horizontes bem restritos.

Os soldados Brummer vinham da Europa com instrução, enquanto no Rio Grande do Sul o número de escolas era muito reduzido. Koseritz afirma que “os colonos alemães estavam ilhados em suas picadas de mata virgem há mais de 25 anos, sem apreciáveis ligações com a pátria de origem nem o novo ambiente” (KOSERITZ, 1879 *apud* BENTO, 1976 p. 115). Além disso, ele também afirmava que “para os colonos alemães, os recém chegados legionários constituíram verdadeiro

lêvedo, ou, melhor dito, substância de fomento que poderosamente incentivou o progresso material e cultural entre os imigrados” (KOSERITZ, 1879 *apud* BENTO, 1976, p. 115).

É importante destacar que entre 1824 e 1854 entraram no Rio Grande do Sul 7.491 imigrantes alemães, não sendo computados os ex-soldados dos batalhões do Imperador (D. Pedro I), os Brummer, comerciantes e outros. É possível que por volta de 1850, já existissem em São Leopoldo por volta de 17 a 20 mil imigrantes e descendentes, no entanto, entre 1849 e 1853, entraram no Rio Grande do Sul apenas 164 imigrantes. Sendo assim, os Brummer revigoraram o ritmo imigratório, contribuindo com sua cultura e técnica para a colônia. De acordo com Bento (1976, p. 116), “em 1858, seis anos após o estabelecimento dos Brummer no Rio Grande do Sul, já existiam em São Leopoldo 88 fábricas, oficinas e lojas, a maioria de propriedade dos Brummer que ali se radicaram após deixarem o exército”. Encontrava-se entre os Brummer, agrimensores, diretores de Colônia, comerciantes e professores, além de uma série de personagens anônimos que contribuíram para o desenvolvimento da região.

Após a pequena participação na Guerra contra Oribe e Rosas, muitos Brummer se esforçaram para permanecer no Brasil. Vale destacar o caso de Maximiliano Emmerich, que após o conflito, contraiu matrimônio, e esforçou-se para permanecer no exército, onde aproveitou de seus estudos na Real Academia de Engenharia de Berlim, para ingressar no exército como Professor da Escola militar de Porto Alegre, posteriormente foi crescendo hierarquicamente até tornar-se major, sendo que em 1865, foi nomeado comandante do Corpo de Pontoneiros do 2º Corpo de Exército, criado após a rendição de Uruguaiana, participando da Campanha do Paraguai como membro da Comissão de Engenheiros do 2º Corpo do Exército. Outro Brummer de relevância foi o Coronel Pedro Guilherme Meyer (1832- 1888), que em 1866, foi comissionado capitão, recebendo o comando de um Corpo de Atiradores armados com fuzis Dreyse. Além disto, foi instrutor do exército, já que era especialista em armas portáteis e Educação Física.

Além disso, houve entre os Brummer aqueles que tiveram sucesso na política, a partir da década de 1880, como von Kahlden, Frederico Haensel, Guilherme Ter Brügggen, e Karl von Koseritz.

Sobre o papel desempenhado pelos Brummer, Schnack (1997) comenta que

Mesmo que não tenhamos colhido louros no campo de batalha e no serviço militar, isto não deve desgostar. Compensamos esta má sorte ricamente no setor civil. Foi preciso que primeiro houvesse uma “purificação” entre nós, separando elementos duvidosos. Só então os restantes podiam afirmar com orgulho:

- Eu sou um Brummer!

Portanto, neste capítulo apresentamos as trajetórias dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes, no que se refere aos contextos de sua vinda e inserção na colônia alemã de São Leopoldo. Além disto, apresentamos o desenvolvimento da região, vinculada com a trajetória destes personagens. Sendo assim, partimos para o próximo capítulo, onde abordaremos a participação dos mesmos na Guerra do Paraguai.

4 LEGIONÁRIOS BRUMMER, IMIGRANTES ALEMÃES E DESCENDENTES NA GUERRA DO PARAGUAI

Neste capítulo abordamos a participação dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes na Guerra do Paraguai, assunto central deste estudo. Inicialmente, realizamos uma breve reflexão teórica sobre História política, memória, representação, e análise de discurso. Após isto, verificamos o impacto da eclosão da Guerra do Paraguai sobre os teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, e como os mesmos reagiram perante a situação. Na sequência estudamos a organização dos principais corpos armados formados pelos ex-Brummer, imigrantes alemães e descendentes, na região de São Leopoldo, e demais localidades que possuíam imigração alemã, após a eclosão da Guerra do Paraguai. Além disso, abordamos a expedição empreendida por D. Pedro II ao Rio Grande do Sul, em vista da invasão paraguaia à Província, a sua passagem por São Leopoldo, e as repercussões da mesma entre os habitantes de origem alemã da região. Por fim, analisamos a participação dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes na Guerra do Paraguai, buscando compreender a sua contribuição militar, construção de uma memória relativa ao mesmo, e a importância desta guerra na afirmação da cidadania brasileira, para os soldados de origem alemã.

4.1 Entre História e Memória

Neste capítulo, abordaremos a participação dos legionários Brummer, imigrantes alemães, e descendentes na Guerra do Paraguai, buscando identificar como eles construíram uma memória na qual exaltavam seus sacrifícios e feitos militares em favor da nova pátria, e analisando os seus discursos, para verificar como eles destacavam os seus atos, como provas de sua atuação exemplar como cidadãos de sua nova pátria, o Brasil.

Os Brummer tiveram um significativo papel na história de nossa região. Ao falar sobre História Regional, Martins (2009) afirma que o fenômeno da globalização teve como consequência a homogeneização de valores e comportamentos, tornando as comunicações instantâneas, e induzindo as pessoas ao ecletismo. Outro movimento que gerou a homogeneização de valores e comportamentos, e a consequente desvalorização das especificidades regionais foi o nacionalismo dos

séc. XIX e XX, que segundo Thiesse (2001/2002), foi promovido através da elaboração de um sistema de identidades coletivas, que contou com um imenso trabalho pedagógico, para que a população reconhecesse a sua identidade nacional. Neste quadro, a memória, e os símbolos históricos, foram utilizados para forjar a idéia de nação, e uniformidade dentro de determinado território. Sendo assim, de acordo com Thiesse (2001/2002) os Estados criaram símbolos nacionais, tais como bandeiras, hinos, festas cívicas, heróis, ancestrais fundadores, monumentos, lugares de memória, paisagens nacionais, difundindo um idioma e história oficiais, que salientassem a continuidade e a unidade da nação, para que desta forma, fosse possível uniformizar os habitantes, independentemente das especificidades regionais.

No entanto, as especificidades regionais e locais persistem, contribuindo para isto, as tensões e incertezas existentes em nossa sociedade, que estimulam as pessoas a procurar suas raízes e repensar suas identidades. Desta forma, a região e a memória ganham importância, já que as pessoas procuram elementos de continuidade, e símbolos de permanência. Sendo assim, são destacadas as diferenças e especificidades das regiões, crescendo a demanda por novas narrativas e interpretações da história local e regional.

Nas últimas décadas, as novas gerações de historiadores passaram a se debruçar sobre as relações entre o local, o regional e o nacional. Ao falar sobre a perspectiva que se tem sobre História Regional, Martins (2009, p.143, grifo do autor) afirma que

História Regional é aquela que toma o espaço como terreno de estudo, que enxerga as dinâmicas históricas *no espaço e através do espaço*, obrigando o historiador a lidar com processos de diferenciação de áreas. A História Regional é a que vê o lugar, a região, e o território como a natureza da sociedade e da história, e não apenas como o palco imóvel onde a vida acontece. Ela é História Econômica, Social, Demográfica, Cultural, Política etc., referida ao conceito chave de *região*.

Sendo assim, este estudo fará constante relação entre os acontecimentos regionais, nacionais e até mesmo internacionais.

Tal trabalho se insere dentro da História Política, ou seja, que enfoca as relações de poder seja no que se refere ao poder do Estado, ou dos micropoderes das relações cotidianas. Barros (2004) afirma que a partir dos anos 1980, consolidou-se a nova concepção sobre História Política, havendo a partir de então,

maior interesse pelos micropoderes presentes na vida cotidiana, bem como os sistemas de representação, abrindo espaço para uma “História vista de baixo”, preocupada com as grandes massas, ou com o indivíduo comum. Sendo assim, os antigos enfoques da História Política tradicional, passaram a ser vistos através de novas concepções. Sendo assim, a guerra, as questões diplomáticas ou institucionais, bem como os rumos políticos dos Estados e até mesmo dos indivíduos, passaram a ser vistos com um novo interesse, através de uma nova perspectiva. Neste quadro, ganham destaque as relações entre os grupos sociais, e os indivíduos em seu interior, bem como a questão das representações políticas, símbolos, discurso, entre outros artifícios que constituem a política. Estas concepções foram discutidas ao longo deste estudo, especialmente no próximo subcapítulo, onde analisaremos a participação dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes na Guerra do Paraguai, através de uma perspectiva voltada para as relações de poder existentes entre indivíduos comuns, bem como a utilização de um discurso de valorização política destes personagens.

Desta forma, após o surgimento da Escola dos Annales, surgiu a História Social, que tinha como objetivo opor a História Política tradicional, contemplando a história das grandes massas, ou grupos sociais, sendo esta uma categoria que perpassa todas as especialidades da História. Os fatos políticos e econômicos geram repercussões sociais, seja em grupos específicos ou no conjunto da sociedade. A História Social costuma criar conexões entre o político, o social e o mental, tornando-se um campo histórico abrangente. A História Social pode voltar-se para o estudo de determinado grupo social, utilizando-se para isto documentos oficiais, e também de origem privada, tais como relatos de viagens, diários pessoais, correspondências. Sendo assim, analisamos uma série de relatos, diários, notícias, existentes na obra de Becker (1968), já que acreditamos que é uma fonte de grande importância para este estudo.

A política é a atividade que se relaciona com a conquista, manutenção e exercício do poder, no que se refere à sociedade global, ou seja, que envolve os indivíduos que constituem determinado espaço. Remond (2003) afirma que apesar de ser uma construção abstrata, os aspectos políticos influenciam concretamente a sociedade. Ao falar sobre a abrangência da História Política, Rémond (2003, p.444) afirma que “em torno de um núcleo estável e restrito que corresponde grosseiramente às funções régias do Estado tradicional, o campo da história política

irradia em todas as direções e libera como uma multiplicidade de digitações”, ou seja, a política interfere em diversos âmbitos da vida em sociedade, sendo um condensador entre as diferentes perspectivas históricas. Além disso, devemos ser conscientes de que a História Política não mantém as outras áreas sob a sua dependência, sendo influenciada por fatores externos que nem sempre são políticos.

Jean Pierre-Azéma em seu texto “A guerra” reflete sobre a importância do estudo das guerras, dentro da História Política. Segundo Azéma (2003, p.409) “uma leitura política da guerra parece não ser só possível, mas necessária”. Mesmo sendo diretamente ligada ao político, a guerra constantemente gera a irracionalidade e o comportamento primitivo humano, portanto, trata-se de um campo complexo, e que não pode ser tratado, segundo Azéma (2003, p, 446), como uma “certeza objetiva”. A guerra também é constantemente um elemento transformador, colocando em jogo questões de grande impacto dentro de determinada sociedade, e em diversas ocasiões, contribui para a transformação de antigas estruturas. Neste sentido, verificamos que a Guerra do Paraguai foi um elemento transformador para os ex-Brummer, que através de sua participação, buscavam apagar uma imagem negativa oriunda do fracasso durante o cumprimento de contrato com o governo brasileiro, durante a década de 1850, já os imigrantes alemães e descendentes, tinham a oportunidade de demonstrar o seu valor perante a sociedade brasileira.

Ao longo da pesquisa, entramos em contato com relatos de ex-Brummer sobre a sua campanha na Guerra contra Oribe e Rosas, sobre a sua inserção na colônia de São Leopoldo, bem como uma série de diários, relatos e notícias, sobre a participação dos Brummer, imigrantes alemães e descendentes na Guerra do Paraguai. Este material será analisado a partir das concepções de importantes autores que abordam a questão da memória, representação e discurso.

No artigo “Memória, Esquecimento, Silêncio”, Pollack (1989) defende o reconhecimento do caráter problemático de uma memória coletiva, sendo que de acordo com sua perspectiva, devemos nos interessar pelos processos e atores envolvidos na constituição e formalização das memórias. Portanto, ao longo de nossa análise iremos destacar quem são os personagens que constroem essa memória, bem como o processo de criação e formalização da mesma.

Ao analisarmos a construção de uma memória por parte dos ex-Brummer, imigrantes alemães e descendentes, verificamos, que de acordo com Pollack (1989), a oposição entre memória dominante e oficial, e as memórias subalternas, não

remete apenas à oposição entre Estado dominador e sociedade civil, havendo situações deste tipo entre grupos minoritários e o restante da sociedade.

Ao falarmos sobre a memória, também devemos levar em consideração o silêncio, que antes do esquecimento, revela que o passado ainda repercute no indivíduo, sendo motivo de dor e constrangimento, portanto, algo que deve ser guardado. De acordo com Pollack (1989), o silêncio costuma ser quebrado quando as testemunhas de determinado fato conscientizam-se de que irão desaparecer, portanto, manifestam suas lembranças para evitar o esquecimento. Como podemos notar nos relatos dos ex-Brummer, que já idosos, demonstram as dificuldades pelas quais tiveram passar, através de uma linguagem direta, que exprime o absurdo abandono do qual foram vítimas, procurando estabelecer a verdade e a justiça.

De acordo com Pollack (1989), as circunstâncias contribuem para a emergência de determinadas lembranças, ou a ênfase em algum aspecto, havendo a reinterpretação do passado. Isto se aplica à memória individual e coletiva, sendo que em determinadas ocasiões, elas possam ser expostas para a coletividade, manifestando contestação ou reivindicação. Neste caso, a memória pode ser considerada a tentativa de definir ou reforçar sentimentos de pertencimento, ou fronteiras sociais entre as coletividades. Sendo assim, a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos, além de definir seus lugares na sociedade. Portanto, percebe-se especialmente nos relatos dos ex-Brummer a intenção de através de sua memória, demonstrar o seu valor perante a sociedade, expondo os infortúnios pelos quais passaram, justificando suas faltas, e por vezes, procurando destacar a sua importância na comunidade local.

Em seu artigo “Memória e Identidade Social”, Pollack (1992) aborda a memória como um fenômeno individual, coletivo, ou social, que sofre constantes transformações. Além disso, a memória é um fenômeno construído, de forma consciente ou inconsciente, havendo uma ligação muito forte entre a memória e o sentimento de identidade, no que se refere à imagem de si, perante a si mesmo e ao outro. Neste sentido, devemos compreender que a memória é seletiva.

Ao falarmos sobre o que constitui a memória, podemos afirmar que em primeiro lugar ela se refere aos acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, a memória pode ser constituída pelos acontecimentos vividos pelo grupo ou comunidade ao qual o indivíduo se considera parte, mesmo que não tenha participado de tal fato. Sendo assim, há situações em que ocorre a projeção ou

identificação do indivíduo com determinado passado herdado. Neste sentido, acreditamos que muitas situações relatadas neste trabalho, durante a análise dos discursos dos Brummer, imigrantes alemães e descendentes, refletem os valores individuais dos combatentes, e do grupo ao qual se sentiam parte.

A estruturação da memória sofre a influência da situação do momento, principalmente das questões políticas e pessoais, portanto, podemos considerá-la uma construção social ou individual. Sendo assim, as lembranças e esquecimentos são organizados de forma consciente ou inconsciente.

Quanto à memória herdada, podemos afirmar que ela tem uma relação estreita com o sentimento de identidade, no que se refere à imagem de si, para si e para o outro. Esta imagem é construída ao longo da vida, e é apresentada para o si e para o outro, para afirmar para si mesmo o seu eu, e também para ser percebido de determinada maneira pela coletividade. Portanto, a memória é um elemento constituinte da identidade individual ou coletiva, sendo fator importante para a percepção de continuidade e coerência de um indivíduo em relação ao grupo.

A identidade se constrói em relação ao outro, levando-se em consideração o que é socialmente aceitável, admissível, e que traz credibilidade. Portanto, a memória e a identidade fazem parte dos conflitos sociais, sendo fundamentais para o reconhecimento e valorização de determinados indivíduos e grupos, conforme podemos observar na construção de uma memória positiva sobre os Brummer, imigrantes alemães e descendentes, através de sua participação na Guerra do Paraguai.

Ao abordar o ofício dos historiadores na atualidade, Chartier (2002) destaca que renunciando à descrição da totalidade social, os historiadores buscam decifrar as sociedades, debruçando-se sobre a complexidade das relações e tensões que as constituem, e considerando que as práticas e estruturas são construídas pelas representações, que dão sentido ao mundo do indivíduo.

No que se refere ao conceito de representação, Chartier (2002, p.74) afirma que “a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que revela um objeto ausente, substituindo-o por uma “imagem” capaz de trazê-lo à memória e “pintá-lo tal como é”. Portanto, podemos afirmar, que por um lado ele refere-se a algo ausente, havendo uma distinção entre a representação e o indivíduo ou coisa que foi representado, por outro lado, é a exibição, comparecimento, a apresentação

pública de um indivíduo, substituído por uma imagem capaz de trazê-lo a memória, e apresentá-lo tal como ele é.

Chartier (2002) afirma que, ao estudarmos a história das apropriações é importante analisarmos as condições e os processos de construção do sentido, compreendendo que as representações não são despossuídas de idéias. Segundo Chartier (2002, p.73), a história cultural dedica-se ao estudo das estratégias simbólicas que determinam posições e relações, e que constroem para cada grupo uma identidade, pela qual o mesmo é percebido. Chartier (2002) afirma que devemos compreender que a realidade é constituída pela linguagem, fazendo parte dela ao mesmo tempo.

Neste estudo verificamos que através de estratégias simbólicas, os legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes, empreendiam a valorização individual e do grupo, construindo uma identidade social, pela qual os mesmos eram reconhecidos, no que se refere a um status, posição, ou até mesmo modo de ser. Sendo assim, a realidade era construída, percebida e representada, através de um processo de classificação e recorte.

Segundo Chartier (2002) podemos considerar que a construção das identidades sociais é resultado de uma relação de força, por outro, que a identidade social resulta da capacidade do grupo marcar a sua existência e unidade. Portanto, existem estratégias simbólicas que determinam posições e relações, e que são fundamentais para o reconhecimento de determinado grupo.

Ainda sobre representação, Jodelet (2001) afirma que o homem precisa compreender a sua relação com o mundo que o cerca. Segundo a autora, precisamos nos ajustar ao mundo, para sanarmos as demandas que ele nos impõe, e por conta disto, é que criamos as representações. No entanto, como vivemos em sociedade, as representações também são sociais, fazem parte do coletivo, e são muito importantes dentro dele. A representação social refere-se a um objeto e a um sujeito, em uma relação de simbolização, onde toma o seu lugar, ou de interpretação, conferindo-lhe significados.

As representações nos guiam na definição de vários aspectos de nossa vida cotidiana, seja na maneira de interpretá-los, ou na hora de tomar decisões. De acordo com Jodelet (2001) as representações regem nossas relações com o mundo e com o outro, interferindo na construção das identidades individuais e sociais, no

desenvolvimento intelectual e coletivo, bem como nas expressões dos grupos, e na transformação social.

Segundo Jodelet (2001), a representação tem alcançado grande importância dentro das ciências sociais, já que ela está presente nos discursos, sendo transmitidas até mesmo pelas palavras e condutas. As representações são construídas de acordo com os valores do grupo ou indivíduo que as forjaram, sendo que as definições partilhadas dentro de um mesmo grupo, constroem uma visão consensual da realidade, que os guiará em suas ações. As representações possuem forte vinculação com elementos ideológicos, culturais, ou sociais, bem como as experiências individuais ou coletivas do indivíduo. Através das cartas, relatos, diários e notícias, dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes, percebemos a existência da representação, que reflete os valores, visão sobre a realidade, e ideologia dos mesmos.

Através das representações, os indivíduos criam versões da realidade, carregando as imagens, palavras, e condutas, de significados coerentes com a mesma. Portanto, o grupo partilha de uma mesma versão da realidade, que, no entanto, pode entrar em conflito com a de outro grupo. Neste sentido, o cumprimento de certas normas, condutas, práticas, bem como a forma de pensamento, são fundamentais na associação do indivíduo a determinado grupo social.

Jodelet (2001) destaca que a representação corresponde a um ato de pensamento através do qual o indivíduo relaciona-se com um objeto, que pode ser uma pessoa, evento material ou social, idéia, teoria, entre outros, que podem ser reais ou até imaginários. Segundo Jodelet (2001) a representação mental, pictórica, ou política toma o lugar do objeto, tornando-o presente, quando está ausente, reconstituindo mentalmente este objeto. Neste sentido, através dos relatos sobre a participação na Guerra do Paraguai, os legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes relacionaram-se à ideia de que eram combatentes destemidos, engenhosos, e honrados, e que, portanto, eram cidadãos modelares, cumpridores de suas obrigações para com o Brasil.

Ao falarmos sobre representação, não podemos ignorar a importância da comunicação social para que haja o consenso sobre determinado aspecto. Jodelet (2001) destaca a importância da dispersão e distorção das informações sobre o objeto representado, bem como a focalização em determinados aspectos, na defesa dos interesses dos sujeitos. Sendo assim, a comunicação social, é transmissora da

linguagem, contribuindo na construção de representações. Neste sentido, verificamos que em seus relatos, os legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes, focalizavam determinados aspectos referentes à sua participação na Guerra do Paraguai, e o *Deutsch Zeitung* contribuía para a difusão desta imagem para o restante da sociedade. Neste sentido, a posição que o indivíduo ocupa na sociedade é fundamental na determinação dos conteúdos representacionais, levando-se em consideração as ideologias, e normas institucionais que obedecem, sendo comuns as adesões aos pensamentos de classe, meio ou grupo, o que marca o pertencimento a uma unidade, e a manutenção de determinada identidade social.

Jodelet (2001) destaca que a representação social envolve os processos individuais, e em relação ao outro, que pode ser alguém do mesmo grupo, ou externo a ele, portanto, a representação assume um caráter ideológico. Ao analisarmos as representações, podemos notar a existência de três tipos de fenômenos, as distorções, suplementações, e os desfalques.

As distorções são bastante comuns na representação, sendo que muitas vezes são aumentados ou minimizados os atributos do objeto, já que a representação está a serviço dos interesses de determinado grupo. Segundo Jodelet (2001), podemos afirmar que a suplementação consiste em atribuir ao objeto representado, características que não lhe pertencem, sendo que, em muitos casos, o indivíduo projeta sobre o outro, características que possui, mas que, são consideradas desfavoráveis, desta forma, pretende valorizar a sua própria imagem. Já o desfalque, refere-se à supressão de determinadas características do objeto representado.

Ao longo desta pesquisa, será realizada a interpretação dos discursos dos ex-Brummer, imigrantes alemães e descendentes. De acordo com Orlandi (2001) há teóricos que não reconhecem a complexidade da noção de interpretação, sendo que ela pode ser compreendida através de diferentes definições. A autora destaca que a interpretação não é útil apenas para a linguística, tendo relevância nas ciências humanas, já que é através do discurso que melhor se entende a relação entre a linguagem, pensamento e mundo, pois o discurso é uma das instâncias materiais envolvidas nessa relação. A interpretação é quem dá sentido à linguagem, sendo importante nas suas mais diversas manifestações, sendo assim, estamos sempre interpretando, mesmo que despercebidamente.

Orlandi (2001) destaca que o texto é construído em função da historicidade, havendo várias possibilidades de interpretação do mesmo. Além disso, a autora afirma que é importante considerar que o texto possui articulações, que são importantes para a construção dos seus sentidos. No entanto, é importante destacar que os fatores externos definem os limites, ou direções que o texto pode tomar, durante a interpretação.

Segundo Orlandi (2001), as possibilidades de interpretação derivam da relação entre autor e a memória, sendo que o gesto da interpretação ocorre porque o espaço simbólico é constituído pela incompletude, em sua relação com o silêncio. Portanto, Orlandi (2001, p.18) afirma que “a interpretação é o vestígio do possível”. A interpretação ocorre dentro de um contexto histórico e social, constituindo conotação política, e marcando a relação do sujeito com o mundo. Neste sentido, o discurso é a associação entre língua e a história, através da qual, o sujeito produz sua impressão da realidade, sendo assim, através da análise de discurso, busca-se compreender como o texto produz sentidos. Desta forma, o texto nos permite o acesso ao discurso, compreendendo como o último se materializa no primeiro.

Portanto, é através destes pressupostos teóricos que abordaremos o restante deste capítulo.

4.2 O engajamento teuto-brasileiro após a irrupção da Guerra do Paraguai

A irrupção da Guerra do Paraguai causou grande temor em toda a sociedade rio-grandense, inclusive na comunidade de origem alemã. Sendo assim, muitos imigrantes alemães apresentaram-se ao serviço militar, para defender o país que bem ou mal, havia os acolhido, além destes, os descendentes de imigrantes, buscavam defender a sua terra natal, já que eram brasileiros.

Muitos ex-Brummer, imigrantes alemães e descendentes, que possuíam influência em suas comunidades, além da diretoria da sociedade “Deutscher Gesangverein”, de Porto Alegre, e de comissões organizadas em São Leopoldo e Santa Cruz, se comprometeram a formar “Corpos de Defesa” compostos por voluntários de origem alemã. Algumas das principais lideranças teuto-brasileiras de Porto Alegre se reuniram em uma série de reuniões, onde foi discutido qual seria o posicionamento do grupo diante de uma provável invasão paraguaia à capital. Boa parte dos que participaram das reuniões defendiam a neutralidade dos teuto-

brasileiros perante o conflito, no entanto, havia o grupo liderado por Koseritz, que afirmava que os teuto-brasileiros deveriam apoiar a sua nova pátria, tendo em vista que os interesses dos luso-brasileiros eram semelhantes aos de seu grupo. De acordo com Becker (1968), a influência de Koseritz foi determinante para que fosse criada uma guarda, composta por 150 alemães, que ajudaria na defesa da capital em caso de ataque, além de realizar patrulhas noturnas.

Ainda no final de 1864, Carl Emil, solicitou a formação de um Corpo de Defesa de origem Alemã, o que não foi permitido pelo governo brasileiro, apesar dos “agradecimentos”. Situação semelhante ocorreu com a Diretoria da sociedade “Gesangverein”, de Porto Alegre, em dezembro de 1864.

No entanto, em 29 de janeiro de 1865, uruguaios blancos invadiram Jaguarão, sendo que, nesta ocasião elementos de origem alemã, principalmente antigos Brummer, como Karl Hann, Johann Louis Schnorr, e Henrique Knorr, foram importantes na defesa da cidade. Diante desta situação, e perante a ameaça de invasão a Pelotas, o governo mudou de posição, e permitiu a Carl Alexander Wichmann a licença para formar e comandar um “Corpo de Defesa’ em Pelotas, composto por 200 homens, que receberam as armas no início de fevereiro do mesmo ano. Ainda em fevereiro, Franz Grauert recebeu armas em Rio Grande.

Conforme exposto por Becker (1968), em 30 de maio Wichmann realizou novo pedido, que foi deferido, assim como Carl Ferdinand Schneider e Peter Weber, que em 19 de junho, receberam a autorização para formar uma companhia de 100 artilheiros. Ainda no final de maio, Wilhelm von Reisswitz foi autorizado a alistar voluntários em Rio Pardo, assim como o ex-Brummer Carl Kammer, em meados de julho, em Pelotas, São Lourenço e Canguçu. O grupo formado por Kammer partiu ao Paraguai integrando o 2º Corpo de Caçadores a Cavalos de Pelotas.

Em sua obra, Becker (1968) apresenta o requerimento de Carl Alexander Wichmann, que nos demonstra o quanto este personagem acreditava ser importante a sua participação, e a dos demais teuto-riograndenses no conflito. Wichmann²⁸ escreveu:

²⁸ Muitos dos relatos, notícias e diários expostos por Becker (1968) não contam com data.

Illmo e Excm^o Senhor Visconde de Camanú, Ministro da Guerra. Diz Carlos Alexandre Wichmann, Tenente reformado de Infantaria do Exército de sua Majestade Prussiana, Cavalheiro da Ordem da Águia Vermelha da Prússia, Condecorado com a Cruz de ferro de Schleswig_ Holstein pelas campanhas de 1848_1850, e com a Medalha da Campanha do Uruguay pela de 1851_1852 etc., que vem respeitosamente requerer [...] a licença [...] para poder formar na Província do Rio Grande São Pedro do Sul um Corpo de Voluntarios Allemães no numero de pelo menos 600 praças, para operar na campanha que vae abrir-se com o Paraguay (WICHMANN, apud BECKER, 1968, p.41).

Ao analisarmos a carta do ex-Brummer Carl Alexander Wichmann, podemos perceber que o mesmo salientou a sua experiência militar, e condecorações em Schleswig- Holstein, e como legionário, na Campanha contra Rosas (1851-1852), demonstrando que reunia os requisitos necessários para criar um Corpo Armado. Além disto, Wichmann acrescenta,

O numero de seus compatriotas, que desejam tomar parte na guerra contra o Paraguay, a qual lhes parece inevitável, já é assaz crescido, constando a maior parte de soldados já disciplinados, aguerridos e bem aclimatados, de maneira que hoje não se darão os inconvenientes que com as tropas allemães se deram na campanha do Uruguay de 1851-52. O suplicante têm pois a robusta fé que o Corpo de Voluntários Allemães, nas atuais circunstâncias poderia prestar relevantíssimos serviços (WICHMANN, *apud* BECKER, 1968, p.42).

Wichmann valoriza os soldados alemães, destacando que as circunstâncias levaram ao fracasso dos Brummer, durante a Campanha contra Rosas, e que através da participação no conflito com o Paraguai, apagariam a imagem negativa que adquiriram ao longo de seus contratos com o governo brasileiro. Desta forma, Wichmann pretendia mostrar o valor de seu grupo, e a sua importância na sociedade local, e até mesmo para o Brasil.

De acordo com Becker (1968), em meados de novembro de 1865, a companhia organizada por Carl Kammer contava com cerca de 80 homens, que constituíam um Corpo de Caçadores a Cavallo. Posteriormente a companhia foi transferida para a capital, e após isto para a guerra, juntamente com outras unidades concentradas em Porto Alegre.

Segundo Becker (1968), no final de 1866, foi constituída uma Comissão Patriótica, que tinha como objetivo angariar voluntários para o 3º Corpo de Exército, comandado por Osório. Foi decidido organizar uma 2ª Bateria de Voluntários Alemães, missão conferida novamente por Carl Ferdinand Schneider. Recebendo a

adesão de vários Brummer, a bateria embarcou incompleta, no dia 27 de fevereiro de 1867, com destino a Rio Pardo, de onde marcharia para Quaraí, onde se reuniu com o 3º Corpo do Exército.

Outro contingente que contou com elementos de origem germânica foi o 7º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, de Santa Maria, sob o comando do Ten. –Cel. João Niderauer Sobrinho, que ainda em outubro de 1864 partiu na Campanha do Uruguai, participando dos conflitos que contribuíram para a destituição dos blancos. Posteriormente, Niderauer participou da campanha contra o Paraguai.

4.3 A organização da Guarda Nacional de São Leopoldo

Durante a década de 1830, foram criados os corpos da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul. No período anterior à eclosão da Guerra do Paraguai, a rotina dos guardas nacionais de São Leopoldo era bastante tranquila, sendo marcada pelas reuniões aos domingos de manhã, onde passavam em revista diante do Capitão Joaquim Paulo de Fogaça, sendo realizada chamada, e por vezes exercícios físicos. Consta que os guardas possuíam fuzis bastante defasados, no entanto, raramente atiravam.

Com a eclosão da Guerra do Paraguai, os guardas receberam novas armas, sendo convocados e preparados para marchar, além de serem alojados em um quartel, e de receber soldo de 8 a 10 mil réis por mês. A partir de então, praticavam exercícios físicos todas as manhãs e tardes, e ao anoitecer patrulhavam as ruas da cidade, até a meia noite. Na sequência, foram transferidos para Porto Alegre, e de lá para a guerra.

Segundo Bento (1976), a Guarda Nacional do município de São Leopoldo compunha-se da Seção de Infantaria, que a partir de dezembro de 1865 formou a 1ª Companhia do Corpo Policial de Porto Alegre, e dos 11º e 12º Corpos de Cavalaria, que contavam com suas sedes em Sant'Ana e São Leopoldo respectivamente. Segundo Becker (1968) em dezembro de 1864, no início do conflito, a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul contava com cerca de 2.750 homens armados, aumentando para algo em torno de 8.000 ao até 12.000 homens um mês depois. De acordo com Becker (1968, p.13), Koseritz afirmava que os teuto-brasileiros

“conhecem muito bem os seus deveres de brasileiros natos e igualmente estão dispostos a defender sua pátria”.

No entanto, Koseritz destacava que muitos elementos de origem germânica recebiam tratamento inadequado por parte dos oficiais brasileiros, que os consideravam inferiores, recebendo apelidos pejorativos, realizando serviços mais pesados, além de receber armas inferiores. Além disso, houve inúmeras irregularidades durante as convocações, como a convocação de pais de família, filhos únicos de viúvas, viúvos com filhos menores, e inválidos. Em 15 de julho de 1865, Koseritz denunciou tal situação no *Deutsche Zeitung*, aconselhando os prejudicados a dirigir requerimentos pedindo baixa, diretamente para o presidente da Província, pois caso mandassem para seus superiores, seriam indeferidos.

No mesmo mês, D. Pedro II e o Ministro da Guerra, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, exigiram a rápida apresentação dos guardas nacionais aos seus respectivos postos, em virtude da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul. Levando em consideração estes fatos, Koseritz publicou em seu jornal, no dia 02 de agosto de 1865, artigo no qual incitava a todos os guardas nacionais de origem alemã a marchar para a guerra, cumprindo o seu dever com a pátria, como “brasileiros natos”.

No entanto, Koseritz destacava no *Deutsch Zeitung*, que a ida à guerra traria prejuízos às famílias dos combatentes, já que faltariam “braços” na produção rural. Os inconvenientes seriam maiores em casos de convocação irregular, onde fossem tirados de casa os homens que garantiam o sustento de suas famílias. Além disto, muitos dos colonos haviam adquirido há pouco tempo as terras, e ainda pagavam as prestações das mesmas.

Em 24 de julho foi decretada a mobilização da Guarda Nacional de todas as províncias, e em agosto, as vantagens concedidas aos Voluntários da Pátria foram estendidas aos guardas nacionais em campanha. Para sanar os problemas apresentados anteriormente, o decreto 3.056 de 04 de agosto de 1865, versava que viúvos e casados com filhos menores passariam para a reserva, e os solteiros, juntamente com os viúvos e casados sem filhos, seriam transportados para os corpos da Guarda Nacional, marchando para a guerra.

No entanto, muitos guardas nacionais de origem alemã que deveriam fazer parte da reserva não foram dispensados. Segundo Becker (1968), em 30 de agosto Koseritz acusou no *Deutsch Zeitung*, os comandantes do 11º e 12º Corpos da

Guarda Nacional de São Leopoldo, de irregularidades no recrutamento dos guardas nacionais, publicando em 27 de Setembro, lista com 39 nomes de convocados com mais de um filho menor, todos pertencentes ao 11º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.

Em 29 de setembro, o presidente da Província, Visconde da Boa Vista, atendeu ao apelo de Koseritz, e enviou ofício ao Comandante Geral da Guarda Nacional de Porto Alegre e São Leopoldo, dando ordens de dispensa imediata para todos os guardas nacionais recrutados irregularmente. Sendo assim, cerca de 260 pais de família, ou viúvos com filhos menores, foram dispensados da marcha. Consta que somente no 11º Corpo, teriam sido 200 os homens recrutados irregularmente, sendo que após as baixas solicitadas pelo presidente da província, seu efetivo foi praticamente reduzido a zero, sendo seus comandantes transferidos para o 9º Corpo da Guarda Nacional.

Muitos guardas nacionais fizeram uso do decreto 3.059, de 12 de dezembro de 1865, cujo 1º artigo instituía o direito de apresentar um substituo, para combater em seu lugar, estabelecendo através de contrato, as condições para ambas as partes, incluindo as obrigações de quem se candidatava a substituir, e os valores e formas de pagamento. Nota-se através da análise dos contratos estipulados entre as duas partes, que ao longo do conflito, quando diminuiu os homens sujeitos a substituir alguém, aumentou o valor cobrado, em virtude da substituição. É interessante apontar, que se aproveitando da situação, Johann Schenck criou uma agência de substitutos em Porto Alegre.

O 12º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional partiu para Rio Pardo no dia 14 ou 18 de Outubro 1865, onde chegou no dia seguinte. Em Rio Pardo receberam cavalos, ficando acampados lá por um mês, partindo posteriormente para Santa Maria, onde permaneceram até 06 de fevereiro de 1866, seguindo em direção a São Borja, onde chegaram em 08 de março, transpondo o rio Uruguai, e chegando à Argentina. Após atravessar Corrientes, a companhia chegou ao Rio Paraná, de onde partiu em 08 de julho, em direção ao Passo da Pátria, onde chegou em 14 de julho, juntando-se a outras forças brasileiras, e formando o 1º Corpo Provisório de Caçadores a Cavalos, que pertencia ao 2º Corpo do Exército Brasileiro. Quatro dias depois, os guardas nacionais de São Leopoldo já participavam das primeiras manobras de reconhecimento.

Quanto ao 11º Corpo da Guarda Nacional de Sant'Ana, Becker (1968) comenta que em novembro de 1865, os homens foram transferidos para Porto Alegre, onde a maioria dos integrantes de origem alemã manifestou interesse em se transferir para a "Artilharia alemã", sob o comando do Capitão Carl Ferdinand Schneider, sendo que não se sabe se o pedido foi atendido. Em 10 de dezembro este corpo embarcou no vapor Galgo, em direção à Rio Grande, de onde seguiu no dia 12 do mesmo mês para Montevideu, sendo transportado pelo vapor Jaguaribe. Consta que este corpo era constituído por 6 companhias de 18 a 20 homens, havendo um oficial para cada 5 homens.

A 4ª Seção de Infantaria da Guarda Nacional de São Leopoldo foi reduzida a uma companhia, e incorporada ao Corpo Policial de Porto Alegre, partindo no final de dezembro, no vapor Galgo, em direção a Montevideu. De acordo com Becker (1968), teriam embarcado junto com este grupo diversos jovens de 15 e 16 anos, que por possuírem bom porte físico, eram declarados com 18 anos, o que ocorreu com Wilhelm Trein, Martin Boeckel, entre outros. A 1ª Companhia do Corpo Policial de Porto Alegre permaneceu 8 dias no porto de Rio Grande, em virtude das más condições de navegabilidade, seguindo diretamente para Buenos Aires em viagem que durou cerca de 24 horas. Navegando pelo Rio Paraná, chegaram a Corrientes no dia 1º de janeiro, de onde partiram a pé, até encontrar o 1º Corpo do Exército Brasileiro, reunindo-se com o mesmo, e partindo para o Passo da Pátria, sendo que no dia 01 de maio atravessaram o rio, e tomaram as fortificações lá existentes. O inimigo só reagiu no dia 24 de maio, na Batalha de Tuiuti.

Ao analisarmos a história deste Corpo, podemos analisar o relato de Jakob Dick, que relata o seguinte sobre o seu alistamento, antes dos 16 anos, "convocada a Guarda Nacional, gostei imensamente dêsse movimento colorido. No início achei muita graça naquilo. Mais tarde, porém perdi o entusiasmo e não cumpri com meus deveres. Como, naturalmente, não houve compreensão para com meus sentimentos fui, certa vez, prêso por 24 horas" (DICK, *apud* BECKER, 1968, p.157).

Portanto, nota-se que inicialmente a guerra gerou mobilização popular, no entanto, com o passar do tempo, o ânimo esfriou, e muitos acabaram desertando, ou cometendo atos de indisciplina.

4.4 Batalhão de Voluntários da Pátria nº. 33

Em 16 de maio de 1865, o presidente da Província, João Marcelino de Souza Gonzaga, autorizou a formação de um batalhão de voluntários em Porto Alegre e São Leopoldo, sendo o Marechal Luiz Manuel de Lima e Silva o responsável pela sua organização, em um prazo de três meses. Este decreto permitia o alistamento de estrangeiros, entre 18 e 50 anos, sendo que o Marechal designou para esta função, o ex-Brummer Carl Ferdinand Schneider e Peter Weber, residentes em Porto Alegre.

Para agilizar o recrutamento, o Marechal Lima e Silva autorizou o antigo oficial da artilharia Brummer Friedrich Wilhelm Fruherr von Reisswitz, em junho de 1865, a alistar voluntários em Rio Pardo e Santa Cruz. Este tomou a iniciativa de inserir anúncio de alistamento no jornal *Deutsche Zeitung*, conforme podemos conferir

Wilhem von Reisswitz comunica que foi autorizado pelo Sr. Marechal Lima e Silva alistar soldados em Rio Pardo, Santa Cruz e arredores para o batalhão de voluntários, os quais receberão passagem paga até Porto Alegre, onde serão logo engajados e mantidos (Reisswitz, 1865 *apud* Becker, 1968, p.45).

Neste sentido, verificamos que o *Deutsche Zeitung* era veículo importante para a mobilização da população de origem alemã quanto à guerra, sendo utilizado inclusive para o recrutamento de soldados. Inicialmente o recrutamento não teve grandes resultados, já que o sistema brasileiro, no qual se recrutava indivíduos considerados perigosos, bem como prisioneiros, além das péssimas condições oferecidas aos soldados, tais como soldos insuficientes, castigos físicos, alimentação insuficiente, péssimas acomodações existentes nos quartéis, e baixa qualidade do fardamento, fazia com que poucos tivessem a iniciativa de alistar-se.

Em 02 de julho, após um mês e meio do início do recrutamento, somavam-se 68 voluntários, divididos em 03 companhias, sendo que posteriormente, 02 oficiais e 60 soldados do Corpo Policial de Porto Alegre somaram-se ao batalhão. Em 11 de julho mais 30 cidadãos juraram à bandeira, o que demonstra o crescimento do batalhão, que posteriormente somou mais de 200 voluntários. Segundo Becker (1968) os ex-Brummer Carl Alexander Wichmann, Carl Kammer, e Friedrich Wilhelm von Wedelstaedt, receberam autorização para alistar voluntários alemães, os dois primeiros em Pelotas, e o último em Bagé, sendo que os alistados, deveriam marchar com o batalhão de Porto Alegre. No final de julho, o comando do batalhão

foi dado ao Ten.- Cel. Joaquim Manuel de Assumpção, e para Major fiscal foi designado o Capitão Genuíno Olympio de Sampaio.

O batalhão embarcou para Rio Pardo no dia 13 de agosto, contando com pouco mais de 400 homens, de um total de 500 que o integravam, já que 20 homens foram cedidos para o Piquete Imperial, 44 ficaram na capital por motivo de doença, e 30 soldados haviam desertado.

Em outubro foi decretado que todos os batalhões de voluntários despachados para o conflito através de Porto Alegre formariam uma brigada de infantaria, sob o comando do Cel. João Manoel Mena Barreto, inclusive o Batalhão nº. 33. Esta brigada transpôs o rio Uruguai em 05 de novembro, marchando em direção a Corrientes.

4.5 A Bateria Alemã

Após a chegada da notícia da invasão paraguaia e da tomada de São Borja, no dia 17 de junho, rapidamente, em 19 de junho de 1865, o presidente da província, autorizou a formação de uma bateria de artilharia com voluntários alemães, sendo encarregado da tarefa Carl Ferdinand Schneider, que contou com o alistamento dos ex-Brummer, principalmente de Santa Cruz, Rio Pardo, Porto Alegre e São Leopoldo. Através do Deutsche Zeitung, Schneider convocou os antigos artilheiros Brummer do 2º Regimento de Artilharia Alemã, prometendo a eles seus antigos postos. Schneider foi nomeado capitão da artilharia, sendo que vários soldados de origem alemã alistados no Batalhão de Voluntários da Pátria nº. 33 pediram transferência para a “Bateria Alemã”, para ficar sob o comando de oficiais alemães.

Os primeiros voluntários prestaram juramento à Bandeira em 02 de julho. Após visitar as colônias de São Leopoldo, Schneider angariou vários voluntários de origem alemã, que preferiram marchar juntamente com a “Bateria Alemã”, do que o 12º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, comandada pelo Ten.-Cel. Antonio José da Rocha Junior, que não possuía prestígio entre os guardas nacionais de origem alemã. Ao longo do conflito os guardas nacionais tinham a liberdade entre escolher pela “Bateria Alemã” e o Batalhão de Voluntários nº. 33.

No final de julho, a “Bateria alemã” já contava com mais de 60 voluntários, que todos os dias faziam exercícios em canhões. No início de agosto foram nomeados oficiais o 1º Tenente Wilhelm Von Reisswitz, os 2º Tenentes Ernst Mützell

e Th. Maurer, o Tenente- Secretário Leopoldo Bier, e o médico Heinrich Grave. Ernst Mützell pediu exoneração do cargo, sendo substituído por Ten. Hermann Fehse.

Em 19 de agosto, Schneider anunciou no Deutsch Zeitung que todos os voluntários alistados deveriam apresentar-se em Porto Alegre, juntamente com aqueles que ainda desejavam fazer parte da bateria. De acordo com Becker (1968), houve casos em que imigrantes alemães e descendentes apresentaram substitutos, que serviram na “Bateria alemã”. Houve também casos de deserção, conforme o Capitão Carl Ferdinand Schneider anunciou no Deutsche Zeitung. Becker (1968, p. 50), demonstra que Schneider

Declarou [...] que dois substitutos de nomes Heinrich Stein e Christian Geist, haviam desertado e advertiu aos que porventura os tivessem hospedado, que seriam passíveis de pena prevista pela lei de 28 de setembro de 1851, de 6 a 12 anos de reclusão.

No entanto, nem todos os ex-Brummer atenderam ao convite de recrutamento com entusiasmo, conforme fica claro em Lenz (1997, p. 48)

Fiquei um pouco agitado e disse-lhes secamente que me deixassem em paz em tais ofertas, pois deveria ter bebido grossa tinta se um dia pretendesse tornar a ser soldado. Mesmo na maior necessidade, preferia carregar barris à praia à noite do que tornar-me novamente soldado.

As primeiras baixas da “Bateria Alemã” ocorreram já nos preparativos para o conflito, no dia 2º de Setembro, Friedrich Jansen foi vitimado pela varíola. Outro incidente ocorreu após a notícia da rendição paraguaia em Uruguaiana, já que por ordem da Presidência, a “Bateria alemã” disparou três vezes ao dia, nos dias 30 de setembro, 1º, e 2º de outubro, 21 salvas diante do Arsenal de Guerra. Na noite do dia 02 de outubro houve um erro durante as salvas, que feriram gravemente o capitão Schneider.

Outra baixa foi a do 2º Tenente Johann Hermann Adolph Fehse, que no dia 31 de outubro faleceu em consequência de um desarranjo do fígado, que foi acometido em viagem à Rio Pardo. Sobre o sepultamento de Fehse, Becker (1968, p. 52) afirma que

O sepultamento realizou-se no dia 1º de novembro, às 8 horas da manhã, sendo a encomendação feita na Capela da Caridade. O corpo fôra conduzido para lá pela “Bateria Alemã”. Sobre o caixão estavam a espada, as luvas, o boné, as esporas e a almofada com as insígnias e condecorações do morto. [...] Os cantores da sociedade “Gesangverein”, da qual o falecido tinha sido presidente, cantaram durante as cerimônias do sepultamento”

Neste relato percebemos a valorização da trajetória militar do falecido, bem como seu papel no cultivo da cultura alemã, manifestada pelas sociedades de canto.

Becker (1968, p. 52) prossegue

Carlos Von Koseritz proferiu a oração fúnebre, despedindo-se com palavras comoventes de seu velho companheiro, que viera em 1851 com os Brummer e que fôra condecorado tanto com a “Cruz de Holstein²⁹” como a “Medalha da Campanha no Uruguai”. [...] Koseritz, nessa sua despedida a um particular amigo, frisou, [...] que o Tenente Hermann Fehse não fôra só um “patriota alemão” [...] mas também um cidadão modelar em relação à sua segunda Pátria, pois, logo após a invasão paraguaia no Rio Grande do Sul, apresentou-se para defender o Brasil, e ingressou como Tenente na “Bateria Alemã”, comandada pelo seu ex- companheiro, o Cap. Schneider.

Notamos através deste relato, que existia um sentimento de irmandade entre os ex-Brummer, além da valorização de seus atos seja na Europa, no Uruguai ou no Brasil. Através da fala de Koseritz, percebemos que a adesão de um imigrante ou descendente alemão na guerra, significava para o mesmo, o engajamento em relação às questões da nova pátria, sendo algo fundamental para que o mesmo se tornasse um “cidadão modelar” brasileiro.

Com o Cap. Schneider hospitalizado, a bateria embarcou para o Paraguai no dia 23 de novembro, no vapor “São Paulo”, sob o comando do ex-Brummer 1º tenente Wilhelm Von Reisswitz. Os únicos oficiais que acompanharam Reisswitz foram o médico Heinrich Grave e o 2º Tenente Leopoldo Petry. De acordo com Becker (1968), no momento da partida, a Bateria contava com 80 voluntários, sendo que a maioria ostentava a “Cruz de Holstein” e a “Medalha da Campanha do Uruguai”. O 2º Tenente Fehse foi substituído pelo também ex-Brummer Rudolph Schimmelpfennig von de Oye, cujos relatos constituem importante fonte histórica.

Vale ressaltar que em 24 de dezembro, o Cap. Schneider, ainda em estado de convalescença, embarcou com destino à Concórdia, na Argentina, para restabelecer seu comando sob a tropa. Cap. Schneider encontrou sua bateria perto

²⁹ Condecoração por serviços militares na guerra de Schleswig- Holstein contra a Dinamarca.

de Corrientes, já incorporada ao 1º Regimento de Artilharia Montada, sob comando do Ten. Cel. Emilio Luiz Mallet.

Até 1º março de 1866, a bateria não teve nenhuma baixa, no entanto, uma inspeção médica declarou que o Cap. Schneider estava inapto ao serviço militar, dispensando-o da guerra. Em decorrência disto, pediram demissão de seus postos os Tenentes Reisswitz e Bier, e o cirurgião Grave, sendo que o último não foi liberado. Sendo assim, assumiu o comando da Bateria Alemã, o 1º Ten. Rudolph Schimmelpfennig von der Oye.

4.6 A expedição de D. Pedro II ao Rio Grande do Sul

Em 18 de julho de 1856, chegou a Porto Alegre a notícia de que o Imperador D. Pedro II havia chegado à província, acompanhado pelo seu genro o Duque de Saxe, almirante da Marinha Brasileira, e pelo Marquês de Caxias, além de outras lideranças do Império. A chegada do Imperador se devia a invasão paraguaia à Uruguaiana, sendo que o mesmo pretendia comandar a expulsão dos inimigos. No dia 19 de julho, o vapor Santa Maria, que trazia o Imperador, atracou em Porto Alegre, havendo grande entusiasmo por parte da população e das autoridades da capital quanto à presença do monarca. Durante a noite, os alemães e descendentes da capital, juntamente com representantes de São Leopoldo prestaram homenagem ao Imperador, realizando um desfile de tochas, formado por mais de mil pessoas.

No dia 23 de julho o Imperador visitou São Leopoldo, sendo recebido pelo 12º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de São Leopoldo, com honras militares, e festejos que contaram com a presença de comissões de Hamburgo Velho, Dois Irmãos e Bom Jardim³⁰. De acordo com Becker (1968, p.57)

Esta visita do Imperador D. Pedro II, influenciou em primeiro lugar o ressurgimento da velha idéia da formação de corpos de defesa por parte dos alemães, tanto em Porto Alegre como em São Leopoldo. Para o último município, a visita teve uma conseqüência muito honrosa

Devido à boa impressão que D. Pedro ficou da colônia, o monarca determinou que seu piquete particular, encarregado de escoltar a comitiva imperial até Uruguaiana, fosse formado em sua maior parte por soldados de descendência

³⁰ Atual Ivoti_RS.

germânica e de São Leopoldo. Baseando-se em Koseritz, Becker (1968) afirma que o Batalhão de Voluntários da Pátria nº 33 teria cedido em torno de 20 homens para o “Piquete Imperial”.

D. Pedro II chegou a Uruguiana em 14 de Setembro de 1865, se reunindo com os generais Bartolomé Mitre e Venancio Flores, para definir as atitudes a ser tomadas para repelir os inimigos. A Tríplice Aliança optou por bombardear a cidade no dia 18, no entanto, ao perceber as movimentações, o General Estigarribia capitulou, juntamente com seus 56 oficiais e cerca de 5.000 praças, que já se encontravam sem mantimentos devido ao cerco dos aliados. Após a rendição, D. Pedro desfez seu piquete, permanecendo com uma escolta de 30 homens, e retornando à Porto Alegre em 28 de outubro de 1865. Vale destacar que entre 30 a 40 ex-Brummer participaram da reação contra os paraguaios em São Borja.

Após 03 meses de viagens pelo interior do Rio Grande do Sul, D. Pedro II retornou a capital, onde foi recebido pela Guarda Nacional de Porto Alegre e São Leopoldo, que apresentaram armas no Palácio Presidencial, onde o monarca estava hospedado. De acordo com Becker (1968, p. 62), “três sociedades recreativas alemãs, a “Gesangverein”, a “Liedertafel” e a “Leopoldina” estavam presentes com suas bandeiras”. No mesmo dia, a Bateria Alemã deu salva à chegada do Imperador, que havia assistido à rendição dos paraguaios em Uruguiana. No dia 31 de outubro, a comitiva retornou ao Rio de Janeiro.

Em fins de 1866, constituiu-se novamente em Porto Alegre uma “Comissão Patriótica” com a finalidade de angariar voluntários para o 3º Corpo de Exército do General Osório. No entanto, a Comissão decidiu organizar uma 2ª Bateria de Voluntários Alemães, sendo que tal tarefa foi conferida novamente ao Capitão Carl Ferdinand Schneider. Em pouco tempo apresentaram-se antigos Brummer, e em janeiro de 1867, chegaram 15 alemães de Santa Cruz, que formaram o princípio da 2ª Bateria Alemã, que embarcou com apenas 25 homens, no dia 27 de fevereiro de 1867, com destino a Rio Pardo, de onde marchariam por terra até Quaraí, onde se reuniriam com o 3º Corpo do Exército Brasileiro. Posteriormente a 2ª Bateria Alemã foi incorporada à Bateria de morteiros do Capitão Mallet.

4.7 Legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes na Guerra do Paraguai

No dia 5 de abril de 1866, o General Osório ocupou a ilha da Redenção, no Rio Paraná, após isto, atravessou o Passo da Pátria, onde houve combate pela posse da lagoa de Estero Bellaco, no dia 02 de maio. Neste combate, a Bateria Alemã entrou na linha de fogo, estando na primeira linha. Sobre o que se seguiu após a batalha, Becker (1968, p. 69) comenta

Na noite após o combate de Estero Bellaco foram postos entre cada canhão da “Bateria Alemã” 19 infantristas para rebater qualquer ataque paraguaio. Dia e noite todos estavam a postos, acampados desde o combate do dia 02 de maio ao ar livre. Não possuíam barracas e os artilheiros da “Bateria Alemã” dormiam tôdas as noites ao lado de seus canhões.

Portanto, a Bateria alemã enfrentou dificuldades nos seus primeiros passos no conflito, já que a possibilidade de um ataque das tropas paraguaias era muito provável. Soma-se a isto, a falta de comodidade existente nas guerras, e a proliferação de doenças epidêmicas como a cólera. Ao falar sobre os seus primeiros passos no conflito, Jakob Dick, afirma que já no início do conflito foi acometido pela disenteria, que teria se espalhado por muitos homens do 1º Corpo de Exército Brasileiro.

No dia 24 de maio de 1866, os paraguaios atacaram as forças aliadas com 28.000 homens, e 40 peças de artilharia, no que ficou conhecido com Primeira Batalha de Tuiuti. De acordo com Becker (1968, p. 69), “nessa primeira batalha de Tuiuti o 1º Regimento de Artilharia, ao qual pertencia a “Bateria Alemã”, conduziu-se com especial bravura”. Becker (1968, p. 70) expõe relato de voluntário do 9º Batalhão do Corpo policial de Porto Alegre, sobre a 1ª Batalha de Tuiuti:

[...] Participamos de tudo isso, e sempre na primeira linha. Fogo cerrado mesmo, porém demos pela vez primeira. Até eu dei 30 tiros com um fuzil que encontrei no caminho. [...] Wilhelm Trein e Manuel von Severin fizeram a mesma coisa [...] Do nosso pessoal de São Leopoldo todos estão bem, com exceção de Joseph Tamm, que foi levemente contundido no braço. Aqui termino a minha carta porque tenho de participar do alarme que, por sinal, é permanente, já que três tiros são suficientes para que todo mundo corra. Trata-se de verdadeira guerra gaúcha; se o inimigo vem, derepente êle aí está. E não faz prisioneiros; seu sistema é o de “corte o pescoço”³¹.

Portanto, através deste relato nota-se que o combatente expõe com orgulho o fato de estar na linha de frente, fato comum em diversos relatos expostos por Becker (1968). Desta maneira, o combatente procurava demonstrar para aquele que lia, o

³¹ Becker (1968) não informa o nome do soldado.

seu valor como combatente destemido, e defensor da pátria brasileira. Nota-se também através deste relato, o sentido de unidade existente entre os soldados de origem germânica, vindos de São Leopoldo. Além disto, é exposto o temor diante do inimigo, a ferocidade e violência desta guerra, e a falta de armas de fogo para todos os soldados brasileiros.

Outro relato importante sobre a Primeira Batalha de Tuiuti, foi a carta do Tenente Rudolph Schimmelpfennig von der Oye, destinada a um amigo, e que será reproduzida na íntegra, tendo em vista o quanto elucidada os leitores sobre a batalha.

Pelo meio-dia, quando nos preparávamos para avançar contra o inimigo, fomos atacados, de repente, pelo mesmo por todos os lados com uma veemência e tão inesperadamente que constituiu para nós uma surpresa completa. Lopes nos atacou com 16.000 homens de infantaria e cavalaria. A batalha foi iniciada pelo inimigo com um forte canhoneio, e quase não nos sobrou tempo para alcançar os nossos canhões e responder o fogo. Nessa altura a infantaria e cavalaria inimiga já lutavam corpo a corpo com os nossos batalhões de primeira linha e nós, o 1º Regimento de Artilharia Montada, estávamos a um tiro de distância. Agora começou uma carnificina terrível. Nossa infantaria foi rechaçada e procurou abrigo em nossas trincheiras. Foi quando coube a nós tomar a iniciativa (OYE, 1866 *apud* BECKER, 1968, p.71).

Em tal relato fica clara a surpresa dos soldados aliados com o feroz ataque paraguaio, havendo violenta luta que acabou em carnificina, von der Oye segue em seu relato:

Todo o Regimento, a nossa Bateria incluída, pode orgulhar-se dos elogios recebidos através da Ordem do Dia por todos os comandantes. Minha modesta pessoa e o Quartel-mestre da nossa Bateria (Johann David Gemeirhard de Santa Cruz do Sul. N. do A) foram mencionados na referida Ordem do Dia, segundo a qual nos teríamos portado com bravura e distinção (OYE, 1866 *apud* BECKER, 1968, p.71).

Nota-se novamente no relato de von der Oye, a intenção de mostrar a valentia dos combatentes da Bateria Alemã no conflito. Para justificar a bravura do batalhão, von der Oye complementa,

Sustentamos das 11 e meia até as 16 horas um mortífero e ininterrupto fogo de artilharia através de 30 canhões postados em linha, sendo nossa a primeira. Nunca ouvi em Schleswig _ Holstein um canhoneio mais furioso; impossível distinguir os diferentes tiros de canhão. Tinha-se a impressão de ouvir um trovejar incessante e tremendo, ou como se cem mil tambores tocassem ininterruptamente. Ficamos todos surdos. Pelas 16 horas cessamos o fogo o que causou baixas tremendas ao inimigo (OYE, 1866 *apud* BECKER, 1968, p.71).

Sobre o resultado do primeiro dia de batalha, von der Oye comenta, que “o inimigo foi repellido por todos os lados sofrendo perdas terríveis e nós tínhamos conquistado uma vitória brilhante. Nossas baixas somaram 3.000 mortos e feridos e as do inimigo entre 4 a 5.000 mortos, e número maior de feridos”. (OYE, 1866 *apud* BECKER, 1968, p.71). Segundo Becker (1968), os jornais da época destacaram a participação do mestre de música Louis Sachs, da Seção de Infantaria de São Leopoldo, na batalha.

Jakob Dick expõe com clareza a participação da “Bateria alemã” no conflito, e o quanto foram eficientes nesta ocasião,

Estávamos num campo muito grande; nosso exército achava-se à esquerda, os argentinos à direita e no meio havia tomado posição a artilharia alemã. Isso foi nossa salvação. A artilharia alemã, nesse dia, prestou inestimáveis serviços. Os alemães, que operavam os canhões, pertenciam quase todos aos que nós apelidamos de “Brummer”. Estes já haviam participado da guerra contra Rosas, mas nesse dia salvaram nossa causa (DICK, *apud* BECKER, 1968, p.160).

Sobre os resultados da batalha, Dick afirmava que ao final da mesma, o campo estava coberto por cerca de 24.000 soldados mortos ou feridos. O soldado aponta também que inicialmente a cavalaria estava a pé, e que somente após receber os cavalos, puderam prestar serviços relevantes. Segundo Porto (1996), nesta batalha teve destaque Guilherme von Stauben, que agarrou uma granada acesa e a lançou para fora da trincheira, salvando vários combatentes.

De acordo com Becker (1968), von der Oye relatou que ao entardecer do dia 28 de maio, a Vanguarda, da qual o Regimento fazia parte foi atacada, sendo socorrida pela artilharia. Na mesma carta, von der Oye expõem que sofreram bombardeios nos dias 14, 18 e 19 de junho. Ele relata também que no dia 16 de julho houve intenso combate contra os paraguaios, no entanto, mesmo mobilizando 10.000 brasileiros, os aliados não conseguiram resultados satisfatórios.

No dia 18 de julho, travou-se a Batalha de Boquerón, na qual a “Bateria Alemã” teve que avançar além da primeira linha de vanguarda. Para isto não contavam com mulas, tendo que delegar a tarefa de puxar as peças de artilharia para seus comandados. Quanto a esta batalha, von der Oye comentou que “próximo de mim um sargento da nossa Bateria foi atingido por um pedaço de granada na barriga, perecendo; um soldado, não da Bateria, mas um **brasileiro** (grifo do autor) perdeu uma perna por causa de uma bola de canhão (OYE, 1866 *apud* BECKER,

1968, p.74). Através desta frase nota-se o espírito de unidade étnica existente dentro da “Bateria Alemã”, e o fato de que mesmo sentindo-se cidadãos brasileiros, os combatentes realizavam distinção entre brasileiros de origem alemã, e o de outras origens.

Durante a Batalha de Boquerón, o Exército Brasileiro sofreu muitas baixas, comparáveis com as da Primeira Batalha de Tuiuti, enquanto isto, os paraguaios tiveram perdas menores. Nesta batalha teve destaque a Companhia Alemã do Capitão Carl Kammer (ex-Brummer) de Pelotas, que nos dias 16 e 18, atravessou a linha inimiga causando graves prejuízos aos mesmos.

Após estas duas batalhas, vários alemães e descendentes receberam condecorações por bravura. De acordo com Becker (1968, p. 75)

Assim o Sargento Wilhelm von Steuben foi condecorado com a Cruz de Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Receberam a distinção de Cavaleiros da Ordem da Rosa os seguintes: Tenente Rudolph Schimmelpfennig von der Oye, Quartel-mestre Johann David Gemeinhard, Tenente Wenzel Müller, Sargento Carl Juliesky ?, August König, Joseph Anton Seiffert, Friedrich Louis von Schönholtz, Johan Rudolf Sutter, Adam Mayer, Georg Belge, Karl Friedrich Leopold Deck, August Ernst Wedel, Martin Hoyer (? Hoehner), Caspar Johann Satter e o Tenente Carl Gottlieb Rudolph [...]

Em julho de 1866 foram reunidos o 11º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional de Sant’Ana do Rio dos Sinos, e o 12º Corpo de São Leopoldo, que formaram o 1º Corpo de Caçadores a Cavalari. Este Corpo era formado em maior parte por imigrantes alemães e descendentes, participando de grande parte dos combates, desde a tomada do forte de Curuzú, em 03 de Setembro de 1866, até o último combate, a Batalha de Cêrro-Corá, em 01 de março de 1870, quando já faziam parte do Corpo de Pontoneiros.

Após a Batalha de Boquerón, o 2º Corpo de Exército, ao qual pertencia o 1º Corpo de Caçadores a Cavalari, foi transportado para as proximidades do Forte de Curuzu, que foi tomado em 03 de setembro de 1866. Nesta operação o Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional de São Leopoldo esteve na ponta do ataque, destacando-se o Tenente Johann Kautzmann e o Guarda Nacional Louis Adolf Haesbert. Consta que na Batalha de Curuzu, o 2º Corpo do Exército, do qual fazia parte o 1º Corpo de Caçadores, formado por soldados de origem alemã, perdeu cerca de 800 homens, entre mortos e feridos.

Após isto, o Exército Brasileiro sofreu grande revés na Batalha de Curupaiti, travada em 21 de setembro de 1866, sendo que novamente os soldados de origem alemã estavam na vanguarda do ataque, havendo muitos mortos e feridos. Após isto, as forças brasileiras tiveram que recuar para Curuzu, permanecendo ali durante quase um ano, onde sofreram com epidemias, principalmente a cólera.

Por suas participações nas Batalhas de Curuzu e Curupaiti, o Major Maximiliano von Emmerich recebeu a mais alta condecoração do Império, a Ordem do Cruzeiro do Sul, o Capitão Carl Kammer, o Tenente Johann Albin Brodt, o 1º Tenente-médico Theodor Schnapp, o Capitão Jacob Franzen Junior, e o Tenente August Zeidler também receberam altas condecorações do Império.

De acordo com Becker (1968), o General Venancio Flores, sempre que necessitava de artilharia requisitava a dos alemães. Sobre a bravura dos combatentes da “Bateria Alemã”, Becker (1968, p. 77) afirma que

Carlos von Koseritz lamentava que a “Bateria Alemã” deixara de ser uma formação autônoma e fora incorporada ao 1º Regimento de Artilharia a Cavalos pois, “agora”_ afirmava- “ lê-se naturalmente de todos os atos de bravura por ela praticados: foi uma façanha do 1º Regimento!”

Karl von Koseritz costumava entrevistar a todos que voltavam do conflito, buscando saber sobre a situação da “Bateria Alemã”, isto se deve ao fato de que a maioria de seus componentes era “ex-Brummer” e ele se considerava como tal. Em seus comentários, von Koseritz manifestava as façanhas da Bateria. De acordo com Becker (1968, p. 77),

Numa batalha, por exemplo, cujo nome não menciona, aquela bateria teria disparado os tiros com tal rapidez que os canos de vários canhões chegaram a rebentar. Durante outro combate, cada peça de artilharia teria dado 210 salvas num período de 4 horas, o que representaria um tiro em cada 68 segundos. Será verdade?

Portanto, nota-se no discurso de Koseritz verdadeira exaltação dos supostos atos de bravura, e engenhosidade da “Bateria Alemã”, especialmente no que se refere aos ex-Brummer, grupo do qual ele se considerava parte.

De acordo com Becker (1968), havia entre os imigrantes e descendentes alemães a convicção de que a Guerra contra o Paraguai era justa, já que o Rio Grande do Sul havia sido invadido pelos inimigos, portanto, os combatentes teriam a certeza de participar de uma luta em favor da pátria. Neste sentido, nota-se a

intenção deste grupo em agregar-se a sociedade brasileira, demonstrando seu empenho em defender o país.

Quanto à integração entre “alemães” e luso-brasileiros, nota-se que muitos descendentes de imigrantes alemães aprenderam a língua portuguesa durante o conflito, mas que, no entanto, utilizavam a língua alemã para se comunicar entre si, e nas cartas para amigos e parentes, sendo que muitos de seus pais conheciam apenas o alemão. De acordo com Becker (1968, p. 81)

Traduzindo essas cartas para o vernáculo se nota simplesmente que, quando escrevem “nós” e “os nossos”, isso significava: “os brasileiros”, o que prova que se sentiam como tais. Somente quando queriam distinguir entre “origem” alemã e luso-brasileira, surgem os termos “os alemães”, e “os brasileiros”.

Becker (1968, p. 82) prossegue

Embora os brasileiros de descendência alemã falassem em sua Pátria a língua de Goethe, por isso não eram menos brasileiros que os de origem lusa. Lendo-se as cartas dos que participaram da guerra contra o Paraguai, isso se nota a cada passo. Pensavam como os demais brasileiros, amavam como êstes o Brasil, pois aí haviam nascido e êsse país era a sua terra natal.

Sendo assim, nota-se a intenção em demonstrar que muitos ex-Brummer, imigrantes alemães, e descendentes estavam integrados ao país, e que aqueles que haviam nascido aqui, consideravam o Brasil sua terra Natal. Desta forma, a participação na guerra era algo importante, tanto no que se refere à defesa da nova pátria, ou da terra natal, ou até como uma forma de afirmação de sua inserção no novo país.

Em 19 de novembro de 1866, o então Marquês de Caxias assumiu o comando do Exército Brasileiro. Entre fevereiro e agosto de 1867, Caxias assumiu interinamente o controle supremo da Tríplice Aliança, tomando a iniciativa de concentrar o exército em torno de Tuiuti, abandonando Curuzú, e marchando pelo Rio Paraná acima, já que não conseguiam conquistar Curupaiti. Tal estratégia trouxe descontentamento entre os combatentes, em especial os ex-Brummer, que haviam lutado para conquistar e defender tal fortificação.

Uma das fontes para o estudo da participação dos ex-Brummer, imigrantes alemães, e descendentes, no conflito, são os relatos do ex-Brummer Otto Stieher

para o jornal *Deutsche Zeitung*. Através destes relatos percebemos que apesar da Bateria se manter unida, havia brigas dentro dela, devido ao descontentamento de alguns, quanto às dificuldades enfrentadas no cotidiano da guerra. Através do *Deutsche Zeitung*, também apareciam os anúncios de falecimentos, sendo que podemos verificar a mortalidade causada pela cólera, entre os soldados de origem alemã.

Em agosto de 1867, o Corpo de Pontoneiros do 2º Exército, formado por soldados de origem alemã, avançaram sob a pequena cidade de San Solano, e ocuparam a estância de Solano López, que havia sido incendiada pelo inimigo. Vale destacar que neste momento, o 1º Corpo do Exército havia avançado, tomando o flanco direito do Rio Paraná, e o 3º Corpo do Exército, havia alcançado Humaitá. Desta forma, os aliados pretendiam cercar os inimigos, na até então inexpugnável fortaleza de Humaitá.

Segundo Becker (1968), em meados de 1867 a alimentação era baseada em carne, no entanto, os soldados buscavam comprar pão, para o café da manhã, e feijão para o almoço. O pagamento do soldo costumava atrasar por meses, o que dificultava a sobrevivência dos combatentes.

Em 20 de Setembro de 1867, o 1º Corpo do Exército atacou a vila de Pillar, participando entre 3.000 e 4.000 homens da cavalaria rio-grandense, que sem a ajuda da infantaria ou artilharia, enfrentaram dois canhões e o fogo de dois vapores paraguaios, além da infantaria e cavalaria inimiga. Otto Stieher relata a valentia dos soldados de origem alemã, principalmente do Coronel João Niederauer Sobrinho, que teria participado da tomada de um canhão, e do Capitão Cristoph Baum, que foi o primeiro homem a atravessar o rio a nado, para atacar a cidade.

A 2ª Batalha de Tuiuti foi uma das mais decisivas da guerra, e contou com participação dos ex-Brummer, imigrantes alemães e descendentes. Segundo Becker (1968), no dia 03 de novembro de 1867, uma força paraguaia de 8.000 ou 9.000 combatentes atacou o acampamento em Tuiuti, às 5 da manhã, sendo esmagada pelas forças brasileiras, que contaram com o apoio do Corpo de Pontoneiros e do 7º Corpo de Cavalaria. De acordo com Stieher, os paraguaios tiveram cerca de 3.400 mortos e 428 feridos, por outro lado foram mortos muitos soldados de origem alemã. (STIEHER, 1867 *apud* BECKER, 1968, p.93). Otto Stieher comentou sobre a atuação dos pontoneiros, afirmando que “com somente 180 homens, barrou o caminho do inimigo. Bravamente entrou em combate (em sua maioria nossos moços

alemães, pois “Alemão sabe trabalhar” (STIEHER, 1867 *apud* BECKER, 1968, p.93). Portanto, nota-se no relato de Stieher a valorização dos combatentes de origem alemã, relacionando a sua atuação no conflito com o trabalho, valor extremamente exaltado pela comunidade de origem alemã, no que se refere à sua prosperidade na região colonial, e que agora também era utilizado para referir-se à participação dos soldados de origem alemã na Guerra do Paraguai.

Segundo Becker (1968), o Corpo de Pontoneiros era formado majoritariamente por brasileiros de origem alemã de São Leopoldo, remanescentes do 1º e 2º Corpo de Cavalaria Montada da Guarda Nacional, sendo que durante a 2ª Batalha de Tuiuti, teria perdido 71 soldados e 11 oficiais, dos 180 que o constituíam. Além disso, Jacob Franzen destaca em seu diário que o ataque paraguaio pegou as tropas brasileiras tão despreparadas, que não as derrotaram, pois entregaram-se ao saque, no quarteirão do comércio (FRANZEN, 1924 *apud* BECKER, 1968, p.153). Segundo o Capitão Pedro Werlang, “por ordem do Visconde de Pôrto Alegre êsse quarteirão foi por nós assaltado de baioneta calada enquanto os atrevidos paraguaios íam-se deixando imolar aos centos, ao lado de barricadas de açúcar e de barris de bebidas” (WERLANG, *apud* BECKER, 1968, p.132). Portanto, nota-se que faltavam recursos ao exército paraguaio, que recorria ao saque para sanar as suas dificuldades.

Em meados de janeiro de 1868, o Capitão Cristovão Baum retornou a Porto Alegre para tratamento de saúde. Em entrevista a Koseritz, Baum afirmou que até o momento a “Bateria Alemã” teria perdido apenas 02 homens em batalhas, no entanto, contava com número maior de mortos em virtude da cólera (KOSERITZ, 1868 *apud* BECKER, 1968, p.101).

A partir de 13 de janeiro de 1868, o comando supremo do Exército Aliado passou para o Marquês de Caxias, já que Mitre havia se afastado novamente para resolver problemas internos na Argentina. Neste momento, os aliados estavam próximos de conquistar Assunção, no entanto, o objetivo só foi alcançado no primeiro dia do próximo ano. Em seu discurso, Stieher demonstra a suposta valorização da “Bateria Alemã” pelo alto comando brasileiro,

Relata, ainda, Otto Stieher, que no dia 6 de maio de 1868 o Comandante em chefe, Marquês de Caxias, passou em revista as forças no Chaco, demonstrando grande afabilidade e, quando passou pela frente da “Bateria Alemã”, que se achava em continência, espontaneamente saudou-a com um “Viva a Bateria Alemã!”. No mesmo dia teria também promovido o Capitão Fialho a Major e o 2º Tenente Wilhelm von Steuben a 1º Tenente (STIEHER, 1868 *apud* BECKER, 1968, p.109).

Ao avançar para o interior do Paraguai, a “Bateria Alemã” e os demais corpos que contavam com a participação de elementos de origem germânica passaram a enfrentar grandes dificuldades, sofrendo com as emboscadas do inimigo nas matas. Além disso, compunham a vanguarda, sofrendo fortes bombardeios, que nem sempre tinham condições de responder, em virtude do baixo calibre de seus canhões. Posteriormente a Bateria Alemã recebeu canhões de maior calibre.

Segundo Becker (1968) a artilharia brasileira bombardeava Humaitá constantemente, além de avançar sob a mesma, o que gerava muitas baixas. Sem ter como resistir, os paraguaios fugiram para as matas, havendo grande dificuldade para expulsá-los delas, pois de acordo com Dick, “os paraguaios eram tão fanáticos que não queriam render-se e, conseqüentemente, tiveram que ser aniquilados” (DICK, *apud* BECKER, 1968, p. 161). Após a tomada de Humaitá, o Corpo de Pontoneiros permaneceu na fortaleza até 25 de outubro, sendo que posteriormente dedicaram-se à construção de pontes e estradas no Chaco.

Após a ocupação de Humaitá, em 25 de julho de 1868, um dos maiores feitos brasileiros durante o conflito, Koseritz comentou no *Deutsch Zeitung*, a importância dos alemães na guerra:

Os poucos alemães que acham-se no exército, desempenharam um papel tão destacado, que podemos olhar os nossos patrícios com verdadeiro orgulho. Representam eles, Paraguai a dentro, e no meio dos perigos da guerra com dignidade o nome e a reputação alemã (KOSERITZ, 1868 *apud* BECKER, 1968, p. 110).

Na defesa da fortaleza de Humaitá, as tropas brasileiras sofreram ataques paraguaios, contando com o apoio dos artilheiros da “Bateria Alemã” em sua defesa. Otto Stieher destaca a engenhosidade dos soldados de origem alemã, através do seguinte caso, exposto em Becker (1968, p.109):

falta munição adequada para combater o inimigo a curta distância e os homens que receberam ordens de buscá-la ainda não retornaram! O que fazer? Só existem, em depósito, granadas que servem para combates á longa distância! Mas aí o 2º Tenente Wilhelm von Steuben inventa um método genial para aproveitar-se dessa munição e, para certificar-se do efeito, pega a primeira granada, corta o estopim, desprende o detonador e carrega suas peças de artilharia. O resultado foi surpreendente porque logo após a descarga a granada explodia e os estilhaços causavam grandes perdas aos paraguaios (STIEHER, 1868 *apud* BECKER, 1968, p.109).

Portanto, verifica-se no relato de Stieher a exaltação da engenhosidade dos soldados de origem alemã, diante da ameaça do inimigo.

Em Setembro, os 6º e 9º Corpos Provisórios de Cavalaria da Guarda Nacional, liderados pelo Coronel Niederauer Sobrinho, tomaram fortificações nas margens do rio Tebicuarí, partindo posteriormente em perseguição ao inimigo, encontrando um piquete paraguaio na Estância Surubí, no dia 24 de Setembro. Niederauer e um grupo de soldados partiram em direção aos paraguaios, que na fuga atravessavam uma pequena ponte, e emboscaram aos brasileiros. Niederauer recebeu reforço da infantaria que protegia sua retaguarda, no entanto, muitos infantas do 5º Batalhão perceberam que estavam envolvidos, e passaram a recuar desesperadamente, levando consigo o 7º Batalhão, o que contribuiu para que muitos homens fossem alvejados, e outros se atirassem no rio, tendo a morte como destino. Neste estudo não conseguimos averiguar o número de soldados de origem alemã envolvidos nesta batalha, no entanto, acredita-se que estavam presentes, em virtude do comando do Coronel Niederauer, e da presença de Stieher. Posteriormente, em dezembro de 1868, Niederauer foi morto pela lança de um paraguaio, enquanto fazia reconhecimento nas proximidades de Vileta, na margem oeste do Rio Paraguai.

Entre os principais acontecimentos de 1868, destacaram-se a tomada do forte do Estabelecimento (19/02), a capitulação de Humaitá (25/07), e os combates de Tebicuarí (28/08), fundamentais para que se alcançasse as posições de Piquisiri, ao sul de Assunção. No final do ano ocorreu a Dezembrada, com a marcha através do Chaco, ocorrendo as batalhas de Itororó (06/12), Vileta (07/12), Avaí (11/12) e a decisiva Batalha de Lomas Valentinas, entre 21 e 27 de dezembro. Em todas estas batalhas estiveram presentes combatentes de origem alemã, inclusive os ex-Brummer.

Em seu diário, o Capitão Pedro Werlang expõe detalhes da Batalha de Avaí, afirmando que ao final, observava-se “que numa diminuta área de uns cem passos de comprimento por outro tanto de largura, o número de mortos era tal que

chegavam a jazer uns por cima dos outros” (WERLANG, *apud* BECKER, 1968, p. 141). Nesta batalha, Werlang perdeu seu irmão Guilherme, morto com um tiro na cabeça.

De acordo com Jakob Dick, a Batalha de Lomas Valentinas estendeu-se por dois dias e duas noites, em uma disputa intensa, ocorrendo fortes chuvas, sendo que os combates não cessaram, e os feridos tiveram que permanecer na chuva. Os soldados teuto-brasileiros foram fuzilados em massa, e de forma alguma podiam parar para comer ou beber, o que se modificou após a chegada de reforços (DICK, *apud* BECKER, 1968, p. 162-163).

Werlang também expõe a situação que os soldados brasileiros encontraram no forte de Lomas Valentinas, afirmando que “foi com coração confrangido, mas também com profundo respeito que olhamos para o quadro que se nos apresentou no interior do forte. O chão estava revolvido pelas nossas granadas e coberto de cadáveres de homens, cavalos, bois, cachorros e outros animais” (WERLANG, *apud* BECKER, 1968, p.144). Após isto, Caxias propôs a rendição ao comandante do forte de Angostura, que ficava próximo a Lomas Valentinas. O comandante de Angostura exigiu certificar-se da situação no forte vizinho, convencendo-se à rendição. Solano López havia se entrincheirado em Lomas Valentinas, no entanto após a Batalha, ele teve que retirar-se para Cerro León.

Ao ocupar Assunção, houve festividades entre as tropas aliadas, e naquela noite várias bandas militares tocaram, inclusive a de São Leopoldo, sob o comando do mestre de música Louis Sachs. Após a conquista da capital paraguaia, o comando da aliança passou para o Conde D’eu, genro de D. Pedro II. Durante a perseguição à López, os soldados de origem alemã penetraram no território paraguaio, em ambientes inóspitos, onde havia dificuldades no fornecimento de viveres, além da falta de árvores frutíferas ou plantações de mandioca. Sobre a fome pela qual passaram, Jakob Dick comenta,

A necessidade, porém, faz dos necessitados inventores; em pouco tempo descobrimos que o coração duma palmeira, que por sorte aí existia, era comestível e assim aproveitamos. Dessa maneira vivemos por 20 dias [...] Também derrubamos árvores e do cerne delas produzimos farinha. [...] Em especial gostamos de uns caroços de uma palmeira espinhosa, que conseguimos apanhar com certa dificuldade. Mas nossos estômagos não agüentavam essa comida, dificultando, sobremaneira a digestão. Finalmente chegou uma pequena tropa de bois, mas êsses estavam tão magros que a tropa teve de ser ainda custodiada por militares [...] Desnecessário mencionar que não precisávamos laçar os bichos, que caíam sozinhos (DICK, *apud* BECKER, 1968, p.165-166).

Em tal quadro, aumentaram as deserções, até que o governo brasileiro percebeu a inutilidade de um exército de grande porte, na caçada a Solano López, e algumas centenas de soldados, e recuou grande parte dos combatentes até Rosário, onde os brasileiros desfrutaram de melhores condições. Becker (1968) apresenta depoimento de Werlang, no qual este retrata as violências praticadas durante a caçada a Solano López, sendo comuns as pilhagens, e havendo a degola de prisioneiros, tendo em vista que durante a caçada, não havia como transportar ou manter em cárcere os mesmos. Solano López foi alcançado em Cerro-Corá, onde foi morto em combate, no dia 1º de março de 1870, encerrando-se este conflito.

No que se refere ao retorno dos combatentes ao Rio Grande do Sul, podemos analisar a trajetória do 2º Sargento Nicolaus Engelmann, de Dois Irmãos, que em 01 de janeiro de 1869 entrou em Assunção, juntamente com as tropas brasileiras, marchado posteriormente com o Corpo de Pontoneiros por Taquaral, Pirajá, Peribebeuí, Ascurra, San Joaquim, e Rosário, retornando pela última cidade ao Brasil (ENGELMANN, 1912 *apud* BECKER, 1968, p.115). Após a ocupação de Assunção, o Furriel Jakob Dick, de Campo Bom, percorreu Pirajá, Serro Leão, Peribebeuí, Campo de Barreiros e Rosário (DICK, *apud* BECKER, 1968, p.115). Consta que no dia 13 de novembro de 1869, o Corpo de Pontoneiros foi desfeito, sendo os soldados transferidos para o 23º Corpo de Voluntários da Pátria.

Após a morte de López, a guerra estava acabada, e os soldados passaram a ser transportados em direção ao Rio Grande do Sul. Becker apresenta em sua obra o caso do Sargento Cristiano Spindler, que partiu de Rosário em 13 de março de 1870, chegando à Humaitá dois dias depois, e partindo em direção à Montevideu em 16 de abril, onde chegou em 21 do mesmo mês. Na sequência, partiu para Rio Grande, onde chegou em 23 de abril, partindo no dia 26 ou 27, e chegando a capital, no dia 28 de abril (SPINDLER, *apud* BECKER, 1968, p.116).

Grande parte dos ex-Brummer, imigrantes alemães e descendentes, voltaram do conflito integrando o 39º Batalhão de Voluntários da Pátria, que havia sido formado com os restos do 33º Batalhão de Voluntários, do Corpo Policial de Porto Alegre, dos 11º e 12º Corpos de Cavalaria da Guarda Nacional de Sant'Ana do Rio dos Sinos e de São Leopoldo, e de outros corpos oriundos da região próxima à Porto Alegre. Tal batalhão era composto de cerca de 500 homens, sendo que um terço era de origem alemã.

Quando o vapor “Cuyabá” que trazia o 39º Batalhão chegou à capital, a nave de Guerra “Fluminense” os recebeu festivamente com tiros de canhão. Ao atracar, os combatentes foram recebidos pelo presidente da província, o Marechal Lima e Silva e outras altas personalidades. Durante o desembarque, tocaram várias bandas militares da guarnição da capital, sendo acompanhadas pela banda do mestre Louis Sachs, de São Leopoldo.

Ao contrário do esperado, os ex-combatentes tiveram que esperar até o dia 6 de junho, ou seja, cerca de 40 dias, para dar baixa do serviço militar, já que a papelada referente ao que cada praça deveria receber ainda estava no Paraguai. No dia 11 de junho os soldados de origem alemã deixaram a capital, em direção a São Leopoldo, onde cavalos os esperavam para levá-los aos seus lares, de onde haviam partido 05 anos atrás.

Bento (1976) destaca que foram poucos os sobreviventes da “Bateria Alemã”, sendo que segundo ele, retornaram apenas 449 soldados. De acordo com Becker (1968), estes soldados eram o resto de 9 corpos rio-grandenses, que ao partirem para a guerra, somavam mais de 4.000 homens. Dos 400 praças do Batalhão de Voluntários da Pátria nr. 33, retornaram apenas 33 homens, e dos 4º e 5º Corpos de Caçadores a Cavalos, que ao marchar para a guerra somavam cerca de 1.000 homens, desembarcaram em Porto Alegre, trazidos pelo vapor Presidente, somente 100 homens.

Neste sentido, Becker (1968) afirma que 500 soldados de origem alemã participaram da Guerra do Paraguai, o que corresponde a 0,5% do efetivo brasileiro, contribuição semelhante a de províncias como Goiás e Amazonas. No entanto, Bento (1976) contesta estes números, afirmando que o número teria sido maior. De acordo com o autor, a participação dos Brummer, imigrantes alemães e descendentes foi fundamental para que estes se integrassem cada vez mais na nova pátria.

Sendo assim, podemos afirmar que durante a Guerra do Paraguai, a comunidade teuto-brasileira engajou-se no conflito, partilhando do entusiasmo inicial que a população brasileira exacerbava quanto ao intuito de expulsar o inimigo do território brasileiro, e proteger o país perante a ameaça guarani. Este grupo também partilhou do desânimo que apanhou a todos, em virtude da longa duração deste conflito, e da altíssima mortalidade decorrente das doenças, e violência.

Durante a Guerra do Paraguai, os imigrantes alemães cumpriram uma de suas “funções” quando de sua chegada, auxiliando na defesa do Brasil, e cumprindo a função que em diversas ocasiões, ao longo de todo o século XIX foi delegada aos rio-grandenses. Os descendentes dos imigrantes alemães lutaram como brasileiros, pois de fato o eram, sendo assim, defenderam o seu país.

Para os ex-Brummer, a guerra serviu para apagar a imagem oriunda da inexpressiva contribuição dos mesmos durante a Campanha contra Rosas. Através da Guerra do Paraguai, estes homens procuraram demonstrar o seu valor, valentia, engenhosidade, construindo o discurso de valorização de suas identidades “Brummer”. Isto fica claro ao analisarmos as constantes menções às condecorações recebidas em Schleswig- Holstein, ou na Campanha contra Rosas, e no fato de que marcharam para o conflito portando suas medalhas. Koseritz, que não era Brummer, mas que se sentia como tal, utilizou-se do *Deutsch Zeitung* para divulgar a contribuição destes combatentes. Neste quadro, aqueles que um dia foram chamados de mercenários, passaram a ser vistos como defensores da pátria, e soldados valorosos.

Neste sentido, verifica-se que os Brummer, imigrantes alemães, e descendentes, construíram uma memória na qual exaltavam seus sacrifícios e feitos militares em favor da nova pátria. Analisando os seus discursos, verificamos que eles destacavam os seus atos, como provas de sua inserção em sua nova pátria, o Brasil.

Neste trabalho utilizamos a perspectiva da História política, onde analisamos as relações de poder cotidianas existentes entre os indivíduos comuns, já que entendemos que a política influencia concretamente toda a sociedade. Portanto, a participação de combatentes de origem alemã na Guerra do Paraguai, bem como a construção de uma memória relacionada a este fato, foram atitudes políticas adotadas por este grupo.

Ao longo da pesquisa, entramos em contato com relatos sobre a participação dos Brummer, imigrantes alemães e descendentes na Guerra do Paraguai. Compreendemos que estes relatos contribuíram na construção de uma memória destes personagens. Sabemos que uma leitura superficial apontaria que estes relatos revelam apenas o ufanismo destes personagens, no entanto, acreditamos que estes relatos fazem parte de um discurso de valorização, importante na construção de uma memória positiva sobre os mesmos. Defendermos esta perspectiva, pois levamos em consideração os indivíduos envolvidos, o contexto em que estavam inseridos, e a sua história. Portanto, reconhecemos que as palavras carregam significados, demonstram demandas e intenções.

Na guerra, os Brummer reforçaram seus laços de pertencimento, através da exposição de sua memória para a coletividade, já que reivindicavam a valorização de seus atos pela sociedade. Isto não quer dizer que esta memória havia sido construída com este propósito, pois a memória é construída de forma consciente e inconsciente, sofre constantes transformações, e tem uma forte relação com o sentimento de identidade.

Sendo assim, acredita-se que a memória produzida pelos Brummer, imigrantes alemães e descendentes está relacionada à imagem que eles tinham de si mesmos, e que eles buscavam demonstrar para a sociedade. Como a identidade é construída em relação ao outro, os combatentes teuto-brasileiros destacavam atitudes que lhes trouxessem credibilidade e valorização.

É interessante notar que a memória pode ser construída individualmente e coletivamente, sendo que Koseritz, que não participou da Guerra do Paraguai, foi um dos maiores responsáveis pela construção de uma memória referente à participação dos teuto-brasileiros na Guerra do Paraguai, já que ele fazia parte deste grupo, e mantinha grande proximidade com os Brummer.

Por outro lado, sabemos que a realidade é representada através de um processo de classificação, como podemos notar em nossos estudos, onde os personagens destacam seus atos heróicos, para fazer reconhecer uma identidade social baseada em valores como a honra, a valentia e o patriotismo. A representação está presente nos discursos, é constituída pelas palavras, ações, comportamentos, sendo construída de acordo com o grupo ou indivíduo que a forjou, como ocorreu com os personagens abordados neste estudo, que através de suas ações, demonstravam seus valores de grupo.

Através da representação, os Brummer, imigrantes alemães e descendentes relacionaram-se com a idéia de um suposto heroísmo na Guerra do Paraguai. Para isto, utilizavam-se amplamente da focalização de determinados aspectos coerentes com a defesa dos seus interesses. Sendo assim, ao interpretarmos os relatos dos Brummer, imigrantes alemães e descendentes, percebemos a relação entre a sua linguagem, pensamento e realidade.

Sendo assim, através da participação na Guerra do Paraguai foi construída uma memória positiva, que valorizava a honra, coragem, e sacrifícios dos soldados teuto-brasileiros. Mais do que refletir sobre a contribuição de algumas centenas de soldados, em uma guerra que envolveu centenas de milhares, este estudo pretendeu demonstrar como os combatentes teuto-brasileiros perceberam a si mesmos neste conflito, o quanto os fatos ocorridos nestes cinco anos foram marcantes para eles, e proporcionaram a existência de um discurso de afirmação da cidadania brasileira, tendo em vista, que ao participar do conflito, estes combatentes acreditavam estar defendendo a sua nova pátria. Portanto, em um dos momentos mais dramáticos da história brasileira e rio-grandense, os Brummer, imigrantes alemães e descendentes, construíram um discurso de valorização de suas identidades, e afirmaram a sua cidadania brasileira perante toda a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo avançamos na compreensão da participação dos Legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes, na Guerra do Paraguai, no que se refere à contribuição militar, construção de uma memória positiva sobre os seus feitos, e afirmação da cidadania brasileira.

Ao analisarmos a Guerra do Paraguai, verificamos que este foi um conflito de grandes proporções, especialmente para os países envolvidos, Argentina, Brasil, Uruguai, e principalmente o Paraguai, que teve grande parte de sua população morta, e sua economia arruinada. As diversas fontes bibliográficas analisadas demonstram que até hoje, este conflito desperta uma série de polêmicas, principalmente no que se refere às suas causas. Acreditamos que a guerra foi fruto de disputas políticas e econômicas que remontam o processo de independência destes países, especialmente no que se refere a indefinições nas fronteiras, disputas pela navegação nos rios Paraná e Paraguai, conflitos envolvendo caudilhos, e divergências políticas sobre a maior ou menor abertura ao mercado externo, especialmente no Uruguai e Paraguai.

No entanto, verificamos que a principal motivação encontrava-se nas constantes disputas internas e externas existentes nestes países. Na Argentina, os federalistas combatiam a política centralizadora de Buenos Aires, que pretendia manter sob o seu domínio as demais províncias argentinas, bem como o Uruguai e o Paraguai. No Uruguai, blancos e colorados disputavam o poder, havendo a interferência de argentinos e brasileiros, que buscavam garantir a sua influência sobre os orientais. O Paraguai, acuado pelas pressões dos argentinos, manteve política de isolamento durante o governo de Francia, no entanto, durante o governo de Carlos Lopez, iniciou processo de abertura ao mercado externo, e com Solano Lopez, passou a desempenhar uma política agressiva, na defesa de sua independência, e da navegação pelo rio Paraguai e Paraná. Enquanto isto, o Império do Brasil, buscava manter o seu domínio sobre o Uruguai, através do apoio aos colorados, além disso, apoiava a independência dos paraguaios, já que temia que os argentinos anexassem estes dois países, formando uma grande República.

. Neste quadro, havia alianças entre grupos políticos de países diferentes, para que ambos pudessem enfrentar aos inimigos internos. Buscando exportar seus produtos através de Montevideú, os paraguaios uniram-se aos blancos, somando-se

a estes os federalistas argentinos, em especial das províncias de Corrientes e Entre Ríos, que buscavam uma alternativa ao Porto de Buenos Aires. Por outro lado, em 1862 Bartolomé Mitre chegou ao poder na Argentina, apoiando os colorados uruguaios, para enfrentar a aliança entre blancos e federalistas, e desempenhando uma política que agradava ao partido liberal, que estava no poder no Império do Brasil.

Sendo assim, em setembro de 1864, o Exército Brasileiro invadiu o Uruguai, para defender os estancieiros rio-grandenses, e retirar os blancos o poder. Os paraguaios não demoraram a agir, em novembro do mesmo ano aprisionaram o navio Marquês de Olinda, e em dezembro invadiram o Mato Grosso, iniciando-se a Guerra do Paraguai. Após a rápida derrota dos blancos, e do recuo dos federalistas argentinos, o Paraguai se viu sozinho diante da Tríplice Aliança.

Inicialmente o Paraguai lançou-se à ofensiva, no entanto, a superioridade populacional, econômica e militar da Tríplice Aliança fez com que os guaranis recuassem ao seu país, onde foi travada a maior parte da guerra. Por parte da Tríplice Aliança, esperava-se um conflito rápido, o que não veio a acontecer, e os soldados aliados tiveram que lutar durante mais de 04 anos no desconhecido e inóspito território paraguaio, enfrentando a incansável resistência dos soldados guaranis, a falta de recursos e a cólera, que foi responsável por grande mortalidade durante o conflito. Em 1º de março de 1870, após 05 anos de guerra e perseguição, Solano López foi localizado, ferido e executado, encerrando-se a Guerra do Paraguai.

Entre as principais consequências da guerra, verifica-se a morte de centenas de milhares de pessoas, especialmente no Paraguai, que antes do conflito possuía entre 400 e 450 mil habitantes, diminuindo para em torno de 141.351 ou 166.351 após o mesmo. Quanto aos aliados, o Uruguai perdeu 3.120 combatentes, a Argentina 18 mil, e o Brasil, cerca de 50 mil.

Além disso, o Paraguai teve sua economia e sistema político arruinados, enquanto que na Argentina, a guerra fomentou a unificação do país, o que não evitou a eclosão de sedições federalistas, em virtude do descontentamento gerado pelo conflito. Quanto ao Uruguai, a guerra não acabou com as tensões políticas, sendo implantado um governo autoritário e progressista. No Brasil, os enormes gastos geraram endividamento com bancos ingleses, inflação e insatisfação popular. Além disso, a ascensão do Exército brasileiro, após o conflito, foi determinante para

a crise do regime monárquico, e a conseqüente Proclamação da República em 1889.

Após falarmos sobre a Guerra do Paraguai, apresentamos os personagens centrais deste estudo, os legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes. Sendo assim, verificou-se que a imigração de alemães para o Brasil, está diretamente relacionada ao contexto de crise social existente na Europa do séc. XIX. A região que hoje conhecemos como Alemanha estava passando pela desagregação do sistema feudal, o que causou crise para os camponeses, que não tendo como sobreviver, partiam para as cidades, onde disputavam um número limitado de vagas, na incipiente indústria alemã.

Interessava ao governo brasileiro ocupar as terras do Sul, para que os mesmos ajudassem a proteger a fronteira perante a ameaça de argentinos e uruguaios. Além disto, pretendia que os colonos alemães se tornassem uma camada social média, capaz de produzir gêneros alimentícios, através da mão de obra livre, abastecendo a capital da província e também o Sudeste, que na época priorizava a produção de café. Sendo assim, em 1824, os imigrantes de origem alemã chegaram às terras da Feitoria do Linho Cânhamo, futura São Leopoldo, onde houve um intenso e bem sucedido processo de colonização, havendo desenvolvimento econômico baseado na agricultura e pecuária, bem como o surgimento de ferrarias, serrarias, moinhos, selarias, sapatarias e funilarias. Na segunda metade do séc. XIX já havia curtumes, metalúrgicas e fábricas, o que demonstra o desenvolvimento econômico da região.

Ao longo deste estudo, percebemos que os imigrantes alemães e descendentes participavam das questões políticas e sociais em nossa região, principalmente através de práticas políticas cotidianas, da luta por seus direitos, e da utilização do capital simbólico e imaterial. Além disso, valorizavam a escola e a imprensa, que contaram com importante colaboração dos Brummer, a partir da década de 1850. A imprensa teuto-riograndense era ativa, e marcada por intensas discussões ideológicas entre católicos, protestantes e liberais, sendo que os últimos contavam com a liderança de Karl von Koseritz, que procurava garantir a participação política dos imigrantes alemães e descendentes, bem como a incorporação dos mesmos na sociedade brasileira.

Ao longo de todo o séc. XIX, o Império via com temor as pretensões centralizadoras de Buenos Aires quanto às demais regiões da atual Argentina, e

principalmente sobre o Uruguai e Paraguai. O governo brasileiro temia que a Argentina constituísse uma grande República, capaz de fazer frente ao Brasil, possuindo uma grande fronteira com nosso país.

Neste contexto irrompeu a Guerra Grande (1839- 1851), no Uruguai, na qual o colorado Rivera, opôs-se a Oribe, caudilho blanco, que pediu auxílio a Rosas, ditador argentino e com fortes tendências centralizadoras. O Brasil manteve-se neutro durante grande parte do conflito, já que enfrentava revoltas provinciais, como a Guerra dos Farrapos.

Com o Golpe da Maioridade, em 1840, D. Pedro II tomou o poder, e o governo fez concessões aos líderes farroupilhas para acabar com o conflito, e recrutá-los para a eminente guerra na região do Prata. De fato, em 1851, a situação tornou-se insustentável, e o Brasil juntou-se ao caudilho entrerriano Urquiza, e ambos entraram em guerra contra Oribe e Rosas.

Foi neste contexto que o Império mandou para a Europa o deputado e capitão de engenheiros Sebastião Rego Barros, para recrutar soldados. Barros chegou ao continente europeu quando ocorria a desagregação do exército de Schleswig-Holstein, contratando parte do mesmo para atuar contra Oribe e Rosas. No entanto, o conflito teve um desfecho rápido, e poucos Brummer tiveram a oportunidade de contribuir para a vitória brasileira. Sendo assim, os Brummer tiveram que vagar pela província até completarem seus contratos de 04 anos, enfrentando sérias dificuldades quanto ao alojamento, alimentação, e vestimentas, em uma flagrante demonstração de falta de planejamento por parte do governo brasileiro, e da baixa qualidade dos oficiais alemães, que trouxeram para a América antigos desentendimentos adquiridos no conflito em Schleswig-Holstein.

Após cumprirem seus contratos, os poucos Brummer que não haviam desertado ou morrido, permaneceram na província, onde buscaram uma vida melhor. Inicialmente, muitos destes soldados passaram por péssimas condições de vida, enfrentando inclusive o preconceito por parte da população, que os considerava mercenários. No entanto, muitos Brummer integraram-se na sociedade local, desempenhando importante papel na política, imprensa, educação, nas sociedades culturais, bem como na economia da região.

Para que pudéssemos analisar com maior propriedade a participação dos legionários Brummer, imigrantes alemães e descendentes na Guerra do Paraguai, realizamos uma breve discussão historiográfica sobre História política, memória,

representação e análise de discurso. Tal discussão foi fundamental para que orientássemos este estudo de História Política para as relações de poder existentes na sociedade, sendo fundamental para isto a contribuição dos estudos sobre memória, representação, e análise de discurso.

A eclosão da Guerra do Paraguai teve grande impacto sobre a comunidade germânica da província do Rio Grande do Sul, especialmente os ex-Brummer, imigrantes alemães e descendentes, sendo que em cidades como Porto Alegre e São Leopoldo, as lideranças de origem alemã realizaram uma série de encontros, para definir a sua posição quanto ao conflito, prevalecendo a opinião de Karl von Koseritz, que defendia a participação da comunidade germânica. Neste quadro, foram organizados em São Leopoldo e região, corpos armados formados pelos ex-Brummer, imigrantes alemães e descendentes, como a Guarda Nacional de São Leopoldo, o Batalhão de Voluntários da Pátria nº. 33, e a “Bateria Alemã”. É importante destacar que inicialmente a guerra gerou mobilização entre a comunidade de origem alemã, no entanto, a alta mortalidade gerada pelo conflito, bem como a sua longa duração, minaram com o ânimo dos combatentes, ao longo do conflito.

Outro aspecto destacado durante a pesquisa foi a repercussão positiva entre a comunidade de origem alemã, da expedição do imperador D. Pedro II à província, e sua passagem por São Leopoldo. Acreditamos que este fato criou um clima propício para que muitos homens se inserissem nos corpos armados, e marchassem para o Paraguai.

Por fim, apresentamos a participação destes personagens no conflito, verificando que os Brummer, imigrantes alemães e descendentes, estiveram presentes em grande parte do conflito, participando das principais batalhas, e enfrentando as dificuldades impostas pelo ambiente inóspito do Paraguai, bem como a cólera. Durante a Guerra do Paraguai, os imigrantes alemães defenderam ao país que havia os acolhido, enquanto isto, os descendentes de imigrantes, defenderam ao seu país, já que eram brasileiros. Quanto aos ex-Brummer, a guerra foi a oportunidade de apagar a imagem negativa, resultante da inexpressiva contribuição dos mesmos durante a Campanha contra Rosas, e demonstrar o seu valor, valentia, e engenhosidade, construindo um discurso de valorização de suas identidades.

Compreendemos que os relatos produzidos pelos Brummer, imigrantes alemães e descendentes contribuíram na construção de uma memória positiva

destes personagens, relacionada à imagem que eles tinham de si mesmos, e que eles buscavam demonstrar para a sociedade. Sendo assim, em seus relatos destacavam atitudes que lhes trouxessem credibilidade e valorização, portanto valiam-se da representação.

Apesar de não participar do conflito, Karl von Koseritz, foi um dos maiores responsáveis pela construção de uma memória referente à participação dos combatentes de origem alemã na Guerra do Paraguai, já que em seu jornal divulgava os seus supostos atos heróicos para a comunidade germânica. É interessante notar que a realidade era representada através de um processo de classificação, onde os personagens destacavam seus atos heróicos, para fazer reconhecer uma identidade social baseada em valores como a honra, a valentia e o patriotismo, o que segundo os mesmos, era natural, tendo em vista que o povo de origem alemã era voltado ao trabalho.

Através da representação, os Brummer, imigrantes alemães e descendentes relacionaram-se com a idéia de um suposto heroísmo na Guerra do Paraguai, focalizando os aspectos coerentes com a defesa dos seus interesses. Portanto, nos relatos dos Brummer, imigrantes alemães e descendentes, podemos perceber a relação entre a sua linguagem, pensamento e realidade.

Sendo assim, através da participação na Guerra do Paraguai foi construída uma memória positiva, que valorizava a honra, coragem, e sacrifícios dos soldados de origem alemã, em virtude do Brasil, havendo também um discurso de afirmação da cidadania brasileira, tendo em vista, que ao participar do conflito, estes combatentes acreditavam estar defendendo a sua nova pátria.

Portanto, conclui-se que este assunto não foi abordado em sua totalidade, havendo outras referências bibliográficas que podem ser estudadas, bem como fontes primárias, existentes em arquivos públicos e privados, que podem ser analisados em uma próxima oportunidade. Sendo assim, este estudo é um passo importante para a realização de novas abordagens sobre esta temática tão importante para a História de nossa região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Antônia Pires de. A epidemia de cólera de 1853-1856 na imprensa portuguesa. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000400006> Acesso em: 24 abr. 2015.

AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.p. 401-439.

BARROS, José D'Assunção. História Política e História Social. In: BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 106-124.

BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Canoas: Hilgert & Filhos Ltda., 1968.

BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e descendentes na história militar do Rio Grande do Sul (1635 a 1870)*. Porto Alegre: A Nação/DAC/SEC, 1976.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e a inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *O conflito com o Paraguai: a Grande Guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

DORATIOTO, Francisco. A busca de rumos e a contenção de Buenos Aires. In: DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014. p. 13-39.

DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina. *Textos de História*, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/951>> Acesso em: 02. Set. 2015.

DREHER, Martin Norberto. O Desenvolvimento Econômico do Vale do Rio dos Sinos. *Estudos Leopoldenses: Série História*, São Leopoldo v. 3, n. 2, p.49-70. 1999.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. Prefácio. In: LENZ, Cristóvão; SCHÄFER, Henrique; SCHNACK, Jorge Júlio. *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST, 1997. p. 7-10.

GRÜTZMANN, Imgart. Intelectuais de fala alemã no Brasil do séc. XIX: o caso Karl von Koseritz (1830-1890). *História Unisinos*, São Leopoldo, 2007. Disponível em:

<www.revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5885/3070>. Acesso em: 24 mar. 2015.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. O Rio Grande de São Pedro e a fronteira no espaço platino na primeira metade do século XIX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0215.pdf>> Acesso em: 10 out. 2015.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. *Topoi, Rio de Janeiro*, 2009. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi19/topoi%2019%20-%202005%20artigo%205.pdf> Acesso em: 02 set. 2015.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In JODELET, Denise (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001 p.18-44.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando (orgs); GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS :imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 9-46.

LENZ, Cristóvão; SCHÄFER, Henrique; SCHNACK, Jorge Júlio. *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST, 1997.

MAESTRI, Mário. A Guerra contra o Paraguai. História e historiografia: da instauração à restauração historiográfica (1871-2002) In: POSSAMAI, Paulo César (org). *Gente de Guerra e Fronteira: Estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2010.

MARQUES, Luiz Alberto de Souza. Memórias de um professor: a instigante história de vida do professor Frederico Michaelson de imigrante contratado como soldado mercenário na Guerra contra Rosas em 1851(Argentina) a professor primário em colônia alemã do Rio Grande do Sul. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel*, Pelotas, 2010. Disponível em: <seer.ufrgs.br/asphe/article/download/28917/pdf>. Acesso em: 26 mar. 2015.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. In: PINSKY, Carla Bassanezi.(org). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 135-152.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Estudos Avançados*, São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8877/10429>> Acesso em: 20 abr. 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

POLLACK, Michael. Memória, e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-215, 1992.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, AURELIO. A “Guarda Nacional” e os “Brummers”. In: PORTO, Aurelio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro_ Editor, 1996. p. 191-203.

PORTO, AURELIO. Na Guerra do Paraguai. In: PORTO, Aurelio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro_ Editor, 1996. p. 203-211.

RAMBO, Arthur Blásio. A história da imprensa teuto-brasileira. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angelika (orgs.). *Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação*. Santa Maria: UFSM, 2003. p. 59-79.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-450.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, pp. 7-23, 2001/2002.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: Mauch, Cláudia; Vasconcellos, Naira (org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade, história*. Canoas: Ulbra, 1994.

VARGAS, Jonas Moreira. O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (orgs.) *Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 123-152.

WITT, Marcos Antônio. Sob a contagem de outro tempo: Organização social e estratégias políticas (Imigração Alemã_Rio Grande do Sul_ Século XIX). In: MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre. (orgs.). *Migrações, histórias, culturas e trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte, 2010. p. 269-279.